

CLAUDINO LUIZ G. DE MENEZES

**A POLÍTICA AMBIENTAL EM CURITIBA:
UM ESTUDO SOBRE SUAS CONDIÇÕES
DE EMERGÊNCIA E EVOLUÇÃO**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Sociologia Política. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Dr. Eduardo J. Viola

FLORIANÓPOLIS

1994

A POLÍTICA AMBIENTAL EM CURITIBA: UM ESTUDO SOBRE SUAS CONDIÇÕES DE EMERGÊNCIA E EVOLUÇÃO

CLAUDINO LUIZ G. DE MENEZES

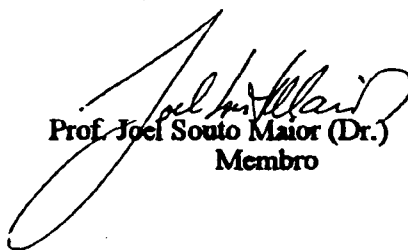
Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pelo Orientador e Membros da Banca Examinadora, composta pelos professores:



Prof. Eduardo J. Viola (Dr.)
Orientador



Prof. Paulo Freire Vieira (Dr.)
Membro



Prof. Joel Souto Maior (Dr.)
Membro

Florianópolis, setembro de 1994.

O drama urbanístico que se perfila no horizonte deste fim de milênio é aspecto de uma crise muito mais geral, que checa o futuro da espécie humana no planeta. Sem uma reorientação radical dos meios e, sobretudo, das finalidades da produção é o conjunto da biosfera que se encontrará em desequilíbrio e que evoluirá para um estado de total incompatibilidade com a vida humana e, também, para com toda a forma de vida animal e vegetal.

Félix Guattari

*Para Thaís, pela sua contagiante
demonstração de apego à vida.*

AGRADECIMENTOS

Ao professor Eduardo J. Viola (orientador): pelo compromisso, entusiasmo e otimismo demonstrados durante o processo de orientação.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPSP/UFSC): pela disponibilidade, solicitude e incentivo, sempre.

Aos colegas do curso: pelas discussões informais, ajuda e comprometimento nos *inevitáveis* momentos de crise.

À Sidinalva Wawzyniak: pela amizade e ajuda material *irrestrita* na fase de elaboração final do presente estudo.

A Luiz Henrique Hermann, Adilson de Castro Jr. e Everaldo Scrock: pelo "espaço logístico" quando de nossa permanência em Curitiba para o trabalho de campo.

À Dulce M. Cruz e Fernando Vugman: pela solicitude e amizade.

À Albertina Buss Volkmann, secretária do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política: pelo auxílio prestado durante o curso.

Aos funcionários das secretarias e institutos visitados: pela forma como sempre se dispuseram a fornecer o material solicitado.

Aos técnicos e autoridades entrevistados: pela disponibilidade em responder as perguntas, mesmo aquelas mais "inesperadas" e "inoportunas".

À Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES): pela bolsa de estudo que viabilizou a realização deste estudo.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| RESUMO | viii |
| ABSTRACT..... | ix |
| INTRODUÇÃO | 1 |
| 1 AS CONDIÇÕES DE EMERGÊNCIA E EVOLUÇÃO DA POLÍTICA URBANA E AMBIENTAL NO BRASIL..... | 13 |
| O Estado e a política urbana | 17 |
| Período autoritário: a racionalização das políticas urbanas | 21 |
| Década de 70: o "milagre brasileiro" e as "promessas" não cumpridas | 24 |
| A institucionalização da questão ambiental | 26 |
| Década de 80: as metamorfoses do Estado | 36 |
| O período Pré-Constituinte: a multissetorialização do movimento ambientalista e a "ecologização" da Constituição Brasileira..... | 40 |
| O período Pós-Constituinte: o lugar e a vez dos municípios..... | 43 |
| 2 AS BASES HISTÓRICO-CULTURAIS E SÓCIO-ECONÔMICAS DO DESENVOLVIMENTO URBANO EM CURITIBA..... | 48 |
| Controle social sobre o uso do espaço urbano: as primeiras tentativas | 50 |
| Século XX: novo século, nova cidade | 54 |
| A institucionalização do urbanismo em Curitiba | 58 |
| A aceleração da urbanização curitibana e a reação do governo local. | 61 |
| Anos 60: a década decisiva..... | 66 |

| | |
|---|------------|
| 3 A FASE DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL EM CURITIBA: 1971-1988 | 83 |
| A primeira gestão Lerner (1971-1974): do cinza ao verde | 84 |
| A humanização da cidade | 88 |
| "Sombra e água fresca": a institucionalização da preservação de áreas verdes | 96 |
| A periferação da cidade: representação de interesses e respostas do poder público | 99 |
| Gestão Saul Raiz (1975-1978): "continuidade sem continuismo" | 107 |
| A "abertura democrática" e a segunda gestão Lerner (1979-1982) | 111 |
| Década de 80: o PMDB no governo e a ênfase no social | 117 |
| As gestões peemedebistas e a política ambiental | 121 |
| 4 A "CAPITAL ECOLÓGICA" E SUA LÓGICA: O CONTEXTO E AS CONCEPÇÕES ECO-URBANÍSTICAS QUE NORTEARAM A TERCEIRA GESTÃO LERNER (1989-1992) | 131 |
| As cidades e o processo de globalização da problemática ambiental | 137 |
| O futuro nas cidades e as cidades do futuro | 143 |
| Curitiba no contexto da globalização das ações locais | 145 |
| A "ecologização" da terceira gestão Lerner | 151 |
| Educação ambiental: do conhecimento local à consciência global | 155 |
| Gerenciamento dos resíduos sólidos: uma causa partilhada | 159 |
| Legislação ambiental: consciência adquirida, limites assegurados | 165 |
| A cidade ilhada: Curitiba no futuro e os futuros desafios | 169 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 175 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 181 |
| ANEXOS | 194 |

RESUMO

O presente estudo analisa as condições que permitiram a emergência e evolução da política ambiental em Curitiba. Nele são identificados os vários estágios que marcaram o desenvolvimento urbano da cidade - desde sua origem no século XVII até o início da década de 90. Em cada um desses estágios são desvendadas as principais ações governamentais na área ambiental e os fatores contextuais que determinaram o conteúdo, predominância e execução dessas ações. Tal sistematização leva à constatação de que a emergência e evolução da política ambiental em Curitiba foi determinada por um conjunto complexo de condições históricas, culturais, políticas e sócio-econômicas. A forma como ocorreu essas determinações é mostrada na sequência dos capítulos que compõem o estudo. No seu conjunto eles buscam responder ao desafio central da pesquisa: oferecer uma contribuição sistematizada para a compreensão do atual estágio alcançado em Curitiba no equacionamento do binômio desenvolvimento urbano/meio ambiente.

ABSTRACT

This study aims to analyse the conditions for the emergence and evolution of the environmental policy in Curitiba. The various stages of the urban development of Curitiba, since its foundation back to the 17th century until the 1990s, are identified. Furthermore, in each of these phases the main governmental actions on environmental matters, their surrounding context and determining factors are unveiled. Such an analysis leads to the conclusion that the emergence and subsequent evolution of the environmental policy in Curitiba was determined by a set of historical, cultural, political and socio-economic conditions. The way as this determination occurred is showed in the chapters contained in the present study. On the whole, this investigation provides an answer to the following challenge: to contribute for an integrated comprehension of the the stage reached by Curitiba in the equation between urban development and environment.

INTRODUÇÃO

As previsões acerca da distribuição espacial da população mundial nos próximos decênios indicam que as maiores aglomerações urbanas estarão nos países do hemisfério Sul, sendo que metade da população destes países viverá em cidades. Estas previsões representam um grande desafio para os governantes destes países. Conforme o relatório da Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento ("**Nosso Futuro Comum**", também chamado de "**Relatório Brundtland**"), no espaço de apenas 15 anos (ou cerca de 5.500 dias) o mundo em desenvolvimento terá de aumentar em 65% a capacidade de produzir e administrar sua infra-estrutura, seus serviços e habitações urbanas - só para manter as condições atuais. E em muitos países isso terá de se realizar num quadro de grandes provações e incertezas econômicas, com recursos abaixo das crescentes necessidades e expectativas.

De acordo com Perlman (1991, p. 177-178), a medida que o ano 2000 se aproxima, vemo-nos envoltos por quatro dramáticas metamorfoses de caráter global que nos obrigam a repensar a natureza dos assentamentos humanos:

***Rural-Urbano.** O mundo vem se tornando predominantemente urbano. Em 1800, apenas 3% dos seus habitantes viviam em áreas urbanas; em 1950 eram 29%, e pouco depois do ano 2000 mais de 50% da população mundial estará vivendo nas cidades.*

***Norte-Sul.** Enquanto nos países industrializados a população das cidades se estabilizou ou até mesmo diminuiu, o crescimento populacional urbano nos países em desenvolvimento é dramático. Estimativas indicam que de 1950 a 2050 a população urbana dos países do Terceiro Mundo terá aumentado quase 16 vezes, saltando de menos de 200 milhões para 3.150 bilhões de pessoas. Considerando-se que o crescimento demográfico dos países em desenvolvimento é três vezes maior que o dos países industrializados, até o ano 2000 a população urbana dos países em desenvolvimento será quase o dobro da população das nações desenvolvidas, e quase o quádruplo desta até o ano 2025.*

Formal-Informal. *Esse extraordinário crescimento não se distribui uniformemente pelo tecido urbano. Metade dele deve-se à migração do meio rural e, como a grande maioria dos migrantes não dispõe de recursos para adquirir ou alugar moradia no mercado imobiliário, vai viver em terrenos invadidos, favelas, subdivisões ou cortiços em áreas decrépitas e periféricas. Assim, enquanto a "cidade formal" pode estar crescendo à média de 3-4 % ao ano, a "informal" cresce a um ritmo duas vezes mais rápido.*

Cidades-Megalópoles. *As cidades estão atingindo tamanho jamais vistos na história da humanidade. Até a virada do século, 23 cidades serão habitadas por 10 milhões ou mais de pessoas, enquanto apenas uma o era Há 50 anos atrás. Dezoito delas se localizarão em países em desenvolvimento. Nessa faixa populacional, cada uma dessas megalópoles abrigará mais pessoas do que toda a população atual de alguns grupos de 100 países membros das Nações Unidas.*

Obviamente, a urbanização não é um mal em si. Como vimos, a questão é que nos países em desenvolvimento ela se conjuga com os seus altos índices de pobreza. A ocupação de áreas urbanas ambientalmente mais frágeis (como mangues, várzeas, fundos de vale, aterros, lixões e áreas de mananciais) aliada a um aumento descontrolado das atividades comerciais, financeiras e de construção, são a expressão mais contundente dos efeitos dessa conjugação (Repetto, 1985; Hardoy e Satterthwaite, 1985; População Crisis Committee, 1990; Martinotti, 1992).

Contudo, nos últimos anos as autoridades mundiais têm se conscientizado da gravidade da degradação ambiental urbana. Os relatórios oficiais elaborados mais recentemente, a cerca da problemática ambiental global, vêm apelando pelo pragmatismo dos governantes locais. Neles ressalta-se a necessidade de os "decision-makers" buscarem estratégias que resultem em uma nova forma de pensar a vida urbana - tendo como base a inclusão de políticas ambientais nos seus programas estratégicos de governo. Nessas políticas deve estar presente o incentivo à co-responsabilidade entre os governantes locais e os diversos setores da sociedade. O sucesso das políticas ambientais só poderá ocorrer num ambiente democrático e solidário.

Ressalta-se também a importância de se criar soluções alternativas (que respeitem as diversidades locais) capazes de modificar o atual padrão de desenvolvimento urbano. A meta é o alcance de um padrão de desenvolvimento sócio-ambientalmente sustentável. Para isso, será necessário guiar-se por uma estratégia administrativa capaz de "encontrar formas concretas de harmonizar os critérios de equidade social, sustentabilidade ecológica, eficácia econômica, aceitabilidade cultural e distribuição espacial equilibrada das atividades e dos assentamentos humanos" (Sachs-Jeantet, 1992, p. 2).

Cidades de várias partes do mundo já vêm sendo identificadas por apresentarem essa visão estratégica nas suas administrações. Nelas o modelo proposto de desenvolvimento urbano sócio-ambientalmente sustentável começa ganhar forma. Foi no período que antecedeu a realização da Segunda Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED-92) que elas ganharam notoriedade. Nesse período uma extensa rede Norte/Sul de cidades passou a se formar, tendo como **leitmotif** a comunhão de experiências sustentabilistas.

O tratamento isolado que cada cidade empreendia para solucionar seus problemas sócio-ambientais passou a dar lugar à partilha, em nível global, das soluções encontradas. Experiências urbanas inovadoras e criativas que até bem pouco tempo ficavam circunscritas a seus territórios, hoje são conhecidas e divulgadas em todo o mundo. Essa globalização das ações locais permitiu que cidades do hemisfério Sul antes desconhecidas emergissem como "modelo" - atraindo a atenção da opinião pública internacional e desmistificando, assim, a suposta incapacidade de seus governantes em criar soluções próprias para seus problemas.

Nesta perspectiva, Curitiba foi "descoberta" e credenciada entre as cidades do mundo que melhor vem sabendo equacionar o binômio desenvolvimento urbano/meio ambiente. Durante o período pré-conferência (UNCED-92), os principais

periódicos internacionais, responsáveis pela formação da opinião pública mundial, deram ampla ênfase às ações que Curitiba vem desenvolvendo na busca de um desenvolvimento ambientalmente sustentável. Tanto jornalistas como estudiosos passaram a conceber esse padrão curitibano de desenvolvimento urbano como um "modelo" a ser seguido não só pelas cidades do hemisfério Sul, mas também pelas cidades do hemisfério Norte.

O **The Gazette**, de Montreal, em edição de agosto de 1991 afirmava que "no Brasil cicatrizado por favelas, uma cidade mostra o caminho pelo meio ambiente". O jornal londrino **The Financial Time**, na sua edição de 30 de agosto de 1991 considerava Curitiba como uma cidade vanguardista na "luta contra a poluição". A revista **Newsweek**, edição americana de 14 de outubro de 1991, assegurava que Curitiba é uma "cidade do Brasil que funciona", caracterizando-se como "um modelo de modéstia para o terceiro mundo". A mesma revista, na sua edição japonesa de 31 de outubro de 1991, concluía que mesmo "sem planos exagerados, a cidade de Curitiba sabe transformar".

Conforme a revista **Time** (edição de 14 de outubro de 1991), "Curitiba se distingue mais como uma cidade da Suíça ou Suécia do que uma cidade sul-americana". Para a revista portuguesa **Expresso** (edição de 30 de novembro de 1991), Curitiba é "o primeiro mundo brasileiro", destacando-se como "a cidade brasileira que mais faz pelos seus cidadãos". Da mesma forma o jornal francês **Le Monde**, em sua edição de 26 de dezembro de 1991, afirmava que "a capital do Paraná oferece uma outra imagem do país".

Em 1992 - ano da realização da UNCED-92 no Brasil - vários outros periódicos internacionais continuavam a destacar Curitiba. Para o jornal holandês **De Volkskrant** (edição de 15 de fevereiro de 1992) "Jaime Lerner, com sua 'fábrica de idéias' transforma a megalópole brasileira Curitiba em modelo para o terceiro mundo".

O jornal suíço **Le Nouveau Quotidien**, referindo-se à Curitiba em 11 de abril de 1992, constatava que ela vinha "dando uma lição de urbanismo ao mundo". O **Journal de Geneve et Gazzete de Loussane**, em 01 de junho de 1992, também atribuía à Curitiba a condição de modelo: "a cidade de Curitiba vem dando um exemplo de um desenvolvimento durável". A **Asharq Al Awsat Magazine**, da Arábia Saudita, afirmava em edição de junho de 1992 que diante do pouco tratamento dispensado pelo governo brasileiro ao meio ambiente, Curitiba representava "um ponto a favor do Brasil na Rio-92".

Por outro lado, autoridades e estudiosos, ligados à questão ambiental global, também se preocuparam em apontar Curitiba como um ponto de referência no contexto da globalização das ações locais de cunho sustentabilista. Para o dirigente do Setor de Desenvolvimento Urbano do Banco Mundial, Michael Cohen, Curitiba é "um modelo para o primeiro mundo e não para o terceiro" (In. **Wall Street Journal**, 10 de janeiro de 1992). A avaliação de Albert F. Appleton, dirigente do Departamento de Proteção do Meio Ambiente de Nova Iorque, é de que "se existe uma cidade modelo para o futuro, ela fará o que Curitiba está fazendo" (In. **Wall Street Journal**, 10 de janeiro de 1992).

Igualmente, a constatação de Alan Jacobs, professor de planejamento urbano e regional da Universidade de Berkeley e consultor de planejamento para a cidade de San Francisco, é de que "Curitiba tem o melhor programa de planejamento e desenvolvimento do mundo. Todo mundo pode aprender alguma coisa de Curitiba" (In. **World Monitor**. Boston: vol. 5, n. 3, março de 1992). Já para Ignacy Sachs, diretor do Centro de Pesquisas sobre o Brasil Contemporâneo, na Ecole Pratique des Hautes Etudes en Sciences Sociales, de Paris: "aqui (Curitiba), a imaginação está a serviço do desenvolvimento urbano e a serviço da ecologia. É uma cidade onde a gente sempre

tem muito para ver e aprender" (In. **Anais do I Encontro Nacional de Educação Ambiental**. Curitiba: ANAMMA/SMMA/ULMA, 1992, p. 95).

Esse destaque dado à Curitiba em nível mundial também foi repetido pela imprensa nacional que passou a fazer uma série de reportagens buscando explicar o seu "sucesso". Várias "teses" explicativas surgiram a partir dessas reportagens. Entretanto ao atentar apenas para o presente, essas "teses" explicativas negligenciam o processo histórico, cultural, político e sócio-econômico que determinaram o seu desenvolvimento urbano.

Essa abordagem fragmentada permite que a imagem formulada de Curitiba seja a de uma cidade "diferente" das demais cidades brasileiras. Seus avanços na gestão ambiental são atribuídos à suposta ausência dos graves problemas sócio-ambientais que as demais capitais brasileiras apresentam, ao sucesso de um planejamento racional e tecnicamente perfeito e, por vezes, a um único período político-administrativo.

Diante desses argumentos explicativos, ficava evidente para nós a necessidade de um estudo mais aprofundado e sistêmico sobre a forma como em Curitiba as ações governamentais na área ambiental se desenvolveram ao longo do tempo, permitindo o alcance do atual estágio de equacionamento entre o seu desenvolvimento urbano e o meio ambiente. Ou seja, um estudo sobre as condições que permitiram a emergência e evolução da política ambiental em Curitiba.

Tal estudo deveria levar, entre outros, ao esclarecimento do momento e contexto cultural, político e sócio-econômico em que a política ambiental emergiu e foi institucionalizada no município. À demonstração dos aspectos da questão ambiental priorizados ao longo do tempo no processo de formulação e execução das políticas ambientais no município. Também deveria enfatizar a forma como a questão

ambiental foi considerada nos diversos estágios de desenvolvimento e nas diversas gestões municipais.

Num momento em que as ações locais de cunho sustentabilistas ganham relevância no contexto das mudanças globais necessárias para o século XXI, o estudo de uma experiência local onde as políticas ambientais implementadas ao longo do tempo vêm permitindo avanços significativos no equacionamento do binômio desenvolvimento urbano/meio ambiente torna-se oportuno e relevante.

Por um lado, por essa experiência ocorrer numa cidade do hemisfério Sul, onde até bem pouco tempo se considerava que as cidades eram incapazes de resolver seus problemas sócio-ambientais. Por outro lado, pelo fato de ocorrer num país onde nas últimas décadas vem crescendo a degradação sócio-ambiental urbana e cuja oportunidade aos municípios de promoverem suas próprias políticas ambientais só recentemente começou a ser possibilitada.

Em grande medida essa possibilidade dos municípios promoverem suas próprias políticas ambientais foi facilitada pela redemocratização das instituições e os novos instrumentos jurídicos criados pela Constituição Federal promulgada em 1988. Ela colocou marcos de referência decisivos e fundamentais no sentido da descentralização e da prática de uma gestão ambiental mais autônoma dos municípios. Até então os municípios dispunham de pouca autonomia para o estabelecimento de ações na área ambiental. Tal controle, especialmente na capitais, cabia à União e aos Estados - principalmente até o final da década de 70, período ditatorial no país.

Paradoxalmente, foi durante esse período que assistiu-se à uma acentuada degradação do meio ambiente urbano. Em grande parte essa degradação foi consequência da promoção desordenada do desenvolvimento urbano - desencadeado a partir do projeto desenvolvimentista que tinha no industrialismo um dos pilares de sustentação. Por conta disso, para entender o atual momento de crise sócio-ambiental

vivido nas grandes cidades brasileiras é preciso conhecer o processo histórico de sua origem e as características das políticas públicas formuladas ao longo do tempo visando sua superação.

O capítulo 1 do presente estudo oferece uma contribuição para esse entendimento. Nele procura-se situar o período que deu origem à política urbana e ambiental no país. Para isso é analisado o processo de urbanização acelerada, a qual teve início a partir do projeto desenvolvimentista adotado na década de 40 e com duração até a década de 80. Mostra-se que a tese defendida de que o crescimento econômico acelerado do país seria capaz de solucionar todos os problemas sociais, desencadeou a formulação de vários planos onde a racionalidade técnica era tida como garantidora de seus sucessos. Com isso é mostrado que as políticas urbanas que passaram a ser elaboradas nesse período não privilegiavam as crescentes demandas sociais originadas com a urbanização acelerada, mas visavam assegurar a viabilidade do projeto desenvolvimentista.

Por outro lado, mostra-se que a institucionalização da questão ambiental no país ocorreu no início da década de 70. Foi quando politizou-se a questão ambiental em nível mundial, passando a fazer parte das preocupações primordiais da humanidade. Ressalta-se que a emergência de movimentos sociais urbanos e ambientais na década de 70 acelerou o aprimoramento das políticas urbanas e ambientais, principalmente na década de 80 quando o país retornou ao regime democrático. Por último é ressaltado a importância que as questões ambiental e urbana receberam na Constituição Federal de 1988, quando os municípios retomaram suas autonomias político-administrativas.

No capítulo 2 são evidenciados os aspectos históricos, políticos, culturais e econômicos que influenciaram no desenvolvimento da cidade de Curitiba, desde sua origem até a década de 60. Nesse ponto é destacado o desenvolvimento de

uma tradição no controle social do espaço urbano, atingindo características distintas ao longo do tempo. Atenção especial também é dada à análise do processo de introdução do urbanismo e da institucionalização do planejamento em Curitiba. Para isso são descritos os principais aspectos do primeiro grande plano urbanístico para a cidade, elaborado na década de 40, além da descrição do processo que deu origem ao atual plano diretor da cidade, elaborado na década de 60 juntamente com a criação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC).

No capítulo 3 são descritos os principais acontecimentos sócio-políticos e as principais ações governamentais que contribuíram para a mudança do perfil sócio-ambiental da cidade, a partir da década de 70. Nesse aspecto, é descrito a forma como o município se estruturou jurídico e institucionalmente para atuar na área ambiental desde o início da década de 70 até o final da década de 80. Ênfase é dada ao período em que Jaime Lerner assumiu a Prefeitura pela primeira vez e passou a executar as diretrizes do novo plano para a cidade que ele mesmo havia ajudado elaborar na década de 60.

Ainda no capítulo 3, é ressaltado o fenômeno migratório para Curitiba e Região Metropolitana, ocorrido a partir da segunda metade da década de 70. O impacto sócio-ambiental ocasionado pela ocupação de áreas desaconselháveis à habitação e passíveis de degradação ambiental, bem como as respostas dadas pelo poder público local, são analisados em detalhe. Por último a análise é voltada para a década de 80: período em que o PMDB assumiu a Prefeitura, em duas gestões consecutivas, disposto a privilegiar a "área social". A criação da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA), ocorrida nesse período, é enfatizada - sobretudo por ter facilitado a criação das condições estruturais necessárias para que o município assumisse o controle ambiental local.

No capítulo 4 é discutido o processo de globalização pelo qual a humanidade vem passando e como a questão ambiental se insere neste contexto. Atenção é dada à importância que as cidades vêm adquirindo no processo de globalização da questão ambiental, ressaltando-se o empenho que vem sendo feito para a partilha de experiências sustentabilistas entre as cidades de todo o mundo. A importância adquirida por Curitiba neste contexto de comunhão global das experiências sustentabilistas é analisada - com ênfase nas concepções eco-urbanísticas que nortearam a última gestão do prefeito Jaime Lerner (1989-1992). Por último é feita uma breve análise sobre os desafios eco-urbanísticos a serem enfrentados pelo município curitibano nas próximas décadas. Ênfase é dada às perspectivas de se suprir as atuais disparidades existentes entre a qualidade de vida em Curitiba e a qualidade de vida dos demais municípios metropolitanos ao seu redor.

O processo metodológico que permitiu a elaboração deste estudo desenvolveu-se através de atividades distintas e intercaladas. Num primeiro momento foi efetuado um levantamento bibliográfico e leitura a respeito das questões mais gerais que norteiam a temática estudada: teorias sobre o urbanismo e sobre a cidade; a problemática da industrialização/urbanização no Brasil; planejamento urbano e políticas públicas no Brasil; movimentos sociais urbanos e a construção da cidadania; movimento ecológico no Brasil e a problemática ambiental urbana; legislação e direito ambiental no Brasil; e a questão ambiental e as ciências sociais.

As questões mais específicas também foram privilegiadas: aspectos históricos, políticos, culturais, étnicos e econômicos da cidade de Curitiba; a institucionalização do planejamento urbano em Curitiba; os códigos de postura, os decretos e leis ambientais criados no município de Curitiba ao longo do tempo. Para tal, além do levantamento da bibliografia disponível, utilizou-se os textos/relatórios dos planos elaborados para Curitiba e Região Metropolitana; documentos, estudos e

projetos específicos elaborados pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), entre outros.

Uma pesquisa documental também foi realizada. Os dados coletados foram utilizados como fundamentos para certas questões específicas ou como norteadores de questões mais gerais. Consultou-se os arquivos da Biblioteca Pública do Paraná e arquivos setoriais das bibliotecas do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), do Instituto Ambiental do Paraná (IAP), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e da Universidade Livre do Meio Ambiente (ULMA).

Para a complementação dos dados coletados e/ou acompanhamento de questões pertinentes relacionadas com o tema estudado, foram consultados periódicos de circulação internacional, nacional e estadual. Como suplementação, foram consultados jornais e outras publicações elaborados pela própria Prefeitura.

Para a consulta aos periódicos internacionais utilizou-se o arquivo da Casa da Memória, instituição ligada à Fundação Cultural de Curitiba (FCC). A consulta aos periódicos de circulação nacional e estadual obedeceu a critérios específicos. O período priorizado para a consulta aos periódicos de circulação nacional foi aquele que antecedeu a realização da UNCED-92. Nesse período a imprensa nacional dedicou amplo espaço aos temas ecológicos e por conseguinte à Curitiba. Os periódicos estaduais (Gazeta do Povo, O Estado do Paraná, Folha de Londrina e Indústria & Comércio) foram consultados por períodos de tempo aleatórios até 1970 e de forma mais seqüencial a partir de 1970 até 1992.

Outro recurso metodológico utilizado foi o de entrevistas. Elas obedeceram a dois critérios: estruturadas e não-estruturadas. Doze entrevistas não-estruturadas foram realizadas com técnicos da Secretaria Municipal do Meio Ambiente

e outras secretarias diretamente relacionadas com a política ambiental do município (Secretaria da Educação, Secretaria da Saúde, Secretaria da Criança). Além da possibilidade de confrontar os dados divulgados pela imprensa e esclarecer pontos dos programas elaborados na gestão Lerner (1989-1992), essas entrevistas visaram apreender as concepções eco-urbanísticas que nortearam essa última gestão.

Por outro lado, entrevistas previamente estruturadas foram realizadas com os ex-secretários de meio ambiente nas gestões de 1986-1989 e 1989-1992, além de entrevista com o próprio prefeito na gestão 1989-1992: Jaime Lerner. Como suplementação à essas entrevistas foram lidos e utilizados vários depoimentos dos atores envolvidos no processo de planejamento da cidade desde a década de 60. Esses depoimentos estão contidos nos volumes da coleção **"Memória da Curitiba Urbana"**, editada pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba.

Além dos métodos formais de coleta de dados e informações acima descritos, as fontes "informais" foram importantes e enriquecedoras. Através delas obtivemos informações suplementares importantes que nem sempre o rigor do método permitiu captar. Foi o caso daquelas informações obtidas através da participação em cursos, palestras, congressos e visitas à exposições durante a permanência em Curitiba. Igualmente importante foi a permanência na cidade para o acompanhamento da campanha eleitoral para prefeito no segundo semestre de 1992 - momento em que os conflitos entre as "forças políticas" que dominam a cena local afloraram, deixando transparecer seus reais interesses e comprometimentos com a cidade.

Por último, cabe fazer referência ao fato de que em ciências sociais o conhecimento da realidade, por mais aprofundado que seja, será sempre aproximativo. Nunca será "a verdade". Assim sendo, estamos conscientes de que o presente estudo não esgota o conhecimento do tema. Ao contrário. Ele abre um leque de questões temáticas, passíveis de serem analisadas.

1 AS CONDIÇÕES DE EMERGÊNCIA E EVOLUÇÃO DA POLÍTICA URBANA E AMBIENTAL NO BRASIL

Não será melhor, em vez de cair no culto da cidade ou da natureza, aprender a gerir a ambígua posição do homem na natureza, ao mesmo tempo parte e transformador desta?

Alain Touraine

No Brasil 75% da população já vive em cidades. Ou seja, dos atuais 146,9 milhões de habitantes, 110,8 milhões vivem em áreas urbanas. Deste total, 2/3 vivem em nove grandes Regiões Metropolitanas (São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém)¹. Estas regiões metropolitanas apresentam, de modo geral, sérios problemas ambientais, com áreas críticas de degradação: assentamentos ilegais, sistemas de transporte e de saúde falidos, déficit habitacional, saneamento básico precário, falta de escolas e creches, menores abandonados, violência urbana acentuada e outros.

Com raras exceções, a gravidade desses problemas é fruto da falta de uma vontade política dos governantes em estabelecer uma meta para o desenvolvimento das cidades - regulando os seus crescimentos. "Há hoje nas cidades energia e criatividade suficientes para enfrentar os desafios, embora sejam

¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Sinopse preliminar do censo demográfico de 1991.

pouquíssimos os mecanismos capazes de canalizar essas forças para o processo de formulação de política ou multiplicar os efeitos dos trabalhos já iniciados" (Perlman, 1991, p. 182).

Políticos e administradores não podem mais ignorar a urgência de se planejar o desenvolvimento urbano daqui para frente. "Parece evidente que a função do planejamento na gestão ambiental é absolutamente necessária para orientar a localização das atividades produtivas no território e ordenar a utilização dos recursos naturais com a perspectiva de não exaurir estes recursos e inviabilizar as condições para a continuidade da expansão econômica e a busca da melhoria da qualidade de vida" (Baroni, 1991, p. 110).

O início do processo de concentração da população nas regiões metropolitanas - e mesmo nas cidades de porte médio - não é recente. Ele faz parte de uma evolução que vem desde os anos 40, quando se iniciou uma concentração progressiva da população em cidades cada vez maiores, atingindo seu apogeu na década de 70. Somente na década de 80 teve início, pela primeira vez, um processo de redução do ritmo de crescimento dos municípios-núcleos das metrópoles, acompanhado pelo maior crescimento da população dos municípios-periféricos: a chamada "periferização das metrópoles".

A partir de 1930 a aliança política comandada por Getúlio Vargas aprofundou o estabelecimento de novas bases estruturais para o país. Essa nova estruturação obedeceu a um padrão nitidamente urbano. Isso satisfazia o sentido de modernização por adaptação aos ditames internacionais, que estavam baseados no consumo de bens duráveis, assim fundamentando a criação da industrialização por "substituição de importações" (Schmidt e Farret, 1986, p.13). Esse modelo de desenvolvimento econômico foi responsável, até o início da década de 60, pelo início da penetração das relações capitalistas de produção nas áreas rurais (potencializando

a proletarianização de um vasto segmento de produtores rurais, que passaram a deslocar-se para as cidades) e pela promoção da urbanização e concentração urbana no país - especialmente na região Sudeste, sobressaindo-se a região da cidade de São Paulo.

Enquanto em 1940 a população rural representava 84% da população total do país, em 1960 ela declinou para 71,2%. As cidades de mais de 500 mil habitantes que em 1940 abrangiam 7,7% do total da população do país, em 1960 passaram a abranger 16,2% (ver tabela 1). Eram os primeiros indícios da metropolização (desordenada e caótica) brasileira, que se consolidou nas décadas seguintes. No período que vai da década de 1960 a 1980, o Brasil realizou o fato extraordinário de inverter a distribuição espacial de sua população entre o meio rural e o urbano. Os 71,2% da população concentrada no meio rural em 1960 declinaram para 58,9% em 1970 e para 46,4% em 1980 (tabela 1).

TABELA 1 - Evolução da distribuição populacional por tamanho de localidade de residência, 1940 - 1980 (absoluto e relativo)

| Tamanho Localidade | 1940 | 1950 | 1960 | 1970 | 1980 |
|--------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|------------------|
| Valores Absolutos | | | | | |
| 500 mil e + | 3169727 | 5765536 | 11354771 | 24316212 | 37485852 |
| 100 a 500 mil | 1687777 | 2233496 | 3784924 | 5683099 | 13090298 |
| 50 a 100 mil | 823306 | 1298544 | 1892462 | 3260795 | 5474124 |
| 20 a 50 mil | 905636 | 1662137 | 3154103 | 5030941 | 7735176 |
| Rural | 34578843 | 40982054 | 49904920 | 54874518 | 55217256 |
| Total | 41165289 | 51941767 | 70091180 | 93165565 | 119002706 |
| Valores Relativos | | | | | |
| 500 mil e + | 7.7 | 11.1 | 16.2 | 26.1 | 31.5 |
| 100 a 500 mil | 4.1 | 4.3 | 5.4 | 6.1 | 11.0 |
| 50 a 100 mil | 2.0 | 2.5 | 2.7 | 3.5 | 4.6 |
| 20 a 50 mil | 2.2 | 3.2 | 4.5 | 5.4 | 6.5 |
| Rural | 84.0 | 78.9 | 71.2 | 58.9 | 46.4 |
| Total | 100.0 | 100.0 | 100.0 | 100.0 | 100.0 |

Fonte: MARTINE, George. Processos recentes de concentração e desconcentração urbana no Brasil: determinantes e implicações. Brasília, ISPN, 1992.

Essa subversão da distribuição demográfica entre o campo e a cidade teve suas origens a partir de 1965 quando, conforme Martine (1990, p. 6), diversos

fatores concorreram para modificar a estrutura e o perfil da produção agrícola: a consolidação do parque industrial, a instauração de um estilo de desenvolvimento visando a "modernização dolorosa", a fase ascendente do ciclo econômico conhecido como o "milagre econômico", a ampliação do crédito rural subsidiado e de outros incentivos à produção agrícola, a internacionalização do pacote tecnológico da Revolução Verde, a melhoria dos preços internacionais para produtos agrícolas e outros.

Em consequência a agricultura atravessou um processo radical de transformação em vista de sua integração à dinâmica industrial de produção e da constituição do complexo agroindustrial. Aqueles produtores que não conseguiram adaptar-se a esse novo processo se viram obrigados a abandonar as suas propriedades de origem, deslocando-se para novas áreas de fronteira ou para as cidades. "Calcula-se que, na década de 60, quase 13 milhões de pessoas saíram do campo para morar nas cidades; na década de 70, esse número ascendia a quase 16 milhões de migrantes" (Martine, 1992, p. 6).

A Região Metropolitana de Curitiba (RMC), quando comparada às demais, foi a mais atingida por esse fenômeno do êxodo rural durante a década de 70. Isso significa dizer que de uma população de 821.233 mil habitantes em 1970 evoluiu para 1.440.626 mil habitantes em 1980, com uma taxa decenal de crescimento de 5,78% contra 4,64% da segunda colocada, Belo Horizonte. Seu município-núcleo ascendeu de 609.026 mil habitantes em 1970 para 1.024.975 mil habitantes em 1980. Os reflexos sócio-ambientais desse fenômeno foram, indubitavelmente, relevantes. A forma como ele impactou a RMC e o tratamento sócio-político que recebeu das autoridades locais, especialmente no município-núcleo, serão analisados no capítulo 3. Neste momento a intenção é mostrar, de um modo geral, como o

fenômeno da urbanização foi tratado sócio-ambiental e politicamente nos vários momentos de organização do Estado brasileiro, durante as últimas 5 décadas.

O ESTADO E A POLÍTICA URBANA

No Brasil, o estudo das condições de emergência e evolução das políticas urbanas mostra que desde suas origens no Estado Novo elas estiveram atreladas à configuração e aos interesses conjunturais do Estado; gravitando ao redor de um quadro permanente de correção de problemas emergenciais. Por conta disso, os problemas acima referidos e que na sua essência derivam do modelo de desenvolvimento econômico excludente e entrópico adotado, raramente são tratados preventivamente, nas suas bases.

Esse perfil de ações públicas corretivas deixa transparecer a incapacidade administrativa e a desorganização de um Estado permanentemente em crise e de uma sociedade civil desarticulada e desprovida de poder de negociação. "Atualmente, quando se discutem a necessidade e a urgência da adoção de novos estilos de desenvolvimento capazes de superar os desequilíbrios econômicos, sociais e ambientais, na verdade aponta-se para uma nova perspectiva no debate: até que ponto a sociedade brasileira estaria preparada para a adoção das mudanças necessárias?" (Ferreira e Ferreira, 1992, p. 21).

Desde a década de 30, quando teve início o processo crescente de industrialização, ao Estado coube a função de mediar os conflitos de classe (regulando a relação capital-trabalho) e atenuar os problemas e carências de infra-estrutura emergidos com aquele processo. Ao contrário do que ocorreu na maioria dos países desenvolvidos, onde as bases de infra-estrutura para o desenvolvimento urbano foram financiadas previamente pela iniciativa privada, no Brasil coube ao Estado a criação

das condições gerais para o desenvolvimento urbano - já em meio ao processo descontrolado de urbanização.

Em grande medida, isso se deve ao fato de que até a década de 30 a cidade não era objeto de maiores preocupações, uma vez que os interesses econômicos fundamentais estavam no campo. O Brasil se inseria no mundo capitalista através do modelo primário de exportação. Embora houvesse o reconhecimento da grande cidade comercial como **locus** da acumulação e, portanto, objeto de intervenções públicas específicas (saneamento, abertura de vias públicas), a presença do Estado se fazia sentir nas áreas urbanas de forma mais implícita, menos direta. Não poderíamos, portanto, falar na existência de políticas urbanas **Stritu Sensu**.

A cidade se configurava mais como o **locus**, a base estratégica das autoridades burocráticas e das novas elites comercial, financeira e agrária que controlavam a produção agroexportadora. Com o advento da República e a decadência da velha ordem senhorial, estas elites irão necessitar de novas formas de reconhecimento social que lhes permitam estabelecer claramente seu *status*. Desenvolve-se então um verdadeiro culto de aparência exterior e, também, uma modificação do espaço da cidade, onde se introduzem novos emblemas e símbolos de distinção (Ribeiro e Cardoso, 1990, p. 13).

A partir da década de 30 a cidade passou a ser considerada sob uma nova perspectiva: "a ação conjunta de vários fatores políticos, econômicos e sociais produziu transformações através das quais parte do excedente criado pelas oligarquias agrárias foi usado para iniciar um novo processo de industrialização, embora os privilégios destas oligarquias tenham sido mantidas sob uma forma alterada" (Oliveira, 1984, p. 64). Como consequência, esse processo de industrialização desencadeou um acelerado deslocamento de contingentes populacionais do campo para a cidade - incrementando a divisão social do trabalho.

Essa massa de novos trabalhadores urbanos teve papel importante frente ao chamado Estado Novo, que então se configurava. Através de políticas compensatórias ela era levada a legitimar o novo regime estatal - fundado na aliança entre as burguesias industrial e agrária. Estava lançada as bases para o "pacto populista" - "sustentado pelo sindicalismo corporativo tutelado, suas bases partidárias - o PTB - e pela manutenção de políticas sociais de caráter compensatório" (Ribeiro e Cardoso, 1990, p. 15).

A importância que o Estado passava dar às camadas sociais menos favorecidas se traduzia na formulação de políticas urbanas que viessem proporcionar melhores condições para a reprodução social da força de trabalho; sem, no entanto, significar oportunidades à essas camadas de influenciarem nas decisões políticas diretamente ligadas à melhoria da sua qualidade de vida. Admitia-se certos direitos sociais mas negava-se todos os direitos políticos. Ou seja, a noção de justiça social emergente naquele momento, advinha não de um desejo de atender as reivindicações da luta operária, mas do anseio nacionalista por se constituir um país industrial, moderno e soberano - "sem desigualdades sociais".

As políticas especiais para favelas e as políticas habitacionais que passaram a ser formuladas tinham como objetivo "corrigir as desigualdades sociais", a partir de um discurso ideológico-populista de valorização dos trabalhadores urbanos. A cidade era o lugar onde o Estado buscava materializar os fundamentos do "pacto populista". A escolha das comemorações do Primeiro de Maio e das festas cívicas nos grandes centros urbanos para lançamento dessas políticas, por si só, revelam o alcance político-ideológico pretendido. Vale lembrar que "Vargas instituiu um modelo onde apenas os trabalhadores urbanos eram beneficiários dos novos institutos da cidadania. Eram também de base urbana os sindicatos tutelados, eixo do

corporativismo. Finalmente será nas cidades que o trabalhismo irá assentar as suas bases mais firmes" (Ribeiro e Cardoso, 1990, p. 15).

Na década de 50, com a expansão da economia baseada no monopólio do capital, surgiram novos agravantes sociais. Em grande parte esse agravamento se acentuou com a controversa implementação do Plano de Metas 1956-1961, de Juscelino Kubitschek. "Avançar 50 anos em 5" era a meta. Na verdade, tratava-se de "um ambicioso programa setorial de desenvolvimento, apoiado por investimentos públicos e privados na área de infra-estrutura, indústrias básicas e de bens de consumo duráveis, recursos humanos e, a mais controversa de todas as metas, a construção da nova capital, Brasília" (Schmidt e Farret, 1986, p. 16).

A construção de Brasília deveria servir como símbolo da constituição de um país moderno, industrial, sem desigualdades sociais. "A nova capital era vista como a consagração, ou no mínimo, o ponto de partida indispensável de um suposto projeto nacional, a despertar toda sorte de ufanismos e ilusões: Brasília, capital do futuro; Brasília, capital da esperança; Brasília, afirmação da cultura nacional" (Bicca, 1985, p. 106). Tais anseios configuravam-se como paradoxais, frente à realidade da problemática sócio-ambiental urbana naquele período. A polarização nas grandes cidades entre uma parcela da população que conseguia obter acesso à áreas privilegiadas do espaço urbano, desfrutando dos bens coletivos, e uma imensa parcela excluída, passava a ser gritante. Já não era mais possível camuflar as desigualdades sociais. Diante disso, pela primeira vez se admitiu pensar e relacionar os problemas sociais à forma como as cidades, especialmente as grandes metrópoles, estão estruturadas (espacial, social e economicamente). Havia uma "questão urbana" a ser considerada na formulação das políticas públicas.

Logo, nas agendas de governo passaram a ser incluídos projetos de intervenção sobre os problemas urbanos, até então relegados a um plano secundário.

Porém, passou-se a intervir não sobre suas causas (exploração imobiliária do espaço e a conseqüente segregação social; favorecimento político e econômico nas deliberações do governo local), mas sobre suas consequências (transporte urbano precário, falta de habitação popular, falta de saneamento básico, violência, poluição). Dessa forma, para sanar tais problemas foram buscadas medidas técnicas, supostamente capazes e suficientes. A cidade, sua organização e controle, começava a ser concebida a partir de uma racionalidade tecnicista - sobretudo a partir do golpe militar de 1964, como veremos a seguir.

PERÍODO AUTORITÁRIO: A RACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS URBANAS

O período iniciado após os militares ingressarem no poder, em 1964, foi marcado por uma nova transformação na configuração do Estado. O reflexo dessa nova configuração nas políticas urbanas foi sentido, sobretudo, diante do esvaziamento de seus conteúdos sócio-políticos em detrimento de princípios racionais-tecnicistas. A cidade passou a ser "diagnosticada" a partir de uma concepção desenvolvimentista. "A categoria racionalidade organiza um discurso produtor dos "problemas urbanos" (transformação tecnocrática da questão social) como disfunções do crescimento, e organiza um conjunto de medidas que se pretende consistente, traduzido na idéia de plano" (Ribeiro e Cardoso, 1990, p. 34).

As políticas urbanas, centralizadas em órgãos federais, passam a ser responsáveis por estabelecer uma superação dos entraves políticos da gestão pública das cidades e por promover a adequação no espaço urbano das massas desajustadas - tidos como obstáculos ao crescimento econômico. "Pensa-se, então, por um lado, realizar programas habitacionais, e por outro, modernizar a máquina administrativa municipal, vista como ineficiente por estar prisioneira de práticas políticas populistas ou

clientelistas, tornando-a apta a assumir a função de indutora do crescimento econômico, à semelhança com o que se passava naquele momento com o governo federal" (Ribeiro e Cardoso, 1989, p. 5). "A intervenção estatal aparece assim como um "corretivo" capaz de criar as condições materiais para a supremacia capitalista desejada, sem levar em consideração as peculiaridades de casos particulares" (Schmidt e Farret, 1986, p. 28).

A ênfase dada aos "programas habitacionais", com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e do Sistema Federal de Habitação (SFH) em 1964, traduzia os aspectos argumentativos da intervenção federal. Fazia parte da tentativa de construção de um novo modelo econômico, no sentido de que essas instituições haviam sido criadas para estimular a atividade econômica, para a acumulação de poupança e para sua aplicação em termos estritamente financeiros. Por outro lado, através dos "programas habitacionais" procurava-se demonstrar a "sensibilidade" do governo face às necessidades de habitação e emprego das massas, as que mais haviam perdido com o desdobramento das novas políticas econômicas, e cuja voz política havia sido a mais imediatamente abafada (Batley, 1983, p. 5-6).

Na verdade, a intenção era inserir os "programas habitacionais" em um contexto mais amplo: o do desenvolvimento urbano. Para isso criou-se o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), cuja "função explícita era induzir todos os municípios brasileiros a realizar um Plano Urbanístico, ou um pomposo Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado. (...) Foram postos à disposição dos órgãos recursos financeiros praticamente ilimitados, os quais serviriam para financiar a realização dos planos para os municípios, em condições de empréstimo extremamente favoráveis para os respectivos prefeitos. (...) Em todos os municípios do país a realização de um plano urbano passou a constituir um requisito sem o qual nenhum

financiamento para qualquer tipo de investimento público podia ser obtido junto ao BNH " (Bolaffi, 1982, p. 50).

Com a reforma administrativa, em 1967, que alterou o perfil da política urbana brasileira, criou-se o Ministério do Interior que passou a ser o responsável pela implementação das políticas públicas. Sob sua supervisão foi criado o Programa de Ação Concentrada (PAC), cujo objetivo era promover o desenvolvimento urbano através do revigoramento das administrações municipais. Previsto para desenvolver-se em vários estágios, esse programa destinava-se a dar atenção às questões de saneamento, habitação e reformas administrativas a nível local. Na verdade, deveria servir de base para um projeto maior: o Plano Decenal 1967-1976, lançado por Costa e Silva mas que nunca foi implementado efetivamente.

A duração do PAC foi curta. Orçamentos precários e uma ideologia liberal de municipalismo podem ser tomados como as causas principais para o seu arrefecimento. "Dado o nível das demandas levantadas pelas autoridades de nível municipal, o orçamento foi considerado insuficiente, pois saneamento, habitação e serviços administrativos têm sido considerados problemas de grande porte em todo o país. Além disso, a ideologia liberal através do PAC estava deslocada, por razões históricas. Naquele momento o país passava um momento de grande centralização através da qual os municípios perdem muito de seu poder em gerenciar alguns recursos públicos, como tradicionalmente o faziam" (Schmidt e Farret, 1986, p.38). Após a reforma administrativa de 1967, reduziu-se a participação da receita tributária própria dos municípios no total dos recursos tributários da nação: esta que oscilou entre 6% e 8% entre 1957 e 1966, caiu para cerca de 4% entre 1967 e 1976 (Daniel, 1983, p. 28).

Com o fracasso do Programa de Ação Concentrada, o BNH passou a envolver-se com mais empenho em programas de desenvolvimento urbano. Isso se traduziu no financiamento de programas de saneamento, transporte e equipamentos

urbanos.² "Dada a ausência de um mercado de habitação de massa `viável` o sistema financeiro teve que encontrar outras vias para o investimento de seus fundos, assegurando um retorno - em programas de habitação para faixa de renda mais alta e investimentos nos setores de infra-estrutura urbana e industrial" (Batley, 1983, p. 15).

Foi nesse período que se criou o Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANASA), gerido pelo BNH com a participação dos governos federal, estadual e municipal. Uma das condições de viabilização deste plano repousava no fortalecimento, em cada Estado, da empresa estadual de saneamento, incumbida de implantar, ampliar ou melhorar sistemas de abastecimento de água e de esgotos sanitários, sendo responsável pela sua manutenção e operação. "A justificativa econômica apresentada para a centralização das atividades e dos recursos no âmbito do BNH era de que a economia de escala e caixa única permitiriam a compensação financeira, assegurada através da estatal de saneamento" (Mendes, 1992, p. 32).

DÉCADA DE 70: O "MILAGRE BRASILEIRO" E AS "PROMESSAS" NÃO CUMPRIDAS

O início da década de 70 foi o período do chamado "milagre brasileiro." Vislumbrava-se um novo horizonte para o país. Os problemas sociais não eram considerados relevantes. Eles se resolveriam naturalmente como consequência do crescimento econômico: a famosa partilha do bolo delfiniano. Nesta perspectiva, a

² Conforme Batley (1983, p.14), "o BNH estava ligado a um sistema financeiro cuja condição de existência era a de que prometia uma taxa de retorno acima do nível de inflação a seus pequenos investidores e que deveria, portanto, ressarcir-se, em média, pelo menos a esta mesma taxa de seus tomadores. Em pouco tempo se viu frente ao paradoxo de recursos rapidamente crescentes (por volta de seu quinto ano de financiamento já era o segundo maior banco brasileiro) e uma dificuldade cada vez maior para aplicá-los na habitação da massa da população. Os recursos crescentes se orientaram para grupos de renda mais alta e para investimentos em outros setores que não o da habitação. De fato, os únicos programas que realmente se dirigiam à maioria da população, cuja renda familiar era inferior a cinco salários mínimos, receberam, durante a década de 70, menos do que 15% do seu orçamento total. Estes eram os programas conduzidos pelas agências municipais e estaduais - as COHAB's.

cidade era tida como um aspecto relevante do processo econômico. Ela precisava estar ajustada ao projeto desenvolvimentista. Deveria representar, simbolicamente, os anseios de um país ansioso por desenvolver-se, industrializar-se, tornar-se moderno. O planejamento urbano assumiu, nesse momento, um papel estratégico.

Cabia aos planejadores "preparar" as cidades para a industrialização, concebida como sinônimo de desenvolvimento, de modernização. Questões como a do impacto da industrialização sobre o meio ambiente urbano eram desconhecidas ou ignoradas no processo de decisão sobre a instalação de atividades industriais nas cidades. É famoso o anúncio que circulou internacionalmente, nesse período, convidando empresas multinacionais a se instalarem em cidades brasileiras: "Bem-vindo à poluição, estamos abertos para ela. O Brasil é um país que não tem nenhuma restrição, temos várias cidades que receberiam de braços abertos a sua poluição, porque o que queremos são empregos, são dólares para o nosso desenvolvimento...".³

Entretanto, ao intervir nas gestões públicas locais, como forma de acelerar o crescimento econômico, o governo central passou a sentir mais de perto os antagonismos sociais que colocavam à prova a eficácia do projeto desenvolvimentista. Se a cidade, naquele momento, era um aspecto fundamental do crescimento econômico era nela também que as carências sociais, fundadas no consumo coletivo, se agudizavam. A mediação do Estado tornava-se então paradoxal. Ele precisava atender as exigências da elite econômica que lhe dava legitimidade e ao mesmo tempo garantir as demandas da classe trabalhadora: asseguradora da reprodução do capital. Foi nesse período que começaram surgir, embrionariamente, novas formas de

³ Citado por GABEIRA, Fernando. A idéia de um Partido Verde no Brasil. In. PADUA, José A. (Org.). *Ecologia e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço & Tempo/IUPERJ, 1987. p.175

organizações populares em nível local. Essas organizações ocorriam sob a forma de movimentos reivindicatórios (transporte coletivo, habitação, saúde) e de movimentos de contestação ao modelo desenvolvimentista predatório vigente (poluição urbana, preservação dos recursos naturais, direitos humanos).

A questão ambiental começou, então, a ser considerada: seja de forma oportunista por parte do Estado, seja como forma de ocupar um espaço de denúncias e críticas ao modelo urbano-industrial por parte de grupos organizados da sociedade civil.

Como veremos a seguir, o ambientalismo no Brasil se estruturou nesse período formativo como um movimento bissetorial, constituído por associações ambientalistas por um lado e por agências estatais de meio ambiente por outro. "Esses dois atores terão uma relação simultaneamente complementar e contraditória, confluindo ambos na definição da problemática ambiental recortada pelo controle da poluição urbano-industrial e agrária e pela preservação dos ecossistemas naturais" (Viola e Leis, 1992, p. 82).

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL

As quatro décadas de crescimento econômico acelerado (1940-1980) proporcionaram uma profunda degradação ambiental ao país. Foi talvez a mais intensa e acelerada que aconteceu na história do industrialismo (Viola, 1987, p. 80). Já no início dos anos 70 começaram surgir os primeiros sinais do esgotamento do modelo desenvolvimentista acelerado, desencadeado no Brasil a partir dos anos 40. A industrialização maciça e tardia incorporou padrões tecnológicos avançados para a base nacional, mas ultrapassados no que se refere ao meio ambiente, com escassos elementos tecnológicos de tratamento, reciclagem e reprocessamento. A rápida

implantação da matriz industrial internacional no Brasil internalizou os vetores produtivos da químico-petroquímica, da metal-mecânica, da indústria de material de transporte, da indústria madeireira, de papel e celulose e de minerais não-metálicos, todos com uma forte carga de impacto sobre o meio ambiente (CIMA, 1991, p. 47).

Como vimos anteriormente, esse processo de industrialização acelerou também uma intensa concentração da população brasileira nas cidades e conseqüentemente a metropolização dos maiores centros urbanos. A falta de uma política urbana e de investimentos, em equipamentos e serviços para o atendimento às necessidades criadas por essa população, conduziu à uma profunda degradação do meio ambiente urbano em praticamente todas as grandes cidades brasileiras. Conseqüentemente acentuaram-se os desníveis sociais. A grande maioria da população das regiões metropolitanas viu suas condições de vida agravarem-se ainda mais, muitos passando a viver em condições subumanas: más condições de trabalho e habitação, o desemprego e subemprego endêmicos, os riscos para a saúde resultantes da falta de saneamento, etc. (Monosowski, 1989, p. 15).

Apesar desse quadro anômico que marcava o país, as autoridades oficiais mostravam-se pouco sensibilizadas frente à problemática ambiental: ela era tratada como a antítese do desenvolvimento almejado. Essa posição se explicitou em 1972, quando da realização, em Estocolmo (Suécia), da Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente. Nela o governo brasileiro foi um dos principais articuladores do bloco dos países em desenvolvimento que tinham uma posição de resistência ao reconhecimento da importância da problemática ambiental (sob o argumento de que a principal poluição era a miséria) e que se negavam a reconhecer o problema da explosão demográfica.

Essa posição correspondia à política econômica externa brasileira que tinha como pilares a atração para o país de indústrias poluentes e o incentivo para que

populações desfavorecidas de alta fecundidade migrassem para a Amazônia (para evitar a reforma agrária em suas regiões de origem) (Viola, 1992, p. 83). Argumentava-se, ainda, que a proteção ao meio ambiente era uma preocupação inventada pelos países ricos, para pôr obstáculos à industrialização do Terceiro Mundo. O Brasil teria tempo de sobra para se ocupar desse problema, quando alcançasse a posição de potência industrial (Sachs, 1986, p. 203).

Mas o que o governo brasileiro não estava percebendo era que internacionalmente a questão ambiental assumia dimensões muito mais complexas e responsáveis. Contudo, buscando demonstrar disposição em modificar sua imagem frente à opinião pública internacional, esse governo criou, em 1973, a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA). Sua criação visava, entre outros, atenuar as críticas e pressões feitas por organismos e entidades ambientalistas internacionais, bem como colocar o Brasil numa posição favorável à obtenção de empréstimos e investimentos estrangeiros. Não havia nenhuma definição clara e objetiva de uma política ambiental para o país, a ser conduzida por essa secretaria. Foi atribuída à ela apenas um rol de objetivos de difícil operacionalidade.

Além disso ficou, paradoxalmente, subordinada ao Ministério do Interior, um dos principais órgãos responsáveis pela formulação das políticas de crescimento econômico acelerado. Conseqüentemente sua atuação era relegada a um nível secundário em relação às demais atividades do Ministério. "As estratégias adotadas nesse momento atacam certos efeitos do modelo de desenvolvimento, sem no entanto questioná-lo: seu objetivo é reduzir as degradações ambientais, que poderiam comprometer, em certas áreas, o bom andamento das atividades produtivas. Essa abordagem procura também responder a uma pressão da opinião pública, sensibilizada pela degradação do ambiente urbano" (Monosowski, 1989, p. 19).

Essa sensibilização da opinião pública devia-se em muito à influência das associações ambientalistas que começavam surgir. Entre elas se destaca a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), fundada em Porto Alegre em 1971.⁴ Tal influência ocorria fundamentalmente através da crítica ao modelo urbano-industrial e do novo sistema de valores que essas associações propunham. Suas atuações, nesse período, estavam baseadas na denúncia e na conscientização pública sobre a degradação ambiental, e restritas a campanhas de caráter local - dentro de suas áreas de influência.

De modo geral, nessa fase ambientalista a eficácia das lutas ecologistas foi muito baixa em termos de ganhos precisos, mas significativa se considerarmos a ecologização da mentalidade de contingentes qualitativamente importantes da população. A degradação ambiental não foi detida e muito menos revertida, mas a percepção da degradação aumentou na sociedade (Viola, 1987, p. 90). Por outro lado, na visão de Monosowski (1989, p. 18), "o governo tolera, e mesmo incita, a discussão das questões ambientais como um meio de desviar a atenção da opinião pública dos problemas econômicos e políticos, provenientes do fim do 'milagre brasileiro'. Além disso, a proteção do meio ambiente, tratada como questão técnica, permitirá demonstrar um certo grau de eficiência, além de elaborar um discurso consensual em relação a uma aspiração social específica". Do ponto de vista político, a lógica dessa "abertura", era a de que a organização de grupos ecologistas não significava uma ameaça política à estabilidade do regime.

⁴ Na década de 50 já havia um certo ativismo ligado à preservação da natureza, sem no entanto constituir-se como força política relevante. É daquele período a criação da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), vinculada à União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN).

De fato, a institucionalização da questão ambiental, durante toda a década de 70, se notabilizou pelo seu aspecto quantitativo e não qualitativo. Os órgãos públicos criados e as ações por eles desenvolvidas na área ambiental subordinavam-se à lógica desenvolvimentista. Isso significava um contrasenso, dada a inadequação do dimensionamento das ações de tais órgãos frente à importância e gravidade dos problemas ambientais que o país enfrentava. "O resultado da subordinação do conjunto das políticas à lógica desenvolvimentista se evidencia em total falta de efetividade de suas políticas ou ações institucionais" (Loureiro et al, 1992, p. 4).

Ainda em 1973, através de Lei Complementar, foram institucionalizadas as Regiões Metropolitanas, seguido pela desativação, em 1974, do SERFHAU e a criação da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPU). A Carta Constitucional de 1967 previa em seu artigo 157 a possibilidade da constituição de regiões metropolitanas, mediante Lei Complementar da União. O objetivo era a previsão de problemas de interesse comum entre os municípios ligados às metrópoles, principalmente os de infra-estrutura econômica e social que "dificultavam" o desenvolvimento urbano.

Como o conceito de Regiões Metropolitanas vinha de países que não obedeciam ao nosso sistema federativo, os problemas de sua adequação e objetividade administrativa nunca foram completamente equacionados. Todavia, como uma consequência do diagnóstico e da abordagem adotados através da CNPU, a estratégia para o desenvolvimento urbano compreendia: "a distribuição mais equilibrada da população e dos recursos existentes, impedindo-se assim o crescimento maior de áreas como o Rio de Janeiro e São Paulo, no Sudeste; o desenvolvimento urbano mais disciplinado no sul do país, através de restrição ao crescimento de metrópoles regionais e do fortalecimento das cidades de porte médio; o

desenvolvimento econômico mais dinâmico nas metrópoles regionais do Nordeste do país; e a promoção da urbanização no Norte e no Centro-Oeste bem como a organização da Região Geoeconômica de Brasília (Schmidt e Farret, 1986, p. 42-43).

Esses objetivos de controlar o desenvolvimento urbano também ganharam destaque quando da elaboração do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) para o período 1975-1979. No capítulo sobre desenvolvimento urbano, controle da poluição e preservação do meio ambiente foi definida a necessidade de colocar sob a responsabilidade da CNPU, a integração de várias agências encarregadas de investir em áreas urbanas e a programação de uma ação complementar para integração social (Schmidt e Farret, 1986, p. 43).

Também foram definidas, através dos decretos 1.413 e 76.389/75, prioridades para o controle da poluição industrial, mediante adoção de normas antipoluição e de uma política de localização industrial nas regiões densamente urbanizadas. Além disso, foram definidas as áreas críticas de poluição, compreendendo as regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador e Porto Alegre, as regiões industriais de Cubatão e Volta Redonda, as Bacias Hidrográficas do Tietê, do Paraíba do Sul e do Jacuí, o estuário de Guaíba e ainda as bacias hidrográficas de Pernambuco (Monosowski, 1989, p. 19).

Como nesse momento, em função da centralização do poder, os municípios estavam destituídos de suas capacidades técnico-administrativas para autogerenciar seus problemas, cabia aos governos estaduais o efetivo desenvolvimento e implantação das estruturas destinadas a gerenciar o meio ambiente. Assim passaram a ser criadas várias agências estaduais. Suas funções primordiais direcionavam-se ao controle da poluição industrial, conforme estabelecia o II PND. Elas deveriam determinar as condições para o estabelecimento e funcionamento de empresas

poluidoras, principalmente naquelas regiões relacionadas acima: consideradas "áreas críticas de poluição".

Nesse sentido, destaca-se a criação da Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental (CETESB), em São Paulo; a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA), no Rio de Janeiro; e a Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente (SUREHMA), no Paraná. Seguiu-se a criação de outras agências estaduais, principalmente nos Estados do Sul-Sudeste. Ligavam-se inicialmente à outras secretarias: no Rio Grande do Sul e Espírito Santo ligadas à Secretaria de Saúde; em Santa Catarina à Secretaria de Planejamento e em Minas Gerais à Secretaria de Ciências e Tecnologia (Ferreira, 1992, p. 108).

Embora tivesse sido atribuído competência aos Estados para gerenciar os problemas ambientais urbanos, muitas prerrogativas ainda permaneciam centralizadas no governo federal - via SEMA e outros órgãos. Era o caso do controle daquelas atividades consideradas de "Segurança Nacional e de Interesse do Desenvolvimento". Fazia parte desse controle todas as empresas públicas, as concessionárias de serviços públicos federais, as indústrias de armamentos, as refinarias de petróleo, as indústrias química e petroquímica, de cimentos, siderurgia, material de transportes, celulose, fertilizantes e defensivos agrícolas, mecânica pesada e processamento de metais não-ferrosos (Decreto 81.107/77).

Com a adoção do conceito de "Áreas Críticas de Poluição", o Estado buscava dinamizar as suas estratégias de desenvolvimento urbano. A determinação da localização das indústrias poluentes no território urbano estava ligada à estratégia de atenuação dos seus efeitos negativos mais contundentes. Visava-se assegurar a continuidade da legitimidade do regime junto à opinião pública interna e a credibilidade junto aos credores internacionais. A criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU), em 1979, tinha, entre outros, esse objetivo. Com a

criação desse órgão alterou-se, mais uma vez, o perfil da política urbana do país na tentativa de dinamizar e ampliar a base operacional dos investimentos na área social.

Nesse momento as ações do Estado já começavam perder sua legitimidade. Avolumava-se a massa de desempregados e subempregados nas grandes cidades. Propunha-se, então, políticas que possibilitassem a "retomada do crescimento", através de um novo crescimento econômico que favorecesse o "combate à miséria". Argumentava-se que os "problemas urbanos" seriam solucionados com a reformulação do padrão de crescimento do país. Obviamente, o que estava em jogo era a tentativa de salvar um modelo econômico que há muito havia deixado de fazer "milagres".

Havia na sociedade brasileira um consenso do esgotamento do regime. As instituições públicas cada vez mais tornavam-se incapazes de propor soluções aos problemas. Muitas tornavam-se até inadequadas diante dos avanços políticos e culturais que permeavam a conjuntura daquele final de década. Era evidente a perda de legitimidade do Estado, incapaz de sustentá-la nem mesmo pela força e coerção - como fora a tônica durante todo os anos de autoritarismo. O poder havia se dividido e se dispersado.

A partir de 1979, o debate cultural e político ganhou em amplitude com a volta de lideranças políticas exiladas que introduziram novas idéias políticas e valores pós-materialistas na cultura de massa: fruto do contato com os movimentos sociais predominantes no Primeiro Mundo. Essa oxigenação de novas idéias e formas de pensar a realidade sócio-ambiental e política do país favoreceu as atividades de questionamento e luta pelo fim do regime ditatorial.

Os movimentos populares reivindicatórios por melhores condições de vida urbana ganharam expressividade nesse contexto. Eram movimentos originários das camadas periféricas das grandes cidades. Ao reivindicarem melhor qualidade de

vida (transporte, habitação, saúde e outros) colocavam a nu as contradições de um Estado que tende historicamente a favorecer os interesses do grande capital. As invasões à terrenos ociosos nas periferias que passaram a se proliferar a partir desse momento (disseminando-se durante os anos 80), denunciavam o controle imobiliário do espaço urbano por grandes grupos econômicos.

A incapacidade de adquirir a moradia em locais dotados de infraestrutura, levava grandes contingentes de trabalhadores a assentar-se em áreas periféricas, desaconselháveis à habitação e passíveis de degradação ambiental: áreas de mananciais, encostas, mangues, fundos de vale e outros. O saldo positivo desses movimentos foi o aumento da capacidade político-organizativa e da consciência de cidadania que seus membros passaram a adquirir. Em meio à outras manifestações políticas, como a do novo sindicalismo emergente na região do ABC paulista, esses movimentos contribuíram para o processo de democratização da sociedade brasileira nos anos 80.⁵

Também o movimento ecológico se difundiu e cresceu em capacidade organizativa e de atuação. A imagem de movimento exótico cedeu lugar ao reconhecimento de sua importância enquanto ator político no cenário de luta e crítica ao regime vigente. Campanhas de escopo regional já vinham se desenvolvendo desde 1977. A vitória na luta contra a construção do Aeroporto em Caucaia do Alto (1977-78), região da Mata Atlântica paulista, foi um fato importante na história do movimento. Com apoio da classe média paulista, conseguiu-se a transferência da construção do aeroporto.

⁵ Para uma visão do desempenho dos movimentos sociais urbanos na década de 80, ver entre outros: DURHAN, Eunice. Movimentos sociais: a construção da cidadania. *Revista Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n.10, p.24-30, 1984; JACOBI, Pedro. Movimentos sociais urbanos e Estado: efeitos político-institucionais da ação coletiva. *Águas de São Pedro: ANPOCS*, 1987. Mimeo, 21p.

Conforme Viola (1992, p. 8), essa vitória estimulou outras campanhas ambientalistas deslançadas em fins da década de 70. Uma delas foi para salvar as "Sete-Quedas" no Rio Paraná, que desapareceram com a construção da hidrelétrica de Itaipú. Apesar de ter conseguido certa repercussão nacional, não foi suficiente para impedir a construção da hidrelétrica. Outra campanha foi a de defesa da Amazônia. Organizada no Sudeste do país, conseguiu pela primeira vez chamar a atenção da opinião pública com relação ao incipiente mas crescente deflorestamento da Amazônia.

O questionamento do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha também foi desenvolvido no seio do movimento ambientalista - particularmente pela AGAPAN que elaborou uma crítica mais global e profunda do acordo, considerando sua forma de produção energética frente ao atual padrão civilizatório. Sua inspiração vinha do movimento contra as usinas nucleares do Primeiro Mundo. O impacto da prédica da AGAPAN foi de tal ordem na opinião pública gaúcha que a Assembléia Legislativa aprovou uma emenda à Constituição do Estado proibindo a construção de usinas nucleares (Viola, 1987, p. 93).

A crítica à política nuclear do governo brasileiro também contou com a adesão da Sociedade Brasileira de Física (SBF) e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Estas entidades tiveram um papel decisivo, tanto do ponto de vista científico-técnico, quanto econômico-político. A mobilização anti-nuclear no Rio de Janeiro e em São Paulo atingiu seu pico no início dos anos 80 (82-83), criando-se uma opinião pública antinuclear capaz de dificultar os planos do governo federal de construir uma usina fora do Estado do Rio de Janeiro, no sul de São Paulo (Viola, 1992, p. 8).

De modo geral, os acontecimentos ocorridos no final da década de 70 anunciavam mudanças significativas nos rumos políticos e sócio-ambientais do país. Previa-se por muitos que a década de 80 traria de volta a democracia com todos os

seus adjetivos inerentes. A renovação, a possibilidade de reconstruir os destinos do país pareciam bastante evidentes. As suas pré-condições vinham sendo formadas. Claro que houve frustrações, mas muitos avanços foram possíveis.

Como veremos a seguir, a década de 80 consolidou a democracia, ainda que longe de amenizar os desajustes políticos, econômicos e sócio-ambientais decorrentes dos anos de autoritarismo. Repolitizou-se o planejamento urbano, ainda que certas características tecnocráticas permaneçam. O ambientalismo multissetorializou-se e obteve vitórias expressivas, ainda que os resultados atingidos estejam aquém do desejado e necessário para equilibrar o meio ambiente urbano - fundamentalmente nas grandes metrópoles.

DÉCADA DE 80: AS METAMORFOSES DO ESTADO

Vimos que o modelo econômico de desenvolvimento acelerado resultou em um desenvolvimento predatório e entrópico ou em um "maldesenvolvimento", para utilizar um conceito de Sachs.⁶ Aqueles setores considerados essenciais para a determinação da qualidade de vida de uma cidade foram os mais impactados: saúde, habitação, saneamento básico, transporte coletivo. Este último, pelo seu caráter depreciativo, foi o que mais se deteriorou ao longo do período. Apesar de o transporte coletivo ter se tornado predominante desde os fins da década de 60, foi só em 1976 que se tentou, pela primeira vez, elaborar uma política de transporte urbano em escala nacional.

⁶ Conforme SACHS (1986), "Maldesenvolvimento" designa o tipo de desenvolvimento econômico que historicamente tem preponderado tanto nos países do Norte como nos países do Sul. Caracteriza-se por promover deliberadamente a desigualdade social, além de contribuir para a degradação do meio ambiente bio-físico e da capacidade humana criadora.

A Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU), criada naquele ano, só se consolidou a partir de 1979. O resultado imediato desse quadro ficou evidente: baixa qualidade dos serviços prestados, redução da mobilidade a nível pessoal e aumento de participação das despesas de transporte nos orçamentos domésticos. A média de gastos com transporte em 1960 era de 5,7% do salário mínimo, em 1980 passou para 11,2%, chegando a 15% em 1983 (Schmidt e Farret, 1986, p. 60). Os "quebra-quebras" de trens e ônibus urbanos em Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro, nesse período, davam mostras do clima de revolta da população frente às anomalias do sistema de transporte coletivo no país.⁷ Juntamente com o saneamento básico, a habitação e a saúde, o setor de transporte público deixava transparecer o fracasso de um governo que se propunha a planejar esses setores apenas orientado por princípios de racionalidade e de competência técnica. Foi nesse momento que tanto técnicos progressistas como organizações da sociedade civil passaram a combater aquilo que foi denominado de "tecnocratismo". "O centro dos argumentos era a crítica à concepção de engenharia social que fundamentava o planejamento urbano, avaliada como limitativa por estar prisioneira de uma racionalidade puramente técnica" (Ribeiro e Cardoso, 1989, p. 6). Essa engenharia social não só havia criado uma tecnologia a serviço de uma cultura técnico-administrativa predatória, como servia aos que lucravam por ter decidido "poluir para crescer."

A tentativa de amenizar esses impasses tomou novo impulso com a criação, em 1981, da Lei que estabeleceu a Política Nacional de Meio Ambiente - regulamentada em 1983. Nela se considerou, pela primeira vez, o preceito da

⁷ Ver MOISÉS, José A; ALIER, Verena M. A revolta dos suburbanos ou 'patrão o trem atrasou'. In. **Contradições urbanas e movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

conciliação do desenvolvimento econômico com a preservação ambiental.⁸ Estruturalmente, criou-se o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), integrado por um órgão colegiado - o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) -, e por órgãos executivos da esfera federal e estadual. Ao CONAMA coube a responsabilidade de formular a política ambiental do país.

Esse Conselho Federal juntamente com os Conselhos Estaduais, criados a partir de 1982, propiciaram a integração e a coordenação das ações de diferentes setores governamentais ligados ao meio ambiente. Do CONAMA fazem parte tanto os ministérios e entidades setoriais da administração federal ligadas à questão ambiental, como órgãos da administração estadual e municipal, entidades de classe e organizações não-governamentais (CIMA, 1991, p. 72). Embora tenha sido implantado em 1984, o CONAMA só se viabilizou a partir de 1986. Isso porque a gestão que assumiu a SEMA no período 1986-1988, tendo como secretário Roberto Messias Franco, empreendeu um novo padrão de atuação, dinamizando sua relação com a sociedade civil.

Obviamente, esse novo processo de institucionalização da questão ambiental, desencadeado pelo governo federal na década de 80, não ocorreu de forma retilínea, nem sem conflitos e contradições frente à retórica intenção de revalorizar a questão sócio-ambiental. O conflito ocorreu em função do questionamento recíproco que agências e entidades passaram a fazer de suas atuações na dinâmica sócio-ambiental. Por um lado, as associações percebiam as agências agindo com mão branda com as indústrias poluidoras e muito lentas na apuração das suas denúncias de degradação. Por outro lado, as agências percebiam as associações como ingênuas (na avaliação das forças econômicas que agiam no universo sócio-

⁸ Entre os instrumentos inovadores adotados destaca-se: o zoneamento ambiental, a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) e o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental.

ambiental), incompetentes tecnicamente e desrespeitosas do conhecimento técnico detido por aquelas (Viola e Leis, 1992, p. 84).

Decisões administrativas contraditórias se acentuaram com o advento da chamada Nova República (1985). Não apenas as diversas políticas urbanas foram colocadas em diferentes ministérios, mas diversas delas foram atomizadas em inúmeras instituições, com objetivos e procedimentos nem sempre coerentes e harmônicos entre si. Grosso modo, pode se dizer que houve um retorno à situação anterior a 1964 onde predominava no máximo um tênue planejamento incremental visando resolver problemas pontuais e localizados (Azevedo e Prates, 1990, p. 18).

Em 1985 foi criado o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, incorporando a estrutura do BNH. Dois anos depois esse Ministério foi transformado em pasta da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente. Em seguida, durante a "operação desmonte" que caracterizou o final do governo Sarney, esse novo Ministério foi extinto. A SEMA voltou ao seu lugar de origem: o Ministério do Interior. Em 1989 foi criado o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), pela fusão da SEMA com agências federais da área de florestas, borracha e pesca. Um ano depois, já no governo Collor, foi criada a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República (SEMAM-PR), à qual ficou subordinado o IBAMA.

O tratamento administrativo dado à questão urbana durante a última década também não foi diferente. Todo o aparato institucional montado nas décadas de 60 e 70 para cuidar do desenvolvimento urbano começou a ser desmontado. Ocorreu a insolvência do Sistema Financeiro da Habitação, fechou-se o Banco Nacional de Habitação, desativaram-se as instâncias metropolitanas de planejamento. "A história administrativa da questão urbana é, por si só, expressiva: originalmente competência do Ministério do Interior, foi deslocada para um novo Ministério do

Desenvolvimento Urbano, que se transformou em Ministério da Habitação e Urbanismo, que foi finalmente extinto, passando a questão habitacional, último resíduo, à esfera de uma tradicional instituição bancária - a Caixa Econômica Federal" (Smolka e Vainer, 1990, p. 6). Esse quadro dá mostras de como foram feitos os arranjos políticos e definida a engenharia institucional para cuidar da questão ambiental e urbana durante a década de 80, além de indicar a importância dada à elas na esfera da União.

O PERÍODO PRÉ-CONSTITUINTE: A MULTISSETORIALIZAÇÃO DO MOVIMENTO AMBIENTALISTA E A "ECOLOGIZAÇÃO" DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA

O cenário político criado, a partir de 1986, marcou uma inflexão nos destinos do sócio-ambientalismo brasileiro. Os preparativos para o processo constituinte, iniciado com as eleições de 1986, incitaram a discussão, posicionamento e articulação do movimento ambientalista, basicamente do Sul-Sudeste, em torno de candidaturas e objetivos a serem defendidos na constituinte. Apesar de só ter conseguido eleger um representante (Fábio Feldemann), ficou como saldo positivo a oportunidade de expor, pela primeira vez, em uma campanha eleitoral, as idéias ambientalistas. Também foi naquele período que surgiu o desejo de se criar um partido verde no Brasil (Pádua, 1991). O debate iniciado em 1985 sobre a sua viabilidade culminou com uma divisão no seio do ambientalismo nacional sobre a sua importância naquele momento.

Independente dessa divisão, o grupo carioca que estava à frente da fundação do partido lançou Fernando Gabeira a governador do Estado do Rio de Janeiro em coligação com o Partido dos Trabalhadores (PT). Apesar do relativo sucesso da "candidatura Gabeira" (7,8% dos votos) a idéia de construir o PV continuou

não sendo atraente para a maioria dos ambientalistas brasileiros. Além disso, o PV encontra sérias dificuldades para formular alternativas consistentes para os problemas sócio-ambientais das grandes cidades, onde a maior parte do seu eleitorado potencial está concentrada (Viola, 1991, p. 20).

Por outro lado, o bissetorialismo que marcava o movimento ambientalista até então, cedeu lugar ao multissetorialismo. Esta nova configuração se formou na medida em que muitos atores sociais de diferentes setores passaram a pautar suas ações seguindo uma visão de mundo ambientalista. Apesar das diferentes temporalidades e ritmos históricos destes atores, passou a se formar canais de intercomunicação/aproximação entre eles, estimulando a busca em comum de estratégias e alternativas de ação que sinalizem para uma nova etapa do desenvolvimento: o desenvolvimento sustentável.

Este ambientalismo multissetorial está constituído por oito setores principais, com diversos graus de integração e institucionalização: o ambientalismo *Stritu Sensu* (associações e grupos ambientalistas); o ambientalismo governamental; o sócio-ambientalismo; o ambientalismo dos cientistas; o ambientalismo empresarial; o ambientalismo dos políticos profissionais; o ambientalismo religioso; e o ambientalismo dos educadores (Viola e Leis, 1992, p. 3).

Com a transformação do movimento ambientalista bissetorializado (associações ambientalistas/agências governamentais) em um movimento multissetorializado, emergiu entre as associações ambientalistas um processo generalizado de institucionalização que translada o centro de gravidade do voluntarismo para o profissionalismo. Esse processo se deu sob duas formas: a) a emergência de novas organizações com um perfil profissional; b) a profissionalização parcial de um setor das associações que tinham sido anteriormente amadoras (Viola e Leis, 1992, p. 85-86). Essa profissionalização, no contexto de um ambientalismo

multissetorializado, facilita a interrelação e a participação na gestão ambiental, uma vez que suas interferências estão pautadas em bases técnico-científicas, sob a forma de projetos alternativos, e não mais em denúncias isoladas e pontuais.

Do lado dos movimentos sociais urbanos, durante o Congresso Constituinte os esforços se concentraram na possibilidade de garantir na nova Constituição um conjunto de direitos urbanos fundamentais: posse efetiva aos ocupantes de terrenos invadidos; direito social sobre o solo criado; serviços públicos de qualidade com tarifas acessíveis e outros. Tratou-se de resgatar a função social do planejamento urbano, com o seu controle pela população organizada em suas comunidades e associações. "A dimensão e importância destes movimentos e suas ações no seio da sociedade pode ser medida pelo fato de que a Emenda Popular sobre reforma urbana foi a terceira mais subscrita em todo o país" (Smolka e Vainer, 1990, p. 15).⁹ Embora a questão urbana tenha sido marginalizada e os debates a seu respeito tenham sido esvaziados durante o Congresso Constituinte, é louvável o fato de, pela primeira vez, uma constituição brasileira conter um capítulo dedicado especificamente à ela.

A questão ambiental também mereceu um capítulo específico na nova Constituição. Essa conquista deve-se em muito à força que o ambientalismo adquiriu com a sua multissetorialização - criando-se um mecanismo informal de debate e encaminhamento de propostas junto ao Congresso Constituinte (CIMA, 1991). Por iniciativa do deputado Fábio Feldmann (líder da OIKOS, uma das entidades-chave na constituição do ambientalismo brasileiro) organizou-se em 1987 o Bloco Parlamentar

⁹ O Regimento da Assembléia Nacional Constituinte possibilitava a apresentação de propostas de iniciativa popular, mediante a subscrição de no mínimo 30 mil eleitores. As mais subscritas, pela ordem, foram a da reforma agrária, a pelos direitos dos trabalhadores, e a da reforma urbana.

Verde que durante as deliberações do Congresso Constituinte desempenhou um papel de articulador dos diferentes setores do ambientalismo para atuarem como força de apoio no processo (vitorioso) de ecologização da nova constituição (Viola e Leis, 1992, p. 86).

O PERÍODO PÓS-CONSTITUINTE: O LUGAR E A VEZ DOS MUNICÍPIOS

Em termos ambientais, a Constituição Brasileira é considerada uma das mais avançadas e inovadoras do mundo. O Brasil foi o primeiro país do mundo a ter a obrigatoriedade de Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) prevista na sua Constituição. No capítulo dedicado à questão ambiental foram consolidados os princípios, diretrizes e instrumentos anteriormente adotados pela Política Nacional de Meio Ambiente.

Através deles delimitou-se o campo de atuação da esfera estatal e da sociedade civil na gestão do meio ambiente. A efetividade dos direitos arrolados deve ser garantida pelo poder público e a coletividade. No que diz respeito à esfera pública, o texto constitucional introduz como novidade a ação concorrente das três esferas da federação (União, Estados e municípios) como co-responsáveis pela garantia da qualidade ambiental, prevalecendo a norma mais restritiva. Objetivamente, significa dar autonomia a Estados e Municípios para exercitarem políticas ambientais (Loureiro et al, 1992, p. 9).

O esvaziamento político que os municípios haviam sofrido no período ditatorial, foi revertido com a nova carta constitucional. Os recursos e as decisões mais importantes, que haviam ficado centralizados no governo federal, foram resgatados.¹⁰

¹⁰ Segundo SADEK (1991, p.9), "o contraste entre os princípios descentralizadores consagrados pela Constituição de 1988 e os preceitos centralistas do passado é tão profundo, que se pode sustentar que estamos face a uma modificação de alcance imprevisível. Trata-se de uma alteração de rota que poderá dividir a história político-administrativa do país em duas fases: a que antecedeu a atual constituição e a que lhe seguiu".

Esse aspecto está traduzido na autonomia dada aos municípios para implementação de vários programas e políticas públicas de caráter local - incluindo-se a política ambiental.

Desta forma, a questão da qualidade de vida nas cidades é contemplada quando se destaca que os municípios, juntamente com as outras esferas governamentais, têm entre as suas atribuições fundamentais a de "proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas", além de "promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico" (Constituição Brasileira de 1988, art. 23, incisos VI e IX).

Um passo importante também foi dado no resgate da cidadania. Pela primeira vez determinou-se, constitucionalmente, a obrigatoriedade do Plano Diretor para cidades com mais de 20 mil habitantes, além de se prever que os próprios municípios passassem a elaborar e votar as suas Leis Orgânicas. Até então, com exceção das cidades do Estado do Rio Grande do Sul e da cidade de Curitiba, eram as Assembléias Legislativas respectivas que votavam esta lei.

Naquelas cidades onde as forças progressistas conseguiram se articular para a discussão dos problemas fundamentais das cidades, criaram-se verdadeiras "Constituintes Municipais", propiciando uma atividade intensa de parlamentares de diversas correntes ideológicas e uma oportunidade inédita de intervenção da população local na discussão das questões de cada uma de suas cidades (Silva e Melão, 1991 p. 104).

De fato, a discussão sobre o meio ambiente urbano se intensificou a partir de 1988. Tanto ambientalistas como governantes "descobriram" que o nível local é o lugar onde efetivamente existem maiores condições para contenção, prevenção e solução da maioria dos problemas sócio-ambientais. Nos fulcros dessa percepção está a idéia do "desenvolvimento sustentável". Até meados da década de 80, a maioria dos

ambientalistas brasileiros era alheio ao problema do desenvolvimento: ecologia e economia eram percebidas como realidades antagônicas.

Na constatação de Viola e Leis (1991, p. 10), a mudança observada a partir de 1988 deve-se a vários fatores: 1) a acentuação da crise econômica e das finanças públicas torna imperioso para as entidades ambientalistas considerar de algum modo os problemas econômicos, sob pena de perder o contato e a influência já adquiridos em diversos setores da população; 2) o socioambientalismo, produto originalmente em grande medida da influência ambientalista, atua como um realimentador positivo com relação à preocupação com os problemas econômicos; 3) as novas organizações profissionais estão, devido a sua forte conexão internacional, influenciadas pela estratégia de conservação com consideração pelos problemas econômicos das populações locais, desenhada em 1980 pela International Union for the Conservation of Nature and Resources; 4) o relatório da Comissão Brundtland, "Nosso Futuro Comum", é disseminado e lido com atenção no ambientalismo brasileiro, sendo um setor inspirado nele (outro de idéias socialistas o critica).

O reconhecimento dos elos essenciais entre meio ambiente e desenvolvimento já havia sido enfatizado na Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, em Estocolmo, no ano de 1972. Desde aquela data autoridades e estudiosos dos países desenvolvidos passaram a se preocupar com os destinos das suas grandes metrópoles. Com o patrocínio das Nações Unidas, passaram a ser elaborados vários documentos e realizados vários seminários internacionais sobre os problemas sócio-ambientais nas grandes cidades. Pobreza, assentamentos humanos e crescimento populacional eram os temas predominantes.

Contudo, foi o Relatório da Comissão Mundial de Meio Ambiente ("**Nosso Futuro Comum**", também chamado de "**Relatório Brundtland**"), divulgado em 1987, que deu novo impulso à tomada de consciência da interdependência entre

ecologia e economia. A idéia de que a economia é apenas um subsistema que, junto com outros, forma o complexo sistema organizativo da vida humana sobre o planeta terra é enunciada nesse relatório - configurando-se como o pressuposto básico da proposta de "desenvolvimento sustentável", por ele formulada.

Em 1989 o governo brasileiro decidiu sediar, com respaldo da ONU, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED-92) - fundamentada na filosofia do "desenvolvimento sustentável". A perspectiva da realização dessa conferência fez com que o ambientalismo governamental buscase acelerar sua expansão e consolidação organizativa, sobredimensionando, no entanto, sua capacidade e possibilidades reais de atuação. Passada a conferência, observa-se um hiato entre o discurso pré-conferência de muitos dos governantes e suas atuais ações efetivas.

Se na retórica havia uma sensibilização para com a questão ambiental, na prática suas ações continuam permeadas por medidas administrativas altamente burocratizadas, clientelistas e de baixa eficiência alocativa. Essa ineficiência, como já vimos, acarreta graves problemas à qualidade de vida urbana, além de desgastar a imagem da administração pública - desestimulando, entre a população, a mudança de comportamento e percepção dos problemas ambientais. Assim, "por inércia do poder público e falta de pressão da opinião pública, parcela considerável das demandas e necessidades deixam de ser atendidas" (Ribeiro, 1992, p. 68).

Entre as capitais e cidades de porte médio existentes no Brasil, foram poucas as que tiveram a primeira gestão após a nova Constituição (1989-1992) pautada em preceitos ecológicos. Entre essas destacaram-se São Paulo, Belo Horizonte, Vitória, Porto Alegre, Curitiba, Santos, Rio de Janeiro. Nelas o incentivo ao crescimento desordenado e perverso cedeu lugar a uma visão mais ecológica e política da questão urbana. Buscou-se adotar um novo estilo de desenvolvimento urbano,

baseado em políticas que privilegiaram a qualidade de vida dos habitantes e incentivaram a tomada de consciência sobre os problemas relacionados com o meio ambiente. A gestão ambiental deixava, assim, de assumir um perfil "curativo" e "corretivo", assumindo a ótica preventiva baseada na conscientização e co-participação dos diversos setores sociais - seguindo a tendência da multissetorialização do movimento ambientalista.

Por um lado, a Constituição Federal de 1988 reconduziu os municípios ao seu lugar institucional de origem. Por outro lado, as experiências desenvolvidas nestas cidades redimensionaram o espaço e o papel político dos municípios na gestão ambiental do país - corroborando a proposta do Relatório "**Nosso Futuro Comum**" e as conclusões da UNCED-92, de fortalecimento das ações locais. A partir dessas experiências desencadeou-se uma nova perspectiva na relação administração municipal/sociedade civil - tendo como resultado, possível, ações que assegurem o equilíbrio ecológico, enquanto meta e necessidade comum. No desmembramento desse processo é que poderá haver possibilidades reais para a emergência de um novo modelo de desenvolvimento urbano: ambientalmente equilibrado, socialmente justo.

2 AS BASES HISTÓRICO-CULTURAIS E SÓCIO-ECONÔMICAS DO DESENVOLVIMENTO URBANO EM CURITIBA

*para o poder, há mais de um século,
qual é a essência da cidade?*

Henry Lefebvre

A origem da cidade de Curitiba está ligada à lógica do desenvolvimento sócio-econômico e político do Brasil no seu período colonial. Foi a partir da exploração do ouro e outros minerais que se formou no início do século XVII a primeira "vila" no território onde hoje Curitiba está localizada. Até então, esse território era ocupado por nativos das nações Tupi, Guarani e Jê.

O quase esgotamento do ouro fez com que alguns dos grupos de "mineradores" permanecessem no local cultivando uma agricultura de subsistência e explorando o ouro ainda existente. A partir dessas permanências criaram-se as condições para que em 1693 fosse instituída a justiça e oficializada a vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais: seu primeiro nome.

Mais tarde, já no início do século XVIII, a vila entrou em um novo ciclo de desenvolvimento: o ciclo do gado. Passou a fazer parte da "rota dos tropeiros": tropas de gado que eram levadas de Viamão, no Rio Grande do Sul, passando por Lages e Curitiba, em Santa Catarina, até Sorocaba no Estado de São Paulo. Lá eram vendidos, entre outros, para as companhias mineradoras de ouro e pedras preciosas da região das Minas Gerais. Nesse período o território paranaense ainda fazia parte da Província de São Paulo.

A região de Curitiba constituía-se em um ponto estratégico da "rota dos tropeiros", uma vez que ali eram alugadas fazendas para as "invernadas": período de inverno em que o gado permanecia engordando antes de seguir viagem. Com a decisão de Portugal de criar no local um posto para cobrança de imposto pela passagem das tropas e em função da rede comercial que se formou em decorrência da permanência dos "tropeiros" durante o período de "invernadas", a vila passou a se expandir. Muitos fazendeiros da região passaram a alugar suas fazendas para as "invernadas" e foram viver na vila, investindo em negócios voltados às necessidades dos "tropeiros": lojas, armazens, entrepostos de mercadorias, casas de diversões e outros.

No final do século XVIII a Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais já era o principal núcleo urbano da região e o segundo núcleo urbano de toda a Província de São Paulo. Esse "progresso" emergente influenciou na decisão da Assembléia Legislativa paulista em elevar a vila à condição de cidade. Assim, em 1842 através da Lei Provincial n. 05 de 05 de fevereiro, a Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais foi elevada à condição de cidade - passando a chamar-se Curitiba.¹¹ Antes, em 1812, ela já havia passado à condição de Sede de Comarca, condição ocupada até então pela cidade litorânea de Paranaguá.

O ciclo do gado se estendeu até meados do século XIX. A partir de então Curitiba entrou em uma nova etapa de seu desenvolvimento. A agricultura de subsistência e o comércio em função do gado foram aos poucos dando lugar a uma agricultura mais dinâmica e diversificada e à uma nova atividade econômica: a extração e comercialização da erva-mate, especialmente com os países platinos.

¹¹ A forma mais aceita para a origem do nome "Curitiba" é a que provém do Tupi-Guarani "Coré-Etuba", significando "lugar de muito pinhão".

De ponto estratégico na rota das tropas de gado, Curitiba passou a ponto estratégico da província na comercialização da erva-mate. Sua localização era ponto terminal dos caminhos do Itupava e da Graciosa, que ligavam Curitiba e o interior da província aos portos marítimos de Antonina e Paranaguá. Essa posição geográfica favorável foi realçada ainda mais a partir de 1885, quando foi inaugurada a estrada de ferro Curitiba-Paranaguá. Esta estrada marcou um ponto de inflexão no desenvolvimento econômico do Paraná. Por muitas décadas se constituiu no principal corredor de exportação da produção paranaense.

CONTROLE SOCIAL SOBRE O USO DO ESPAÇO URBANO: AS PRIMEIRAS TENTATIVAS

Em 1853 aconteceu a emancipação política do Paraná, transformando-se em uma nova província. A eminência de tornar-se a capital da nova província fez com que, pela primeira vez, Curitiba sofresse uma tentativa de controle social sobre o uso do espaço urbano. Para tornar-se capital da Província Paranaense era preciso ter um perfil de cidade organizada. Era preciso apresentar uma infra-estrutura que oferecesse condições para os novos serviços e as novas demandas inerentes à condição de capital de província. A elite emergente a partir do comércio do gado e da erva-mate passava a introduzir na cidade novos hábitos de consumo e novas demandas sociais: escolas, teatros, clubes, áreas de lazer e outros.

Pierre Taulois, engenheiro francês que já atuava na Província como *inspector* geral de medições de terra, foi encarregado de estabelecer novos traçados para a cidade. Apresentado em 1855, o chamado "Plano Taulois" transformava Curitiba em uma cidade de linhas retas - com cruzamentos em ângulos retos e bem

definidos.¹² Foi considerado um plano avançado para a época uma vez que, entre outras, já vislumbrava as possibilidades para a fluidez do tráfego futuro na área central (em 1887 surgiram os primeiros bondes à tração animal e em 1911 os primeiros bondes elétricos).

Na mesma época a cidade passava por uma grande crise de produtos alimentícios básicos. Para resolvê-la o governo provincial criou uma política imigratória, visando a formação de colônias agrícolas ao redor da cidade, que viessem suprir a carência desses produtos. Atraídos por essa política, um grande contingente de imigrantes europeus passou a deslocar-se para os arredores do núcleo urbano de Curitiba - formando o que hoje é denominado de "Cinturão Verde" (produção de hortifrutigranjeiros).

Inicialmente os maiores contingentes foram de alemães, poloneses e italianos, seguido de um menor número de ucranianos, franceses, ingleses e austríacos, entre outros. Muitos deles já haviam habitado, inicialmente, regiões estratégicas do interior da Província Catarinense e Paranaense, seguindo a lógica da política de ocupação do território sulino instituída pelo governo imperial. Calcula-se que aproximadamente 30 mil imigrantes chegaram à Curitiba entre 1872 e 1900 e cerca de 27 mil entre 1900 e 1920. Estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que em 1872 a cidade contava com 12.651 habitantes, em 1900 com 49,755 habitantes, em 1910 com 60.800 habitantes e em 1920 com 78.986 habitantes.

¹² Embora essa primeira intervenção sobre a cidade assumisse a forma de um plano de desenvolvimento urbano para a cidade, ele não é considerado um plano urbanístico *Stritu Sensu*, uma vez que não seguiu os critérios científicos do urbanismo que só se afirmaria como disciplina científica no final do século XIX. As intervenções feitas no espaço urbano até então, eram fundamentalmente práticas, baseadas em critérios técnicos, funcionais e estéticos. Não havia nelas reflexão crítica sobre a ocupação social do espaço urbano. Essa fase é considerada por CHOAY (1979) como a fase do "pré-urbanismo".

Significativas transformações ocorreram no cenário urbano de Curitiba com o súbito aumento de sua população. Embora os imigrantes tivessem formado suas colônias ao redor da cidade, fora do perímetro urbano, o ponto de convergência de suas atividades era o núcleo urbano. Problemas de infra-estrutura tornaram-se agravantes: falta de segurança pública, de escolas, de iluminação, precariedades das vias de acesso entre as colônias e o núcleo urbano, pó, lama, ruas irregulares.

Diante desse quadro, as autoridades locais buscaram encontrar meios para "manter a ordem" na cidade. Com a participação dos profissionais mais influentes da cidade (engenheiros, autoridades judiciais, médicos higienistas) foi elaborado, em 1895, o primeiro Código de Posturas de Curitiba. Através dele ficava estabelecido as normas e o padrão urbano para o projeto de ordenamento e crescimento que se desejava para a cidade. O não-cumprimento desse "Código" implicava em penalidades, o que o tornava eficiente. A idéia era inserir Curitiba nos mesmos ideais "progressistas" de outras "grandes cidades", tendo como princípios: democracia, cultura, virtude, beleza, bem-estar, confraternização, movimento, trabalho e lazer (Schaaf e Gouvêa, 1991, p. 71).

Por outro lado, o cenário sócio-cultural da cidade começava ser impactado com a presença dos imigrantes de origem européia. Aos poucos eles foram introduzindo seus costumes e valores nos diversos ramos de atividade e nos diversos setores da sociedade. Foi marcante suas contribuições nas artes, na arquitetura, na engenharia e em outras atividades. Na agricultura local aconteceu uma profunda transformação. A forma como cada colônia de imigrantes desenvolvia sua técnicas agrícolas, no cultivo de suas lavouras, foi responsável pela formação de uma atividade agrícola diversificada e complexa na região.

Novas culturas agrícolas foram introduzidas como a aveia, o centeio, a cevada, a batata inglesa e as frutas cítricas, além do restabelecimento de outras como

o trigo, o tabaco, o linho, a vinha. Também foi com os imigrantes que as atividades industriais ganharam forma em Curitiba, sobretudo com a criação de pequenas indústrias voltadas ao suprimento das demandas das colônias agrícolas: moinhos, fiações, tecelagem, fundições, cervejarias, cerâmicas, olarias e outras (Miranda, 1981, p. 7). Uma elite empresarial, baseada fortemente na comercialização, se formou embrionariamente, a partir de então - dominando por muito tempo o comércio local. Ainda hoje grande parte da elite empresarial da cidade é formada por seus descendentes.

Por trás desse ímpeto empreendedor, que mudou o perfil sócio-cultural e econômico da cidade, estava a mística do trabalho árduo e diligente que dominava e dava sentido às suas vidas. Ao mesmo tempo que o trabalho proporcionava segurança econômica na nova terra, era concebido como o meio para distingui-los e, sobretudo, para garantir seus espaços na cidade - resguardando-os do status preconceituoso de "substitutos do escravo negro" que lhes era atribuído.

A dificuldade de comunicação, em função da língua; o confronto étnico e religioso; a discriminação; a exploração de sua mão-de-obra; o abandono pelas autoridades locais; tudo isso contribuía para que entre cada grupo étnico de imigrantes se formasse uma forte consciência coletiva de solidariedade. Deve-se a eles o surgimento dos ideais sindicais e coletivistas em Curitiba e no Paraná. Foram os ucranianos, por exemplo, que deram início ao sistema cooperativista no Estado. Por outro lado, as idéias libertárias, introduzidas pelos anarquistas italianos, fundamentaram as lutas operárias em Curitiba por longo período.¹³ A presença e

¹³ Para uma visão da importância dos imigrantes de origem européia na luta operária no Paraná e em Curitiba ver: CARDOSO, Alcina de L.; ARAUJO, Silvia P. de. **Primeiro de Maio - cem anos de solidariedade e luta**. Curitiba: Beija-Flor, 1986. VALENTE, Silza M. P. **A presença rebelde na cidade sorriso: contribuição ao estudo do anarquismo em Curitiba, 1890-1920**. Campinas: 1992. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Educação / Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

contribuição cultural desses imigrantes continua a ser marcante até hoje, embora a cidade tenha passado por profundas transformações físicas e sociais durante o século XX, como veremos a seguir.

SÉCULO XX: NOVO SÉCULO, NOVA CIDADE

A virada do século e suas primeiras décadas foram marcadas por intensas modificações físicas no quadro urbano de Curitiba, além de uma acentuada efervescência sócio-política. A luta dos republicanos pela afirmação do novo regime; a derrota do Paraná na disputa territorial com Santa Catarina, iniciada em 1902; a Guerra do Contestado (1912-1916); surtos de epidemia; eram questões que colocavam à prova a capacidade da elite política local em estabelecer sua hegemonia. Nesse momento, como vimos no capítulo 1, as novas elites urbanas estão preocupadas em usar as cidades para estabelecer seu status. Desenvolvem para isso um verdadeiro culto de aparência exterior, buscando modificar o espaço da cidade, onde introduzem novos códigos e símbolos de distinção.

No caso curitibano, o comportamento das elites surgidas com a comercialização e exportação da erva-mate não fugiu à regra. Idéias grandiloqüentes de modernização, higienização e funcionalidade passaram a fazer parte do discurso e ações dos prefeitos que se seguiram. A meta era a criação de uma cidade identificada funcional e esteticamente aos moldes europeus. Paris, das grandes reformas do prefeito Haussman, era o exemplo a ser seguido.

O urbanismo, enquanto disciplina com pretensões científicas, começava a ganhar espaço nos Estados Unidos e Europa - modificando a forma de pensar a cidade. A transformação do meio construído passava a ser concebida como uma maneira de solucionar a questão urbana. "Reformar" a cidade significava

"reformatar a vida das pessoas": "Changer la ville pour changer la vie". Essa estratégia marcava uma transformação nas representações sócio-políticas sobre os problemas urbanos e na invenção de novos instrumentos de intervenção no espaço urbano.

Aproximava-se o conceito de organismo ao conceito de meio urbano. Dessa forma, supunha-se que tal como um organismo vivo, a cidade também estava sujeita à disfunções. Pressupunha-se, então, a necessidade de higienização e eventuais "intervenções cirúrgicas" sobre a cidade para reconduzi-la ao seu "funcionamento normal". Tal como o organismo vivo, cada zona da cidade deveria estar em condições de desempenhar as funções à ela atribuída. Nessa perspectiva, o controle social sobre o uso do espaço e as reformas na cidade garantiriam o funcionamento normal das atividades sociais e conseqüentemente a solução da questão urbana.

A importação dessas idéias se fez sentir em Curitiba, sobretudo, na forma como as ações governamentais passaram a se processar. Foi nesse momento que a questão do saneamento sofreu as primeiras intervenções. Dois surtos epidêmicos em 1889 e 1891 haviam causado muitas mortes, em função da falta de condições básicas de saneamento. Como resposta a essa "disfunção" e visando reformar a cidade, foram instaladas as primeiras redes de distribuição de água e de coleta de esgotos; largas avenidas foram construídas e pavimentadas; o bonde elétrico foi implantado; o Passeio Público - primeiro parque da cidade, criado em 1885, foi remodelado e ganhou portais de entrada que representam cópias fiéis do portão do Cemitério de Cães de Paris; fundou-se, em 1912, a Universidade do Paraná - a primeira do país; o quadro urbano da cidade foi ampliado, aglutinando algumas das colônias de imigrantes.

O controle social sobre o uso do espaço continuava a ser enfatizado: a cidade foi dividida em zonas, sob a forma de anéis concêntricos a partir do centro.

Cada uma delas ficava condicionada à uma determinada função e conforme o nível social e econômico da população. Além disso, o preço do aluguel era utilizado como estratégia de seleção, evitando-se a transformação dos imóveis da zona central em pensões, casa de jogos, bordéis (Shaaf e Gouvêa, 1991, p. 75). A estratégia era afastar da zona central tudo aquilo que interferisse negativamente na estética e funcionalidade da cidade.

Em 1913 foi desencadeada uma política de higienização da cidade. Denominada pela imprensa da época de "despotismo sanitário", essa política aprofundava o controle sobre o modo de vida da população. Os habitantes da cidade deveriam seguir regras e normas, postuladas como normais. Todo aquele que as infringisse passava a ser considerado marginal. "Bêbados, doentes, mendigos, imigrantes, vadios, prostitutas, não só enfejavam mas também incomodavam e ameaçavam a elite curitibana. Para a manutenção da ordem pública, esses `desviantes` são afastados, pelo poder, para os subúrbios" (Schaaf e Gouvêa, 1991, p. 74).

No período que vai da década de 20 até a década de 40, o projeto de "reformatar" a cidade, tornando-a moderna, cedeu lugar ao realismo de seus contrastes sociais, evidenciados na sua estratificação espacial e social. As elites locais foram impactadas com a sensível perda de seu poder econômico-financeiro, decorrente em grande medida da queda do preço da erva-mate. Com a quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, as exportações foram reduzidas - causando uma diminuição acentuada na capacidade de novos investimentos. Concomitante a isso a economia paranaense iniciou um novo ciclo econômico: o ciclo do café. Pelas suas características, esse novo ciclo econômico teve seu polo aglutinador afastado da capital.

Decorrente da expansão da fronteira cafeeira paulista, a produção do café foi introduzida no Norte paranaense, onde encontrou terras propícias ao seu cultivo. A produção cafeeira paranaense teve seu ponto de ascensão a partir da década de 40, constituindo-se na principal atividade econômica do Estado até os anos 60. A partir da segunda metade da década de 50 o Paraná tornou-se o maior produtor de café do país. Sua produção passou de cerca de 0,4% para perto de 60% da produção cafeeira do país (Padis, 1981, p. 113). Foi em função desse chamado "boom do café" que surgiu no Norte paranaense cidades como Londrina (1934), Maringá (1947), Umuarama (1955) e outras.

Como reflexo da estagnação econômica, que marcou a capital paranaense nas décadas de 20 e 30, nenhuma grande transformação ocorreu no seu aspecto físico. As ações se voltaram para as atividades de melhoramentos das obras já iniciadas. Tais melhoramentos ocorreram, sobretudo, através da continuidade das obras de saneamento: canalização (na área central) dos rios que cortam a cidade e causavam freqüentes enchentes, além de melhoramentos das redes de esgoto e galerias pluviais.

Esse período também foi regido por um novo Código de Posturas. Ele havia sido elaborado em 1919 e passou a vigorar em 1920. Através dele procurava-se ordenar, pela primeira vez, o trânsito em Curitiba. Para isso, algumas das ruas centrais foram alargadas e outras pavimentadas, visando facilitar a circulação dos veículos (cada vez mais utilizados). As primeiras linhas regulares de ônibus coletivo foram implantadas em 1928. Quinze veículos foram utilizados inicialmente. Somente em 1955 foram estabelecidos critérios para a exploração do transporte coletivo na cidade.

Em linhas gerais, o cumprimento do novo Código de Posturas voltou a ser exigido com rigor. Para obter um maior controle do espaço, novas estratégias

passaram a ser utilizadas. Isenção de impostos e prêmios em dinheiro passaram a ser oferecidos àqueles que adequassem suas edificações e atividades comerciais às normas relacionadas no Código de Posturas. Esses incentivos priorizavam a zona central, através do controle do tipo de construção e embelezamento de casas e estabelecimentos públicos. Para aqueles que não se enquadrassem nos padrões exigidos restava a punição, via multas e duplicações de impostos.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO URBANISMO EM CURITIBA

A década de 40 marca uma inflexão nos destinos da urbanização e tratamento da questão urbana em Curitiba. Pela primeira vez a cidade sofre uma intervenção urbanística, seguindo as concepções de uma teoria urbanística: a teoria funcionalista. Se até a primeira década deste século a cidade era concebida como um sistema orgânico, nesse momento ela vinha sendo pensada também como um sistema produtivo: "as partes constitutivas do todo são solidárias como os órgãos do corpo humano, mas também como as operações de produção dentro de uma usina taylorizada".¹⁴

O zoneamento, os índices de aproveitamento, ou mesmo a intervenção direta sobre determinados setores (as cirurgias), serão a terapêutica adequada aos problemas da cidade. Se a cidade apresenta inadequações ou conflitos na utilização do seu espaço, a terapêutica será o zoneamento funcional. Através dele deverão ser atribuídos a cada zona (órgão) uma função específica: moradia, recreação, circulação, trabalho.

¹⁴ TOPALOV e MAGRI, citado por RIBEIRO e CARDOSO (1990, p.9).

Expressas na Carta de Atenas, de 1933, essas idéias representavam a síntese dos trabalhos do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM). Tendo em Le Corbusier um de seus principais divulgadores, essas idéias tornaram-se o credo teórico de várias gerações de urbanistas em todo o mundo. No Brasil essa influência passou a ser sentida com maior ênfase a partir da década de 60.

Curitiba chegara em 1940 com uma população de 140.656 habitantes, quase o dobro da sua população 20 anos antes: 78.986 habitantes. Como vimos acima, não obstante esse crescimento populacional, poucos investimentos em infraestrutura ocorreram nas décadas de 20 e 30. Como consequência imediata, se observava uma acentuada deteriorização da infra-estrutura disponível. Para atenuar ou mesmo solucionar esse problema, optou-se pela realização de uma grande modificação no quadro físico da cidade. A firma Coimbra Bueno & Cia Ltda, de São Paulo, foi contratada para a elaboração desse empreendimento. Essa, por sua vez, contratou os serviços do urbanista francês Alfredo Agache. Um dos principais adeptos e difusores do planejamento funcionalista, Agache desfrutava de grande prestígio por seus trabalhos em várias partes do mundo, como a criação de Camberra, capital da Austrália, em 1903. No Brasil já havia realizado trabalhos urbanísticos no Rio de Janeiro e em Santos.

Concluído em 1943, o "Plano Agache" (como ficou conhecido) destacava-se, obviamente, pelo seu caráter funcionalista. Suas diretrizes apontavam para 3 aspectos, considerados fundamentais para resolver os problemas da cidade: 1) **Saneamento:** a drenagem dos "banhados", canalização dos rios e ribeirões, esgotos pluviais, rede de abastecimento de água; 2) **Descongestionamento:** tráfego urbano, vias de acesso externo, circulação da produção, abastecimento urbano; 3) **Órgãos funcionais:** centralização dos edifícios apropriados para sede do governo do Estado (Centro Cívico), vários centros de irradiação da vida comercial e social. A idéia era de

que resolvidos esses problemas, ou reduzidas ao mínimo as suas consequências, a cidade passaria a adquirir "fóros de uma verdadeira capital".¹⁵

Como inovação para o descongestionamento do tráfego, propunha-se uma remodelação no sistema viário da cidade. De um sistema de vias retas e paralelas entre si, passaria para um sistema radial. Esse sistema seria dotado de 4 vias em forma de anéis a partir da área central (chamadas de perimetral 0, 1, 2 e 3). Por elas cruzariam vias diametrais ligando um lado ao outro da cidade, além de várias vias radiais. Essas vias deveriam ser as irradiadoras da vida comercial e social da cidade. (Ver mapa 1, em anexo). Na área de saneamento, a continuidade das obras de rede de esgoto e canalização dos principais rios deveriam garantir a eliminação das enchentes, além da prevenção de surtos epidêmicos.

A preocupação com áreas verdes também aparecia com destaque. Várias sugestões foram feitas para a arborização da área central e a preservação das áreas periféricas existentes. Propunha-se a criação, pela Prefeitura, de um horto botânico para adaptação e multiplicação das espécies vegetais necessárias à arborização de ruas e jardins, e mesmo para ceder à particulares. Quanto à preservação das áreas verdes ao redor do núcleo urbano, propunha-se a criação de parques que servissem ao mesmo tempo como área de lazer e para a conservação de espécies vegetais de grande porte (ver mapa 1, em anexo).

Além disso, eram apontadas medidas preventivas como o controle do surgimento de novos loteamentos. Daqueles que por ventura surgissem a Prefeitura deveria cobrar toda a infra-estrutura básica: água potável, arborização, canalização de águas pluviais e esgoto - não sendo permitida a venda sem essas obras (Boletim PMC, Op. Cit. p. 78). A proposta era que se evitasse ao máximo o retalhamento do território

¹⁵ Boletim PMC - Prefeitura Municipal de Curitiba. **Plano de Urbanização (Plano Agache)**. Ano II, n.12, 1943. p.10

em loteamentos em áreas de mananciais, resguardando-se as áreas verdes e a qualidade da água. Nesse sentido, o aparecimento de favelas deveria ser evitado. Elas eram vistas como uma "enfermidade que atinge a quase totalidade das cidades de maior população. (...) Uma única habitação de favela que apareça será o gérmen e a proliferação deste vírus é espantosa" (Boletim PMC. Op. Cit. p. 57).

A total execução do Plano Agache não se viabilizou ao longo do tempo. Fatores de ordem jurídica, política e econômica dificultaram o detalhamento de todas as diretrizes propostas. Algumas delas, no entanto, foram executadas e o resultado é perceptível ainda hoje: a centralização de prédios do governo municipal e estadual no bairro do Centro Cívico; o Centro Politécnico (Campus da UFPR); o Centro Militar do Bacacheri; as galerias pluviais da Rua XV de Novembro (Rua das Flores); grandes avenidas como a Visconde de Guarapuava, a Sete de Setembro e a Mal. Floriano Peixoto; o Mercado Municipal; entre outros. "A dimensão cultural do Plano Agache reside em que, a despeito de não ter sido implementado e haver se tornado obsoleto, introduziu o urbanismo em Curitiba" (Coelho, 1974, p. 23).

Por outro lado, o Plano Agache deu início à integração territorial entre os vários grupos étnicos de imigrantes que ainda viviam e praticavam suas culturas isoladamente ao redor do núcleo urbano. Uma primeira aproximação cultural "forçada" já havia ocorrido a partir de 1937 quando, através da chamada "nacionalização da cultura", o Estado Novo proibiu o funcionamento de instituições escolares, recreativas e de classe utilizando-se de línguas estrangeiras.

A ACELERAÇÃO DA URBANIZAÇÃO CURITIBANA E A REAÇÃO DO GOVERNO LOCAL

Como vimos anteriormente, a partir do início da década de 40 o Norte paranaense experimentou um extraordinário progresso econômico em função da

produção do café. A valorização das terras nessa região e sua exploração imobiliária, por companhias colonizadoras, fez com que grandes contingentes de trabalhadores volantes e pequenos proprietários fossem obrigados à abandoná-las, deslocando-se para cidades próximas e para a capital. Isso fez com que o censo de 1950 apontasse Curitiba como a capital brasileira com maior crescimento populacional. De uma população de 140.656 habitantes em 1940, atingiu 180.575 em 1950. A partir de então o processo de urbanização de Curitiba se acentuou, com sua população praticamente duplicando a cada 10 anos (ver tabela 2).

Entre as décadas de 1950 e 1960 Curitiba obteve a segunda maior taxa média anual de crescimento demográfico entre as capitais brasileiras. Seu índice foi de 9,53% contra 12,30% da primeira colocada, Goiânia. São Paulo obteve um índice de 4,49% e Rio de Janeiro 3,28% - enquanto o índice geral do crescimento urbano brasileiro foi de 5,5% (Fonte: PMC/IPPUC. **Plano Preliminar de Urbanismo**. Julho de 1965. p.3 e anexo 3).

TABELA 2: Evolução da população de Curitiba, Região Metropolitana e Paraná nas décadas de 1940 - 1991

| Ano | Curitiba (hab) | RMC (hab) | % Curitiba na RMC | Paraná (hab) | % Curitiba no Paraná | % RMC no Paraná |
|------|-------------------|--------------|----------------------|-----------------|-------------------------|--------------------|
| 1940 | 140.656 | 202.956 | 69.30 | 1.236.276 | 11.38 | 16.42 |
| 1950 | 180.575 | 307.294 | 58.76 | 2.115.547 | 8.54 | 14.53 |
| 1960 | 361.309 | 510.539 | 70.77 | 4.277.763 | 8.45 | 11.93 |
| 1970 | 609.026 | 821.233 | 74.16 | 6.929.868 | 8.79 | 11.85 |
| 1980 | 1.024.975 | 1.440.626 | 71.15 | 7.629.392 | 13.43 | 18.88 |
| 1991 | 1.290.142 | 1.975.624 | 65.30 | 8.415.659 | 15,33 | 23.48 |

FONTE: IBGE - Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1991 (dados preliminares)

Diante desse aumento expressivo da população, um novo Código de Posturas foi elaborado em 1953. Destinava-se ao acompanhamento do desenvolvimento da cidade - notadamente no controle do meio ambiente. Pela primeira vez a preocupação com a questão ambiental aparecia nitidamente. Ficavam

claros os propósitos de controlar a degradação ambiental, a partir de uma visão abrangente do ecossistema urbano. Pela sua abrangência e atualidade esse Código serve, ainda hoje, como referência na formulação de novas leis para o controle ambiental da cidade.

Através da Lei 699/53 que dispunha sobre esse novo Código de Posturas, à Prefeitura era reservado o poder de proibir a abertura de logradouros públicos, prejudiciais ou destruidores de reservas arborizadas. Os hospitais tornavam-se obrigados a tratar os resíduos produzidos, "não sendo permitido o simples sumidouro". O corte de árvores em locais públicos só poderia ser feito mediante autorização oficial e indenização em dinheiro. Construções de caráter histórico, artístico, típico ou tradicional poderiam ser desapropriadas pela Prefeitura, caso fosse necessário para evitar suas destruições, demolições ou transformações.

Ficava proibida a fixação de anúncios e inscrições em colinas e muros da cidade. A extração mineral no solo do município para fins comerciais, industriais e particulares dependeria de licença da Prefeitura. A extração de areia dos rios só poderia ser feita caso não viesse prejudicar o leito ou desviar as margens, além de não formar bacias ou estagnar as águas. Colar cartazes propagandísticos em postes, árvores, monumentos, paredes dos prédios só seria permitido depois de avaliação da Prefeitura.

Aqueles que jogassem lixo de qualquer espécie nas vias públicas seriam passíveis de multa. O lixo deveria ser depositado em recipientes do tipo aprovado pela Prefeitura. Terrenos ociosos deveriam ser mantidos limpos e drenados, sob pena de multa e pagamento do serviço de limpeza executado pela Prefeitura. Tornava-se proibido às indústrias o despejo de seus resíduos poluentes em vias públicas, rios e córregos. Serviços de propaganda com alto-falantes, bandas de música e outros só poderia ser feito mediante autorização oficial.

As matas protetoras de mananciais tornavam-se protegidas, com a Prefeitura prestando-se a colaborar com o Estado e a União na preservação de florestas e no estímulo à formação de bosques em lugares convenientes. Estava lançada as bases para a futura estruturação jurídico-institucional da política ambiental do município, além da incrementação de novos valores na cultura de preservação do meio ambiente urbano que já vinha sendo formada, embrionariamente, entre a população.

A aprovação desse Código só aconteceu em 1956, na gestão do primeiro prefeito eleito por voto popular: Ney Braga.¹⁶ Durante essa gestão aconteceu uma reestruturação administrativa da Prefeitura, com assessoria do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM). Com essa reestruturação surgiu o Departamento Municipal de Planejamento e Urbanismo, cuja finalidade era a de exercer o controle urbanístico da cidade - além de rever o Plano Agache, implantando suas diretrizes mais viáveis e ampliando-as quando necessário.

Com o rápido crescimento da cidade novos problemas começavam surgir, fugindo ao controle normativo em vigência: edifícios "arranha-céu" de forma desordenada em áreas consideradas impróprias; fábricas e estabelecimentos comerciais em áreas consideradas residenciais; loteamentos "clandestinos" em áreas fora do perímetro urbano. No intuito de solucionar esses problemas, o controle do uso do solo passou a ser acentuado com a criação do Código de Zoneamento da cidade. Através desse Código de Zoneamento ficavam delimitadas as zonas residenciais, comerciais e industriais.

¹⁶ Ney Braga foi o primeiro prefeito eleito de Curitiba. Até então os prefeitos eram nomeados. No período de 1961 a 1965 exerceu o cargo de governador do Paraná. Nos anos de 1965 e 1966 foi ministro da Agricultura. Em 1968 elegeu-se senador. Entre os anos de 1974 e 1978 voltou a exercer um cargo de ministro, desta vez como ministro da Educação. Outro cargo que exerceu pela segunda vez foi o de governador do Paraná, entre os anos de 1979 a 1982. Mais recentemente voltou a exercer um cargo público: presidente da Itaipu Binacional (1985 a 1989).

Ao mesmo tempo foi criada a Comissão de Zoneamento, formada por 3 técnicos do Departamento Municipal de Planejamento e Urbanismo e por 2 vereadores. Essa Comissão destinava-se a julgar os apelos e recursos dos cidadãos frente às decisões tomadas pelo Departamento Municipal de Planejamento e Urbanismo (alvarás de construção, áreas proibidas para construção e outros). Também deveria assessorar o Prefeito nos assuntos mais conflitantes relacionados ao uso do solo. Sua existência era inovadora em termos de administração pública municipal à época, caracterizando "um compromisso político através da representação da Câmara de Vereadores" (Coelho, 1974, p. 26).

Questões como o surgimento de "loteamentos clandestinos" configuravam-se como um novo desafio para os administradores municipais. Localizados em áreas além da perimetral 3 (considerada o limite do perímetro urbano, pelo Plano Agache), esses loteamentos significavam uma "ameaça" ao ecossistema natural, sobretudo ao sistema hídrico, devido à ocupação de áreas de fundo de vale. Por outro lado, as enchentes freqüentes representavam uma "ameaça" constante à vida dos seus ocupantes. Buscando "ajustar" esses loteamentos à área urbana foi realizado o primeiro levantamento aerofotogramétrico da cidade. A partir desse levantamento seriam projetadas as vias de continuidade e acesso à esses loteamentos, "integrando-os" à área urbana - além de se dispor de um maior controle das áreas degradadas. O transporte coletivo, desorganizado e caótico, também foi normatizado. Foram criadas as chamadas "zonas seletivas" (itinerários ou zonas da cidade onde uma determinada empresa tem a exclusividade na exploração do transporte coletivo). Estas "zonas seletivas" existem até hoje e visam a garantia de uma exploração mais racional do sistema de transporte coletivo pelas empresas permissionárias.

No final dos anos 50 voltou-se a insistir no controle da organização espacial da cidade. Desse processo surgiu, em 1960, a Comissão de Planejamento de

Curitiba (COPLAC), órgão consultivo do Prefeito, formada por um colegiado de caráter interdisciplinar. Propunha-se à acompanhar a dinâmica das novas edificações, da concentração ou dispersão de certos usos do solo e mesmo da polarização de certos equipamentos. Desenvolvia-se na cidade, nesse momento, "um zoneamento gradualista ou mesmo orgânico à medida que se procurava, mesmo inovando, acompanhar as tendências naturais do próprio sistema urbano" (Fernandes, 1990, p. 72).

Na verdade, procurava-se incorporar nesse processo a longa tradição de controle urbanístico presente na cidade desde a virada do século. "Numa época em que muito se doutrinava sobre tal função e em que poucas municipalidades a conheciam, o Departamento de Urbanismo podia-se atribuir um papel inovador" (Coelho, 1974, p. 24-25).

Tal forma de atuação, considerada inovadora, propiciou a criação de uma mentalidade, voltada à eficiência alocativa, bastante singular entre os "decision-Makers" locais: "Sou contra a sofisticação do planejamento. Pode parecer paradoxal, sendo eu um profissional do planejamento. Quanto mais sofisticamos, mais perdemos a oportunidade da decisão. O Plano deve ser o menos sofisticado possível, rápido e rasteiro...".¹⁷ Essa mentalidade foi fundamental na década de 60, quando a decisão de replanejar a cidade tornou-se preponderante.

ANOS 60: A DÉCADA DECISIVA

No final dos anos 50 o planejamento se tornara verdadeira mística no Paraná. Acreditava-se na idéia de que a planificação criteriosa das ações

¹⁷ Entrevista citada por COELHO, Edmundo C. (1974, p.91).

governamentais era, por si só, capaz de garantir e impulsionar o crescimento e desenvolvimento sócio-econômico do Estado - destacando-o entre os mais prósperos Estados da federação. A contribuição da Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS) foi importante na sedimentação dessa crença.

Os estudos desenvolvidos pela SAGMACS representaram a primeira contribuição ao conhecimento da evolução urbana e regional do Estado paranaense. Essa entidade era ligada ao movimento "Economia e Humanismo", fundado na França na década de 40 pelo Padre Lebret. No Brasil esse movimento iniciou sua atuação em 1947 - vinculado aos dominicanos, à igreja. Sua filosofia estava baseada na busca da chamada "terceira força" ou "terceira via".

Diante das duas alternativas surgidas com a guerra-fria, "Economia e Humanismo" era proposto como um movimento "real" que pudesse agrupar protestantes, católicos e comunistas na busca em comum da remoção dos obstáculos ao desenvolvimento social. As formas de organização urbana, presentes naquele período, eram apontadas como um desses obstáculos - sendo o planejamento um instrumento privilegiado de intervenção.

Um dos postulados fundamentais do movimento era a "ação em todos os planos da vida coletiva". Era preciso conhecer a realidade para nela poder agir. Nesse sentido, era preciso decompor a região ou cidade estudada em unidades, procurando conhecer as reais condições de vida da população. A partir daí, se deveria fazer uma análise dos equipamentos coletivos mais necessários a cada uma dessas unidades.

Conforme Lebret (1962, p. 89), "essa perspectiva leva à necessidade de uma planificação desde as unidades territoriais elementares até o conjunto mundial. Não se trata evidentemente, de propugnar um modo único de planificação, mas, pelo

contrário, uma grande variedade, levando-se em conta, em cada caso, as possibilidades, as estruturas atuais, os tipos de necessidade, os estágios técnicos e culturais, a qualidade e intensidade dos esforços espontâneos ou a incrementar". Le Bret esteve no Brasil nas décadas de 40 e 50. Através de seus cursos, para políticos, técnicos de governo e professores, influenciou nas futuras administrações governamentais em várias partes do país.¹⁸

A influência de suas idéias no Paraná foi sentida, sobretudo, no início dos anos 60. Nesse período a SAGMACS realizou estudos relativos à organização espacial do território paranaense resultando, em 1963, no Plano de Desenvolvimento do Paraná. Ney Braga, que já havia sido prefeito de Curitiba no início da década de 50, era o governador do Estado e pautava os diagnósticos de desenvolvimento do Estado nas idéias de "Economia e Humanismo".¹⁹

Para a execução dos estudos realizados pela SAGMACS contou-se com a assistência da Comissão de Planejamento Econômico do Estado do Paraná (PLADEP) e com a colaboração da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná (CODEPAR) - órgão que mais tarde, em 1972, se transformou no Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná (BADEP) e acabou sendo extinto em 1991.

Esse ambiente favorável ao planejamento, formado no governo do Estado, tornava propícia a idéia de replanejar e ampliar também o crescimento e desenvolvimento da capital. As pré-condições técnicas e culturais de controle urbanístico já existentes em Curitiba favoreciam essa idéia. Estava lançada as bases para o processo efetivo de institucionalização do planejamento em Curitiba.

¹⁸ Para uma visão da reciprocidade das idéias de Le Bret no Estado de São Paulo durante o governo de Carvalho Pinto (1959-1962) ver: Debates em E & D: Planejamento urbano - do populismo aos dias atuais. *Espaço & Debates. Revista de Estudos Regionais e Urbanos*. Ano I, n.4, ago. 1981.

¹⁹ Conforme depoimento de Auner P. Carneiro. In. *Memória da Curitiba Urbana*. Curitiba, v.7, mai. 1991.

Conforme Fernandes (1990, p. 72), "um dos fatores de enriquecimento da ação multidisciplinar do planejamento urbano de Curitiba foi o trabalho desenvolvido pela Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas, que congregava o grupo 'Economia e Humanismo', sob a liderança do Padre Lebret, cuja influência refletiu-se sobre aspectos ideológicos, metodológicos e profissionais do processo de planejamento de Curitiba, porque muitos dos que com ele estudavam integravam equipes técnicas do governo paranaense".

Ivo Arzua Pereira, prefeito eleito em 1962, assumiu disposto a pôr em prática a idéia de rever o planejamento da cidade; o que inicialmente se traduzia na intenção de re-examinar o Plano Agache - dada a sua desatualização em relação aos problemas que a cidade enfrentava. Como primeiro passo para esse "re-exame" foi criada, em 1963, a Companhia de Urbanização e Saneamento de Curitiba (URBS). Sociedade de economia mista, a URBS tinha como finalidade inicial a administração do Fundo de Urbanização e Saneamento. já havia perspectivas de que viesse a atuar também na área de ordenamento urbanístico da cidade. Em 1973 foi o órgão responsável pelo planejamento e implantação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC).

Nesse mesmo período um grupo de jovens "engenheiros-arquitetos", da primeira turma do curso de arquitetura da Universidade Federal do Paraná (UFPR), vinha discutindo a necessidade de um novo plano urbanístico para Curitiba.²⁰ Entre eles havia, também, bolsistas recém-chegados de estudos na Europa, como era o caso

²⁰ O termo "engenheiros-arquitetos" é aqui utilizado para designar aqueles alunos do Curso de Engenharia da UFPR que passaram para o Curso de Arquitetura, quando esse foi implantado. Alunos do Curso de Engenharia podiam mudar para o Curso de Arquitetura, entrando direto no terceiro ano.

de Jaime Lerner que retornava da França.

Nós éramos todos engenheiros e fazíamos parte de uma turma especial. Jaime Lerner, Luiz Forte Neto, Marcos Prado, eram professores, alguns mais moços que nós. Costumávamos nos reunir na casa de alguém e, à época, se alargava - ou demolia - a avenida Marechal Deodoro. Luiz Armando Garcez, que entrou como aluno e se transformou em professor - tinha um curso na Inglaterra - era urbanista, muito amigo de Ivo Arzua Pereira, então prefeito. Surgiu uma discussão sobre o porquê do alargamento da Marechal Deodoro. Fomos nós engenheiros desejosos de ser arquitetos, que levantamos a questão. Luiz Armando Garcez, da equipe do prefeito, propôs levar a turma ao Ivo Arzua Pereira. Fomos dizer ao prefeito que a cidade precisava de um plano.²¹

Tal envolvimento com o futuro urbanístico da cidade fez com que esse grupo de "engenheiros-arquitetos" se juntasse ao quadro de técnicos da Prefeitura, influenciando decisivamente na mudança qualitativa do programa de governo do novo prefeito. Progressivamente ganhou corpo a idéia de elaboração de um novo plano que desse um ordenamento global e inédito à estrutura urbana de Curitiba (COELHO, 1974, p. 33).

Tudo isso começou com um engenheiro-arquiteto sonhador, chamado Jaime Lerner, que depois de um estágio na Europa nos idos de 60 e qualquer coisa, voltou imbuído da necessidade de existir um planejamento para Curitiba. Mas ele não fazia parte da estrutura, simplesmente conversava com a gente. Acabou sendo contratado como arquiteto, mas não exatamente para planejar Curitiba. Porém foi ele quem semeou a idéia de um planejamento global para a cidade.²²

²¹ Depoimento de Lubomir A. Dunin (1989). Formou-se em engenharia civil (1961) e em arquitetura (1964) pela UFPR. Foi Diretor-Presidente do IPPUC em duas gestões: 1971-72 e 1975-79. In. *Memória da Curitiba Urbana*. Curitiba, v.3, mai. 1990.

²² Depoimento de Francisca M. G. Rischbieter (1989). Engenheira. Iniciou sua atuação na Prefeitura de Curitiba em 1952. Em 1963 foi designada Diretora do Departamento de Urbanismo. Atuou depois no IPPUC e assessorou Jaime Lerner desde sua primeira gestão. Faleceu em 1989. O atual Jardim Botânico de Curitiba recebeu o seu nome. In. *Memória da Curitiba Urbana*. Curitiba, v.3, mai. 1989.

Conforme Lerner:

Os planejamentos que existiam, eram planejamentos passivos: zoneamento, algumas diretrizes de sistema viário. Eram medidas mais no sentido de não deixar que coisas erradas acontecessem. Nunca foi um planejamento indutor, um planejamento que orientasse o crescimento, que definisse o crescimento de uma cidade. Então eu sempre tinha essa visão de um planejamento para mudança. (...) Eu encaro o planejamento como um ato de mudança para melhor.²³

Aspectos financeiros fizeram com que a idéia desse planejamento global fosse momentaneamente esquecida. Em seu lugar o Departamento de Urbanismo chegou a solicitar de firmas especializadas, propostas para uma revisão do Plano Agache, ocasião em que somente a firma Sociedade SERETE de Estudos e Projetos Ltda, de São Paulo, apresentou a sua. Apesar de ter sido tecnicamente aprovada essa proposta não foi concretizada.

Somente no final de 1964 a idéia do plano global começou ganhar formas definitivas. Foi quando a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná (CODEPAR) se propôs a custear a elaboração do novo plano urbanístico para Curitiba. Nesse ano a URBS solicitou à CODEPAR a liberação de recursos para o alargamento da avenida Marechal Deodoro e o prolongamento da avenida 7 de Setembro, duas das principais avenidas centrais da cidade, conforme previa o Plano Agache.

O presidente da CODEPAR (Carlos Rischbieter), interado dos problemas urbanísticos da cidade e com boas relações com os técnicos da Prefeitura, se propôs a financiar um novo plano para Curitiba, ao invés de liberar recursos para

²³ Entrevista de Jaime Lerner ao autor (setembro de 1993).

readequações do Plano Agache.²⁴ Como vimos acima, havia a intenção do governo estadual em transmitir aos governantes da capital a crença no planejamento e na racionalização dos investimentos públicos. A idéia era de que o exemplo da capital pudesse ser disseminado para os demais municípios do Estado.

Diante da confirmação do financiamento pela CODEPAR, a Prefeitura expediu cartas-convites à diversas empresas para que apresentassem propostas para um "Plano Preliminar de Urbanismo", mediante concorrência pública. Seis empresas apresentaram suas propostas: ASPLAN - Assessoria e Planejamento; M. M. ROBERTO -ARQUITETOS; Companhia de Urbanização e Saneamento de Curitiba (URBS); SAGMACS - Economia e Humanismo; URPLAN - Urbanismo e Planejamento; e Sociedade SERETE de Estudos e Projetos Ltda, associada à JORGE WILHEIM - ARQUITETOS ASSOCIADOS.

A comissão criada para julgar as propostas apresentadas aprovou a proposta da empresa Sociedade SERETE de Estudos e Projetos Ltda, de São Paulo, sugerindo que junto ao contrato a ser assinado constasse a designação de um Grupo Local de Acompanhamento, com a participação efetiva em todas as fases do plano. Na verdade, buscava-se assegurar "a possibilidade de um grupo de técnicos do Departamento de Urbanismo da Prefeitura acompanhar e colaborar na elaboração do Plano Preliminar, de maneira a assegurar a sua continuidade".²⁵

²⁴ Carlos Rischbieter era casado com Francisca M. G. Rischbieter (ver nota 22). Esteve a frente da CODEPAR até 1972, quando esta foi transformada no Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná (BADEP). Assumiu então a presidência desse novo banco, permanecendo até 1974. Neste período voltou a incentivar a realização de obras de infra-estrutura urbana em Curitiba. Através do BADEP financiou a implantação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC). Entre os anos de 1974 a 1977 foi presidente da Caixa Econômica Federal ((CEF) e entre 1977 e 1979 foi presidente do Banco do Brasil. Durante 2 anos do governo João Figueiredo (1979/1980) exerceu o cargo de ministro da Fazenda. Na década de 80 voltou-se para a iniciativa privada.

²⁵ Trecho do relatório da Comissão Julgadora. Citado por COELHO, Edmundo C. (1974, p.48).

Neste aspecto, se observava uma inovação na condução da política urbana em cidades brasileiras. A Prefeitura de Curitiba foi a primeira a realizar concorrência pública para elaboração de um plano urbanístico: uma inovação no campo do planejamento urbano no Brasil. Até então somente havia ocorrido concursos para a construção de novas cidades, como fora o caso da construção de Brasília. A partir da experiência de Curitiba, as concorrências públicas para elaboração de planos urbanísticos se tornaram comuns entre os municípios brasileiros, via incentivo do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU).

Por outro lado, no lugar de um Plano Diretor pronto e acabado, optou-se em Curitiba por um "Plano Preliminar" aberto, passível de revisões e aperfeiçoamentos. Essa opção foi fundamental uma vez que, "dessa maneira se possibilitou a adoção de um processo de planejamento, o que talvez um plano a longo prazo ou de grande fôlego não pudesse permitir" (Fernandes, 1979, p. 34). Conforme Jorge Wilhelm, esse processo foi inteiramente pioneiro: "tanto que, dois anos depois, o SERFHAU nos pediu um documento sobre metodologia de planos diretores, para alargar aquela experiência inicial a todo o país. E na verdade, toda a orientação sobre como fazer planos se baseou na experiência de Curitiba".²⁶

Na verdade, mais que uma prática socializante, a difusão da experiência curitibana pelo SERFHAU visava o "aperfeiçoamento das gerências urbanas" - dentro da lógica racionalizadora em vigência no governo central naquele momento, como vimos no capítulo 1. Além disso possibilitava a formação de um verdadeiro "mercado de planos", com os grandes escritórios de arquitetura participando de concorrências em todo o país - visando a venda de seus "produtos": os

²⁶ Depoimento de Jorge Wilhelm (1989). Responsável pela concepção do Plano Serete. Conforme ele: "a divisão do trabalho entre a Serete e o meu escritório era a seguinte: toda a concepção e todo o aspecto urbanístico ficavam a meu cargo; toda a parte de infra-estrutura e de levantamento sócio-econômico cabiam à Serete". In. IPPUC. *Memória da Curitiba Urbana*. Curitiba, v.5, dez. 1990. p. 27

planos. Em Curitiba, porém, a presença da firma vencedora da concorrência causava uma certa xenofobia cultural, principalmente por ser uma firma paulista.

A proximidade da metrópole paulista, a expansão da influência econômica do Estado de São Paulo pelo Norte do Paraná e outros fatores que faziam de Curitiba satélite na órbita de São Paulo sempre projetaram certa xenofobia cultural na capital paranaense. "Não poucos arquitetos e engenheiros curitibanos alimentavam pretensões de formular o plano da cidade" (Coelho, 1974, p. 47). E realmente um "Plano Alternativo", elaborado por profissionais locais, chegou a ser apresentado após o resultado oficial da concorrência - demonstrando o descontentamento com a entrega da elaboração do plano à uma firma "de fora".

Temia-se, ainda, que o resultado do trabalho elaborado por essa empresa "de fora" resultasse em um "planejamento por telepatia": o planejamento de um complexo urbano feito à distância, longe dos problemas reais. Isso acabou sendo superado com a permanência de técnicos da Prefeitura nos escritórios em São Paulo para acompanhar os trabalhos, além da ação do Grupo Local de Acompanhamento.

Esse grupo, do qual fazia parte Jaime Lerner, exerceu papel decisivo não só na formulação do Plano Preliminar, mas também nas fases seguintes do processo. Ele se configurou, por exemplo, como o núcleo gerador do futuro Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC). Por outro lado, os integrantes desse grupo eram profundos conhecedores da cultura local - inteirados das tradições e valores étnicos da população. Essa característica foi importante na elaboração das diretrizes do Plano: "Curitiba, por sua formação cultural - pelas etnias, que sempre promovem uma troca cultural com o meio -, permitiu sempre tentativas de planejamento".²⁷

²⁷ Depoimento de Rafael Dely (1989). Arquiteto. Ingressou no IPPUC em 1967. foi presidente deste instituto de 1972 a 1975. No período 1979-1983 foi presidente da COHAB-CT. Durante a terceira gestão Lerner (1989-1992) foi assessor de planejamento. No primeiro ano da atual gestão (1993-1996) dirigiu a Coordenadoria de Projetos Estratégicos e em 1994 assumiu o cargo de Presidente do IPPUC. In. IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana**. Curitiba, V. 2, fev. 1990. p. 11.

Em junho de 1965 estava concluída a elaboração do Plano Preliminar - Chamado de "Plano Serete". No aspecto físico trazia como inovação a proposta de incentivo ao crescimento linear da cidade. Para isso foram definidos os "eixos estruturais": vias que tangenciariam o anel central no sentido Norte-Sul, Leste-Oeste. Ao longo deles deveria ocorrer a expansão urbana e conseqüentemente a desconcentração do comércio e dos serviços da área central (ver mapa 2, em anexo).

Para isso, o transporte coletivo ganhava destaque. Ao longo dos eixos estruturais deveria ser implantado o novo sistema de transporte coletivo da cidade - devendo servir como elemento indutor do novo adensamento proposto. Entre outras propostas estavam, também, a de preservação e revitalização dos setores histórico-tradicionais; a pedestrianização da área central; o controle do uso do solo e a humanização da cidade - traduzida na idéia de tornar a cidade "equipada", apta a oferecer todos os equipamentos urbanos necessários ao convívio da população, ao "encontro" das pessoas.

Por decisão do Prefeito, o mês de julho de 1965 foi designado "Mês do Urbanismo". Nesse mês foi realizado o seminário "Curitiba de Amanhã", visando o debate público do Plano Serete. A intenção era mostrar à população que a adoção do Plano Serete não era, ainda, questão fechada - estando a cargo da opinião pública debatê-lo durante o seminário, aceitando-o ou não. Conforme COELHO (1974, p. 52):

Um tal seminário era uma inovação política à época e encontrava uma série de dificuldades. Ainda hoje é mais freqüente que os planos sejam subtraídos do conhecimento público. É que um plano urbanístico tem conseqüências no que diz respeito aos seus efeitos sobre o meio físico e social, na medida em que importa em alterações de relações de direito, seja nas definições de áreas a serem desapropriadas, seja na formulação de novos parâmetros de aproveitamento das propriedades imobiliárias.

Nos fulcros da decisão de expor o plano ao debate público observa-se a influência lebreiana. Lebre, ao defender a participação da população na elaboração de planos afirmava que, "o Plano deve ser sempre um ato coletivo assumido pela comunidade inteira. O desenvolvimento implica em crescente lucidez do homem e, em consequência, crescente grau de responsabilidade nas tarefas coletivas. O Plano exige, assim, a participação de todos nos trabalhos de elaboração, nas deliberações e nas responsabilidades de execução".²⁸

Por outro lado, havia por parte do Prefeito uma preocupação em se proteger politicamente. O Plano Serete não foi apresentado, inicialmente, ao debate como o plano da administração Ivo Arzua Pereira. Foi apresentado como o "Plano que a CODEPAR (órgão estadual) proporcionou ao município". Entretanto, "para o grupo de engenheiros e arquitetos que o assessoravam, o comprometimento com o Plano já era definitivo, ainda que lhe fizessem restrições, algumas sérias. Mas a questão já não era a de ter o melhor Plano, mas a de ter um Plano pronto para a implementação imediata" (Coelho, 1974, p. 23). "Na medida em que se focasse a discussão na adoção ou não de um Plano Preliminar corria-se o risco de não se ter plano algum" (Fernandes, 1979, p. 9).

Nesse sentido, como estratégia, as dúvidas que surgiam ao longo do seminário sobre as condições de implementação do Plano Preliminar iam sendo remetidas à "Agência do Plano" (mencionada na proposta do Plano Preliminar como o órgão que deveria ser criado para ser responsável pela implementação do Plano). Esse argumento dava certa margem de tranquilidade para se estruturar, de fato, a tal agência. Ela tanto poderia ser um escritório no Departamento de Urbanismo, a própria

²⁸ Citado por MAZZA, Luiz G. A Sorbone do meu bairro. In. IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana**. Curitiba, v.1, nov. 1989. p.22

URBS ou um órgão novo a ser criado. O mais importante era assegurar que constasse num dos capítulos da lei que aprovaria o Plano.

Segundo Coelho (1974, p. 56), a estratégia de elaboração do seminário "Curitiba de Amanhã" foi fundamental no processo de planejamento. Ele desempenhou importante função de legitimação da atividade planejadora ao identificá-la com mecanismos democráticos de deliberação, ainda que tal identificação tenha sido mais formal do que real. O envolvimento da comunidade nas discussões do seminário proporcionou ao Plano Preliminar um ponderável suporte, sobretudo nos setores técnico, cultural e administrativo.

Finalmente, ao mobilizar a opinião pública para o tema do planejamento e do conteúdo do Plano Preliminar, o seminário estabeleceu para os futuros titulares do executivo municipal um compromisso público e irreversível com a intenção de planejar o desenvolvimento da cidade e com as diretrizes do próprio plano. Estava, efetivamente, institucionalizado o planejamento urbano em Curitiba.

No decorrer do seminário, em meio a tantas intervenções que se obrigou a fazer para explicar o Plano, o prefeito Ivo Arzua Pereira acabou assumindo a sua defesa. Essa mudança de postura culminou na decisão de criar uma assessoria para dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos durante o seminário. Anunciada essa decisão no último dia do seminário, no dia seguinte (31 de julho de 1965) foi assinado o decreto de criação da Assessoria de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (APPUC). Absorvendo a Divisão de Planejamento do Departamento de Urbanismo, essa "agência do Plano" ficava subordinada diretamente ao Prefeito.

Na verdade, foi a partir da APPUC que surgiu o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC). Já existia a idéia de se criar esse instituto para ser o responsável pelo plano. Ele só não foi imediatamente instalado porque sua

criação dependia de autorização legislativa, o que demandava tempo. Por isso lançou-se mão do decreto executivo para a criação da APPUC enquanto corria a tramitação legislativa que autorizaria a criação do IPPUC (Coelho, 1974, p. 57):

Criamos a APPUC e uma equipe polivalente - ou multidisciplinar, como se diz hoje - composta de arquitetos, engenheiros civis, sociólogos, economistas; enfim, especialistas de várias áreas. Um planejamento sistêmico só surgiu lá por volta da década de 70, mas o nosso foi em 60 - década em que já antevíamos o seu surgimento.²⁹

A criação oficial do IPPUC ocorreu em dezembro de 1965, através da Lei 2660/65. Sua atribuição imediata era preparar o Anteprojeto de Lei que instituiria o Plano Diretor de Curitiba, cuja aprovação pela Assembléia Legislativa se deu em julho de 1966. Esse fato denota a singularidade do caso curitibano: primeiro se criou o órgão responsável pela execução do Plano Diretor e depois se instituiu esse Plano Diretor oficialmente. Nas demais experiências que surgiram no país, primeiro era instituído o Plano Diretor e depois designado ou criado um órgão para ser o responsável por ele.

Estruturado sob a forma autárquica, ao IPPUC era assegurada autonomia administrativa e financeira, o que permitia liberdade relativa de ação no tocante a obtenção de recursos externos e extra-orçamentários; competência exclusiva para a pesquisa e o planejamento urbano, sem o acúmulo de funções de execução de obras e serviços urbanos, entre outros.

Entre as funções destinadas ao IPPUC estavam a de implantar e controlar o Plano Diretor, elaborar e detalhar projetos, indicar as soluções urbanísticas mais adequadas em casos como os de loteamento, zoneamento e renovação urbana, entre outras (COELHO, 1974, p. 58). Para isso a Lei 2828/66 que instituiu o Plano

²⁹ Depoimento de Ivo Arzua Pereira (1989). Prefeito de Curitiba no período 1962-66 e de 1966 a início de 1967. In. IPPUC. *Memória da Curitiba Urbana*. Curitiba, v.1, nov. 1989. p.5

Diretor continha a Delimitação do Zoneamento de Curitiba e criava o Conselho de Zoneamento, substituindo a antiga Comissão de Zoneamento.

Ao criar um órgão autárquico a Prefeitura de Curitiba fugia do modelo centralizador vigente no país. Essa "subversão" caracterizava as intenções de se viabilizar um modelo próprio de gerência urbana - tendo nas ações planejadas o seu viés impulsionador. Assim, a partir de 1965, a grande maioria das ações governamentais seriam previamente planejadas. "Mais importante que o Plano Diretor foi, no entanto, o processo de planejamento desencadeado, através do qual o poder público, ao agir, agiria de uma forma planejada, constituindo cada vez mais o planejamento como um ato de governo e como uma estratégia de exercer o poder decisório" (Fachini, 1978, p. 85).

Contudo, o período de governo iniciado logo após a criação do IPPUC e da instituição do Plano Diretor foi marcado por divergências e conflitos diante da nova estrutura de planejamento montada. Não só porque tratava-se de uma nova equipe na condução do município, mas também pelas mudanças na filosofia administrativa que o Plano Diretor propunha. Por um lado, a criação do IPPUC para atuar na área urbanística onde já atuavam outros órgãos, como o Departamento de Urbanismo e a URBS, causava um certo "mal-estar" entre os seus dirigentes.

Eles temiam a perda de suas autonomias e lideranças, o que por certo seria inevitável. "O Presidente da URBS sempre pretendia para aquela empresa a competência de agenciar o Plano" (Coelho, 1974, p. 69). Por outro lado, o IPPUC tornou-se rapidamente um órgão expoente, com seus trabalhos alcançando grande credibilidade e prestígio. Isso suscitava a idéia de um órgão com muito poder - capaz de obscurecer a autoridade do Prefeito. Aliado a esses aspectos estava a "aversão" que o novo prefeito demonstrava pela natureza inovadora do planejamento e o estilo de atuação do IPPUC.

Omar Sabbag, o novo prefeito, foi o primeiro a assumir o cargo por indicação, após o golpe militar. Sem antecedentes políticos e não tendo participado do processo que deu origem ao Plano, buscava impor uma filosofia administrativa própria - pautada numa concepção administrativa conservadora quanto aos gastos do governo. Nesse sentido, procurou realizar somente obras que não demandassem grande inversão de recursos

Como engenheiro sanitaria, procurou dotar a cidade de uma infraestrutura ligada à engenharia sanitária: ampliação do serviço de coleta de lixo; adoção do sistema de aterro sanitário, inexistente até então; desenvolvimento dos primeiros planos de preservação dos fundos de vale; elaboração da primeira legislação de proteção de áreas verdes; obras de contenção de enchentes e outras.³⁰ Fora da área sanitária destacaram-se as obras de circulação viária. Várias vias de acesso entre os bairros e a área central foram pavimentadas, além do início da implantação do anel central - previsto no Plano Serete.

Por conta do modelo administrativo adotado, a gestão 1967-1970 foi considerada uma gestão de transição administrativa. As obras da gestão anterior tiveram continuidade; a estrutura administrativa foi mantida; as finanças mantiveram-se equilibradas e não houve alterações significativas no quadro físico da cidade. Como já assinalamos acima, o desinteresse pelo Plano Serete impossibilitou ações mais efetivas pelo IPPUC. "Da perspectiva do Prefeito, engenheiro sanitaria, o *'fantasioso'* na atuação do IPPUC era, freqüentemente, a natural preocupação do arquiteto pela estética urbana, mas considerada como incompatível com o *'realismo'* administrativo assentado em rígidas escalas de prioridade técnico-econômica e

³⁰ Em 1965, quando da elaboração do Plano Preliminar, 44% da população vivia na área coberta por rede de abastecimento de água, sendo que nem toda ela era atendida. Na área coberta por coleta de esgoto vivia 28% da população e 43% na área coberta por coleta de lixo, o qual não recebia nenhum tratamento. In: Prefeitura Municipal de Curitiba/IPPUC. **Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba**. Julho de 1965.

financeira" (Coelho, 1974, p. 73). De fato, durante o período 1967-1970 coube ao IPPUC apenas o assessoramento do Prefeito nos aspectos formais da administração. As suas atribuições originais de realizar estudos e detalhar as diretrizes básicas do Plano Serete ficaram relegadas a um nível secundário. Em detrimento do esvaziamento dessas funções, o IPPUC recebeu investimentos na área físico-espacial: aquisição de sede própria, móveis, biblioteca, além do conseqüente aumento do quadro funcional.

A intenção era confiná-lo, convenientemente, a órgão apenas de pesquisa e não como órgão planejador. "Essa estratégia tinha a vantagem de que não se poderia atribuir ao Prefeito quaisquer propósitos de hostilizar ou marginalizar o IPPUC. Até mesmo as dotações orçamentárias da Prefeitura mantiveram-se a níveis razoavelmente constantes. Mas o Instituto ficou indiscutivelmente esvaziado de sua função maior" (Coelho, 1974, p. 75).

A importância em se mostrar esse conflito envolvendo o IPPUC está na percepção do processo que ele gerou. Na medida em que o potencial do IPPUC não era utilizado para implementar as diretrizes do Plano Serete, todo o seu arsenal de idéias e projetos referentes ao detalhamento das diretrizes básicas do Plano foi sendo acumulado.

Conforme Luiz Forte Neto, o primeiro presidente do IPPUC (1967-1968), "chegou um determinado momento em que resolvi me afastar diretamente do processo, porque nós produzíamos muito, íamos amontoando projetos, idéias, decretos, etc e na verdade a chefia do executivo não acompanhava e não tinha muito interesse naquele tipo de obras. Possivelmente até por não vislumbrar o que aquelas transformações propostas significavam realmente para a cidade".³¹ Jaime Lerner, o segundo a ocupar o cargo de presidente do IPPUC (1968-1969) demitiu-se, entre

³¹ Depoimento de Luiz Forte Neto (1991). Arquiteto. Participou do Grupo de Acompanhamento durante a elaboração do Plano Preliminar. Foi o primeiro presidente do IPPUC (1967-68). In. IPPUC. *Memória da Curitiba Urbana*. Curitiba, v.7, set. 1991. p.63-64

outros motivos, após o Prefeito recusar um projeto do IPPUC para a Rodoferroviária da cidade.

O acúmulo de estudos e projetos, detalhando as diretrizes básicas do Plano Serete, incluía, entre outros: plano viário, leis de zoneamento, lei do uso do solo, planos de transporte de massa, planos de revitalização do setor histórico, política de habitação, política de preservação de bacias hidrográficas (fundos de vale), pré-diagnóstico da região metropolitana, sistema de educação.

O novo prefeito, ao assumir em 1971, teve o privilégio de dispor de muitos desses estudos e projetos amadurecidos e prontos para a execução imediata. Além do que, ele próprio era membro do IPPUC e co-responsável pela produção desses estudos e projetos: Jaime Lerner. Como veremos no capítulo seguinte, a cidade começaria a ganhar uma nova imagem: do cinza ao verde.

3 A FASE DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL EM CURITIBA: 1971 - 1988

Que tipos de utopia podemos estabelecer, como projetos orientados para o futuro, que estejam vinculados aos rumos imanentes de desenvolvimento, e por conseguinte realistas?

Anthony Giddens

Capitais dos Estados sem força política, com as decisões centralizadas no governo federal. Esse era o cenário político que marcava o Brasil urbano no início dos anos 70. A questão urbana deixara de ser vista como uma questão política, passível de projetos políticos e sociais. A lógica era a de que a solução para os problemas urbanos não estava na intervenção sobre a estrutura social e política das cidades, mas na sua infra-estrutura físico-espacial.

Dessa forma, o plano urbanístico não era utilizado como um instrumento de negociação de interesses conflitantes no espaço, mas como um instrumento de introdução de racionalidade no processo de implementação de ações tendentes a atingir os objetivos do "bem-comum" (Serra, 1991, p. 147). O ajuste dos "desequilíbrios sociais nas cidades" competia, então, aos técnicos ("racionais") e não aos políticos ("incompetentes", "clientelistas"). Buscando atender à essa lógica racional-tecnicista, Jaime Lerner foi indicado para prefeito da capital paranaense em 1971.

A PRIMEIRA GESTÃO LERNER (1971-1974): DO CINZA AO VERDE

Jovem (33 anos), engenheiro e arquiteto com sólido currículo, Jaime Lerner possuía o perfil considerado ideal para ocupar o cargo de prefeito. Além do mais, não era ligado a nenhum dos 2 partidos oficiais (ARENA E MDB), o que assegurava ao governador do Estado a garantia de que o futuro prefeito não viria obscurecer a sua imagem e liderança política na capital. Conforme Lerner, "em 1971 o governador Haroldo Leon Perez, seguindo uma tendência nacional, convida-me para a Prefeitura. Os governadores nomeados não queriam colocar políticos para administrar as capitais. Eu não era filiado à ARENA".³² "Ele queria na época um técnico que não lhe fizesse sombra como político".³³

A indicação de Lerner para prefeito marcava a chegada dos técnicos do IPPUC ao poder. Era a primeira vez no Brasil que um grupo de arquitetos e urbanistas dispunha de todo o poder para atuar numa cidade. Naquele momento a construção de Brasília ainda era o grande acontecimento no universo dos urbanistas. Para muitos, Brasília significava a afirmação da moderna arquitetura nacional, ao mesmo tempo que marcava a realização da não menos sonhada afirmação da profissão (Bicca, 1985, p. 106). Contudo, Curitiba se configuraria, a partir dos anos 70, como a antítese de Brasília. A estandardização, a racionalidade e a unifuncionalidade dos espaços que marcavam Brasília, foram substituídos em Curitiba pela heterogeneidade da ocupação do espaço e a diversidade na oferta de equipamentos urbanos: a Brasília das longas avenidas, do automóvel em contraste com a Curitiba das ruas para pedestres, do transporte coletivo.

³² Entrevista de Jaime Lerner à **Folha de Londrina**. 23 de julho de 1985.

³³ Entrevista de Jaime Lerner à **Revista VipExame**. Novembro de 1992.

Assim que assumiu o cargo, Lerner nomeou para as chefias de departamentos da Prefeitura todos aqueles membros do IPPUC que haviam trabalhado com ele no desenvolvimento de estudos e projetos na década de 60. Ao IPPUC foi dada a função não apenas de pesquisar e planejar, mas também coordenar, controlar a implantação e gerir virtualmente todos os programas de reformas da Prefeitura: aspectos físico-urbanísticos, educacional, habitacional, de circulação (Coelho, 1974, p. 79). "Foi uma atitude extremamente inteligente: aquelas pessoas eram as que planejaram as obras que deveriam ser feitas, portanto não precisavam ser convencidas de que eram necessárias".³⁴

Curitiba, no início da década de 70, encontrava-se na insustentável condição de uma cidade que desde os anos 50 vinha, praticamente, duplicando sua população a cada 10 anos (ver tabela 2). As intervenções feitas a partir do Plano Agache há muito haviam se tornado obsoletas. O índice de áreas verdes por habitante era de menos de 1 m². Enchentes e inundações na área central eram freqüentes; "loteamentos clandestinos" vinham crescendo a cada ano (em 1971 haviam 21 áreas consideradas favelas); o sistema de transporte era precário e não atendia a demanda de passageiros; o sistema de saúde e de educação encontravam-se defasados, tanto em relação aos recursos materiais quanto humanos; o lazer público era, praticamente, inexistente. Uma atmosfera cinza permeava a cidade: não só em função do clima, mas

³⁴ Depoimento de Luiz Forte Neto (1991). Op. Cit. p. 64

também envolvendo o inconsciente coletivo da população.

Em 1971, lembro-me bem, Curitiba era a "última cidade" do Brasil sem qualquer característica especial. O próprio curitibano era um cara que não tinha a sua marca, não tinha uma expressão, isto porque a cidade nada tinha a oferecer. (...) Então, na primeira gestão do Jaime havia muita coisa a fazer e não havia qualquer dúvida sobre o que precisava ser feito. Não era preciso fazer pesquisas sobre a necessidade de áreas verdes, por exemplo, ou de um equipamento de animação que desse ao curitibano opção de lazer. Nada havia: o curitibano ia ao cinema, ia para casa ver televisão e só.³⁵

Então, todo mundo se recolhia para dentro de seu muro, da sua casa, e assistir televisão passou a ser a única opção de lazer, porque tinham problemas de tráfego, de barulho, de insegurança e os espaços urbanos não se adequavam mais para que fossem usados, para passeios com a família. Era preciso criar um atrativo.³⁶

O desafio de reverter esse quadro, equipando a cidade, implicava em decisões ousadas - passíveis de críticas e reações dos setores da sociedade diretamente envolvidos. Apesar da propaganda ideológica, criada pelo poder central, sobre a "eficácia do planejamento", sua implementação em cada caso estava sujeita aos conflitos e jogos de interesse local. Isso aconteceu, por exemplo, quando a Prefeitura resolveu fechar a principal rua do centro da cidade (hoje, Rua das Flores), transformando-a em rua para pedestres. Tal medida fazia parte da diretriz do Plano Sete de pedestrianizar a região central da cidade. A reação dos comerciantes foi imediata. Campanhas nos veículos de comunicação contra a Prefeitura buscavam

³⁵ Depoimento de Abrão Assad (1989). Arquiteto e urbanista. Elaborou o Projeto de animação da Rua das Flores, entre outros. É assessor técnico do IPPUC desde a década de 70. In. IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana**. Curitiba, v.4, ago. 1990. p.33

³⁶ Depoimento de Maria Elisa F. Paciornik (1991). Atuou no período 1971 a 1974 como assessora de divulgação da cidade. Em 1974 assumiu a Direção Executiva da Fundação Cultural de Curitiba. In. IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana**. Curitiba, v.7, set. 1991. p.164

descaracterizar aquela medida. A alegação era de que haveria queda nas vendas e a conseqüente falência do comércio.³⁷

Passado algum tempo a rua tornou-se ponto de encontro da população, potencializando as vendas. A idéia dos "calçadões" estava legitimada e o modelo foi copiado por várias outras cidades do país. O mesmo processo conflituoso ocorreu na implantação do novo sistema de transporte coletivo (ônibus circulando em vias exclusivas). Os empresários do transporte coletivo reagiram contrários à idéia. Havia o medo de investir em um novo sistema, totalmente desconhecido. Além disso, transtornos iniciais como aumento de atropelamentos e inadaptação dos usuários ao novo sistema favoreciam as críticas de setores da imprensa local, contrários à idéia. Campanhas foram feitas para a sua desarticulação. Suportando a pressão inicial, conseguiu-se dar continuidade à implementação e logo o transporte coletivo curitibano era tido como modelo ao resto do país.

Ao lado dessa fundamental vontade política, outro fator importante, que permitiu a execução de várias das diretrizes do Plano Serete, foi a disponibilidade de recursos financeiros. Além de ter assumido o governo com as finanças municipais saneadas, vivia-se no Brasil o "período do milagre". Como vimos no capítulo 1, naquele momento havia um interesse estratégico do governo central em adequar as cidades ao projeto desenvolvimentista - tendo no incentivo ao planejamento urbano sua mola impulsionadora. A forma como o planejamento vinha sendo executado em

³⁷ A estratégia utilizada para o fechamento da primeira rua ao tráfego de veículos é considerada inovadora e criativa, ainda que muitos a tenham considerada tecnicista-autoritária. Tal fechamento ocorreu num fim-de-semana, com início na madrugada de sábado. O objetivo era evitar que os comerciantes impetrassem mandado de segurança contra a Prefeitura. Supunha-se que o período de 48 horas do fim-de-semana garantiria a assimilação inicial da idéia pela população e por conseguinte sua aceitação em caráter permanente.

Curitiba logo chamou a atenção do poder central: Curitiba poderia ser "adotada" como exemplo da eficácia do planejamento urbano pretendido para o resto do país.³⁸

Essa pretensa "adoção" significou a facilitação nas destinações de verbas suplementares para a execução das obras planejadas. "Era fantástico, bastava ir buscar. E Curitiba tinha uma credibilidade que nenhuma outra cidade do Brasil tinha. (...) Éramos filhos diletos, clientes preferenciais mesmo".³⁹ As operações de crédito responderam por 20% da receita total do município nos 3 primeiros anos da gestão - uma média de 14% durante o período (Coelho, 1974, p. 81). Porém, os tecnoburocratas de Brasília logo perceberam que a forma como era executado o planejamento em Curitiba fugia ao padrão racional que eles pretendiam para as demais cidades brasileiras. Como veremos a seguir, no padrão curitibano a prioridade era o homem.

A HUMANIZAÇÃO DA CIDADE

Como vimos anteriormente, os estudos e projetos para enfrentar os problemas existentes na cidade já estavam prontos desde os anos 60. Neles estava claro a necessidade de modificar as tendências que vinham definindo o seu crescimento e desenvolvimento. Para isso repensou-se a cidade como um todo,

³⁸ O trabalho coordenado por Edmundo Campos Coelho ("Dimensão do planejamento urbano: o caso de Curitiba"), por nós utilizado, configura-se como o resultado final de um estudo encomendado no início da década de 70 pelo Ministério do Interior (MINTER) junto ao Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Uma das supostas finalidades era a da formulação de uma explicação convincente para o sucesso do planejamento em Curitiba. Contudo, conforme o próprio coordenador (COELHO, 1978, p.158), "continua a ser um mistério insondável as razões da contratação do estudo que jamais foi divulgado sob qualquer forma. Simplesmente perdeu-se no labirinto burocrático". Uma descrição do procedimento metodológico para a elaboração desse estudo é feita por Edmundo Campos Coelho no artigo "Da ignorância específica (ou da estética sociológica)". In. NUNES, Edison de O. (org.). *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p.155-177

³⁹ Depoimento de Francisca M. G. Rischbieter (1989). Op. Cit. p.7

programando-se realizações naqueles setores que definiam essa totalidade: circulação, recreação, educação e industrialização. Ou seja, conforme o Plano Serete a cidade deveria passar por três transformações básicas: física, cultural e econômica. A lógica era integrar as funções da cidade, valorizando a presença do homem no seu meio ambiente: a cidade como "*cenário de encontro*".

Essa premissa estava evidenciada no discurso de posse de Lerner: "a alma de uma cidade, a força vital que a faz respirar, progredir, existir - reside em cada um de seus cidadãos, em cada homem que nela aplica e nela esgota o sentido de sua vida. E é essa a nossa premissa fundamental: a cidade - com todas as suas funções - deve estar a serviço do homem e não o homem subordinar-se às imposições urbanas como mero espectador". Na prática isso significava reciclar formas, criar, animar e promover pontos de encontro capazes de fazer com que os habitantes pudessem usufruir e assumir a cidade - co-responsabilizando-se pelo sucesso das transformações urbanísticas efetuadas e por efetuar.

Essa estratégia de envolver os habitantes num projeto de co-reponsabilidade pelos destinos da cidade ia além da mera transformação da estrutura urbana. A intenção era mudar a mentalidade da população, transformando a relação desinteressada e despersonalizada que, até então, ela estabelecia com a cidade. Para isso era preciso resgatar a memória histórico-cultural da cidade, incentivando esta população a se interar do processo formativo da cidade nos vários aspectos.

Dessa interação deveria resultar o sentimento de "identidade" das pessoas para com a cidade, orgulhando-se de seus valores e tradições culturais. O curitibano deveria aprender a valorizar as coisas da sua cidade: seus pontos de encontro, seus monumentos, suas conquistas, os marcos que definiram uma etapa da sua história, um estágio da vida urbana. "Quanto menos ele conhecê-la, respeitá-la,

valorizá-la, maior será a sua falta de integração, o seu desligamento, a sua alienação ante os grandes desafios que a vida urbana a todo momento impõe.⁴⁰

Supunha-se que estabelecida a relação de identidade, as pessoas passariam a se sentir "pertencentes" à cidade e conseqüentemente conscientizadas de seu papel na promoção e conservação da "sua" rua, do "seu" bairro, da "sua" cidade. Para Lerner, "a memória é a âncora da nossa identidade. E uma população que não tem identidade com a sua cidade é uma população infeliz. Identidade é um componente de qualidade de vida muito importante. (...) Se você não tem identidade com o lugar, você não faz parte. (...) As vezes não é a construção ter valor histórico, é ter o valor que teve para a cidade, para o nosso ponto de referência".⁴¹

Nesse sentido, ao dar início às execuções do Plano de Revitalização do Setor Histórico, previsto no Plano Serete, recorreu-se à práticas simbólicas para impulsionar o processo. Foram reciclados aqueles espaços que no passado haviam servido como ponto de referência e encontro na vida da cidade. O centro histórico foi protegido; um antigo depósito de pólvoras foi transformado em teatro (Teatro do Paiol); um antigo quartel militar, na sede da Fundação Cultural; uma antiga fábrica de cola, num centro de criatividade cultural; a casa mais antiga da cidade, num centro de documentação e editoração de obras sobre a cidade (Casa Romário Martins); além da recuperação e reciclagem das praças e da área central da cidade, transformando-a em área de circulação de pedestres.

Para dar forma e alimentar esse processo de transformação cultural pretendida para a cidade, foi criada a Fundação Cultural de Curitiba (FCC). Primeira fundação cultural do Brasil, em nível municipal, a FCC passou a ser a responsável pela

⁴⁰ Prefeitura Municipal de Curitiba. **Discurso de posse - Prefeito Jaime Lerner.** 1971.

⁴¹ Entrevista de Jaime Lerner ao autor (setembro de 1993).

política cultural da cidade. Entre os seus principais objetivos estavam a preservação do patrimônio histórico, além de estimular os estudos da memória da cidade. Ela deveria ainda servir de instrumento para o desenvolvimento urbano da cidade, na medida em que dava vida cultural às obras físicas executadas. "O IPPUC era o órgão de planejamento, a URBS o órgão executivo, o que construía, que contratava as obras. E a Fundação Cultural dava vida à obra instituída. Para dar um exemplo: todos os parques criados tiveram um projeto de animação, de ocupação. A preservação de edifícios históricos era feito juntamente com o IPPUC, sempre. O IPPUC fazia o levantamento físico e a Fundação Cultural o projeto de ocupação".⁴²

O setor educacional também ganhou relevância dentro do processo de mudanças propostas. Fatores conjunturais levaram a que esse setor ganhasse espaço entre as diretrizes a serem executadas. Naquele período havia sido aprovada a Lei Federal 5692/71. A partir dela tornava-se obrigatório o chamado Ensino Fundamental (Primeira à Oitava séries), cabendo aos municípios a responsabilidade legal em oferecê-lo à população. O município de Curitiba contava, então, com apenas 10 escolas e dividia com o Estado a responsabilidade pelo ensino básico na cidade.

Conforme o censo de 1970, a maioria da população possuía apenas a escolaridade de Primeira à Quarta Séries, 5% a de Quinta à Oitava Séries e menos de 5% possuíam o nível de Segundo Grau e/ou Superior completos. Atualmente (1994) a taxa de alfabetização da população curitibana é de 93,8%, enquanto que a taxa de escolarização de Primeiro Grau corresponde a 81,7% (Fonte: Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e Turismo. *Informações sócio-econômicas 1994*).

⁴² Depoimento de Lídia M. B. Dely. (1991). Biblioteconomista. Ingressou no IPPUC em 1967, ainda estudante. Em 1973 integrou a equipe que implantou a Fundação Cultural de Curitiba. Entre suas várias funções, implantou o programa de preservação da memória da cidade na Casa Romário Martins. In. IPPUC. *Memória da Curitiba Urbana*. Curitiba, v. 7, set. 1991. p. 176

Com a nova Lei Federal (5692/71), a Prefeitura passou a responsabilizar-se pela demanda de Primeira à Quarta Séries e o Estado com as séries seguintes. Isso obrigou o IPPUC a realizar estudos e levantamentos dos locais mais carentes, onde o atendimento seria prioritário. Desse processo resultou um levantamento global da capacidade de absorção de alunos em todas as escolas e da condição física das mesmas. Era a fase embrionária de estruturação do atual Sistema Educacional de Ensino. No final de 1992 a cidade já contava com 110 escolas e 38 Centros de Educação Integral (CEI), totalizando 76.600 vagas ofertadas para os cursos de pré e primeiro grau e 19.000 nos Centros de Educação Integral (Fonte: SME - EEPE).

A forma de atuação e os conceitos introduzidos pela gestão Lerner, a partir dos quais passaram a ser deliberadas as ações sobre a cidade, passaram a ser reconhecidos em nível nacional. Logo no segundo ano de mandato (1972) Lerner foi eleito, por jornalistas do Rio de Janeiro e Brasília, o melhor prefeito do ano em todo o país. Esse reconhecimento do trabalho realizado sobre a cidade à nível nacional, aliado à proposta de co-responsabilidade da população pelo sucesso do planejamento (e, no limite, pelo próprio destino da cidade), foram suficientes para estimular uma vontade geral da população em discutir a cidade e o plano urbanístico, sentindo-se parte do seu espaço coletivo de vida.

A classe média curitibana, formada em grande número por descendentes de imigrantes europeus, via nas idéias e ações de planejamento a possibilidade de resgatar a mística do trabalho sério e diligente que marcara as ações de seus antepassados na cidade. Conforme Mendonça (1990, p. 88), "com a mudança física veio a cultural: os imigrantes europeus, entre nós desde a segunda metade do século passado, passaram a sentir-se cidadãos, orgulhosos de sua urbe. (...) Num processo natural, cada pessoa passou a tornar pública a sua história pessoal, a dos

antepassados, com tradições, costumes, modos de viver. Começou e este processo continua até hoje".

Curitiba era uma cidade, à época, menos liberada. A classe média era dominante. Esta classe média inteira se empolgou com a cidade. Onde você ia, discutia-se a cidade: chás de senhoras, jantares, reuniões da society. A cidade era um motivo de discussão. "isto achei certo, isto errado".⁴³

Culturalmente foi muito importante, porque em qualquer lugar que você fosse, qualquer reunião familiar, social ou festa, se discutia Curitiba, acaloradamente. Totalmente pró ou contra, mas todo mundo tinha opinião sobre a cidade. E daquela época para frente, não se faz mais nada na cidade sem a interferência maciça da população.⁴⁴

Com a população respondendo positivamente às propostas do planejamento, a gestão Lerner buscou enfatizar, ainda mais, a busca de um modelo próprio de desenvolvimento - fugindo à imposição do padrão nacional. Num momento em que as cidades brasileiras realizavam grandes obras faraônicas, atendendo aos interesses políticos de seus governantes e estimuladas pelo projeto desenvolvimentista nacional, Curitiba começava trilhar o caminho oposto. As pequenas obras, com baixa inversão de recursos e alto grau de eficiência, evidenciavam o contraste com as demais cidades brasileiras.

⁴³ Depoimento de Francisca M. G. Rischbieter (1989). Op. Cit. p.9

⁴⁴ Depoimento de Maria Elisa F. Paciornik (1991). Op. Cit. p.172

Segundo Bolaffi (1982, p. 51):

Entre 1966 e 1974 cada cidade brasileira foi brindada com projetos mirabolantes: metrô subterrâneos, aéreos e de superfície, teleféricos panorâmicos, pistas de esqui à base de neve artificial (e duas chegaram a ser construídas), cadeias de enormes garagens subterrâneas supostamente destinadas a "aliviar" o tráfego nos centros urbanos, distritos industriais sofisticadíssimos no interior de Mato Grosso e Goiás, um tapete rolante subterrâneo para ligar a avenida São Luiz à Praça João Mendes (em São Paulo) numa extensão de 1,5 quilômetros, centrais de abastecimento monumentais na Amazônia, hotéis 5 estrelas no interior de Goiás (destinados a dinamizar a economia pelo estímulo ao turismo), inúmeros projetos de reformulação dos sistemas viários pela abertura de vias expressas nas zonas densamente urbanizadas, cujo custo seria provavelmente superior ao valor do capital fixo já existente nas respectivas cidades, e assim por diante.

Assim, enquanto havia um incentivo nacional ao uso do automóvel e iniciavam-se as construções das primeiras linhas de metrô no país (São Paulo e Rio de Janeiro), Curitiba investia um valor bem menor no seu sistema viário: ônibus expressos circulando ao longo das "vias estruturais". O investimento nesse sistema significava, à época, 1% do valor destinado à implantação do metrô.

No Plano Serete já estavam definidos os "eixos estruturais" que deveriam servir como espinha dorsal para a implantação do sistema de transporte coletivo da cidade. Além de atender a demanda de passageiros do momento, esse sistema deveria induzir o adensamento populacional ao longo de tais eixos estruturais - desconcentrando o comércio e os serviços da área central. Para isso, em 1974 foi aprovada (Decreto n. 28/74) as Diretrizes Complementares à Lei de Zoneamento (Lei 4199/72), permitindo o adensamento demográfico nas áreas de influência dos eixos ou vias estruturais, como passaram a ser chamadas (ver mapa 2, em anexo).

Na prática foi adotado para esses eixos o chamado Sistema Trinário. Ele consta de uma via central de tráfego lento, dotada de corredores exclusivos para ônibus e de duas vias laterais com sentidos opostos (centro-bairro/bairro-centro). Estas vias laterais são de tráfego rápido e destinam-se à veículos. A adoção deste Sistema Trinário permitiu o aproveitamento das vias centrais já existentes, evitando-se

grandes "cirurgias" nas zonas densamente urbanizadas e históricas. Com isso assegurou-se à estrutura urbana o seu potencial cultural e histórico: fundamento básico do modelo de desenvolvimento urbano proposto para Curitiba pela gestão Lerner.

De fato, "todas as intervenções do IPPUC no Sistema de Circulação de Curitiba consideraram a escala, história e cultura da cidade, para evitar que soluções técnicas provocassem distorções do ponto de vista humano. A definição do Sistema Viário Básico, por exemplo respeitou fundamentalmente a malha já existente e buscou alternativas de ligações independentes na área central, evitando transformações radicais na estrutura urbana e os conseqüentes problemas sociais".⁴⁵ Conforme Jaime Lerner, "o segredo foi entendermos que tínhamos que pensar a partir da nossa realidade. Estudamos as características de um metrô e tentamos reproduzir, com soluções nossas, aquela qualidade de transporte que o metrô significava".⁴⁶

A instalação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) também se deu a partir da realidade sócio-política e ambiental local. Enquanto na esfera da União não havia preocupação com o impacto da industrialização sobre o meio ambiente urbano (como vimos no capítulo 1), em Curitiba essa preocupação esteve presente desde o início do processo, quando foi escolhido o local para a instalação das indústrias. No planejamento e implantação da CIC procurou-se adequá-la à política de uso do solo em vigência.

Isso permitiu que fossem observados alguns critérios como topografia adequada à implantação de plantas industriais, preservação dos recursos hídricos

⁴⁵ IPPUC. Curitiba: uma experiência em planejamento urbano. In. **Memória da Curitiba Urbana**. Curitiba, v.1, nov. 1989. p.27

⁴⁶ Entrevista de Jaime Lerner à **Revista Ecologia e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ano I, n.3, mai. 1991. p.26

onde seria captada a água para o abastecimento das indústrias e até mesmo a direção favorável dos ventos dominantes - considerando-se a mais fácil dispersão da poluição atmosférica.

Por outro lado, procurou-se não desconectar a CIC da estrutura urbana, no sentido de assegurar a sua integração à paisagem urbana e conseqüentemente o seu controle de poluição, ainda que essa busca de conexão tenha possibilitado o surgimento de uma forte especulação imobiliária na região - em consequência da valorização dos terrenos ao longo das suas vias de acesso. "O mais importante foi a sua concepção pioneira no país, porque foi planejada para ser muito mais do que um núcleo fabril marginalizado. Criou-se uma nova cidade, com seus próprios equipamentos de infra-estrutura, de recreação e de serviços".⁴⁷ A idéia era a criação não de um parque industrial, mas de indústrias dentro de um parque.⁴⁸

"SOMBRA E ÁGUA FRESCA": A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PRESERVAÇÃO DE ÁREAS VERDES

Foi durante a primeira gestão Lerner que se institucionalizou a tradição curitibana na preservação de áreas verdes. A mudança no organograma funcional da Prefeitura, ocorrida com a posse de Lerner, aproximou a Diretoria de Parques e Praças do seu gabinete. Com isso, a nova Diretoria de Parques e Praças ganhou novas atribuições e maior autonomia de atuação na recuperação e preservação de áreas verdes. Na verdade, esse rearranjo funcional fazia parte de toda uma nova estratégia de ação frente aos "problemas ambientais" que a nova gestão procurava colocar em prática - muito embora não fossem tratados a partir desse conceito. Os "problemas

⁴⁷ IPPUC. *Curitiba: uma experiência em planejamento urbano*. Op. Cit. p.32

⁴⁸ LERNER, Jaime. *A cidade: cenário do encontro/The city: a setting for encounter*. Curitiba: Executive, 1977.

ambientais" eram considerados no rol dos problemas que obstaculizavam o desenvolvimento sócio-econômico da cidade.

Nesse sentido observa-se que mesmo antes da realização da Primeira Conferência da Nações Unidas sobre o meio Ambiente, em 1972, quando se propôs pela primeira vez uma ligação da problemática ambiental com o desenvolvimento sócio-econômico, já havia no setor público curitibano a preocupação com o tipo de desenvolvimento pretendido para a cidade a médio e longo prazos. Em seu discurso de posse, em 1971, o prefeito Jaime Lerner afirmava que:

Dessa necessidade de assegurar conteúdo humano ao progresso, agora e amanhã, é que decorrem as obras que pretendemos realizar. Realce especial, por isso, será dado à recreação, que envolve não apenas a criação de uma estrutura de animação da cidade, do ponto de vista social e cultural, como também a construção de novas praças e de grandes parques, a preservação das áreas verdes expressivas, a execução de um plano de arborização da cidade e uma nova política de ocupação do solo, destinada a coibir o processo de intensificação da poluição do ar e da água.

Assim, de um índice inferior a 1 m² de área verde por habitante no final dos anos 60, atingiu-se 16 m² por habitante no final de 1974 - índice igual ao estipulado para as cidades pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Três grandes parques foram implantados: Parque Barreirinha (275,380 m²), criado oficialmente em 1959 mas implantado em 1972; Parque São Lourenço (203,918 m²) e Parque Barigui (1.400.000 m²). Os dois últimos (financiados pelo BNH), além de se constituírem em pontos de encontro para a população, foram projetados a partir da busca de uma solução alternativa para a contenção das enchentes dos rios que cortam a cidade. Ambos são parques lineares de fundo de vale.

Com suas criações visava-se preservar as matas ciliares existentes e criar lagos para regular a vazão dos rios em períodos de enchente. "Esse procedimento resultou numa mudança total na filosofia de uso e ocupação do solo. A

economia em obras de drenagem foi substancial, uma vez que as obras resumem-se em canais a céu aberto, exigindo obras em concreto armado apenas em travessias de ruas ou em áreas onde o processo preventivo seja inviável".⁴⁹

Tal preocupação com a preservação de áreas verdes levou ao estabelecimento de uma política de preservação de áreas verdes. Um convênio firmado entre a Prefeitura e o, então, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) possibilitou que o município institísse uma legislação própria e adequada à conservação e proteção de suas áreas verdes. A primeira lei resultante dessa autonomia municipal foi a 4557/73 que dispunha sobre a "Proteção e Conservação da Vegetação de porte Arbóreo".

O tradicional rigor do município na formulação de Leis e Códigos de Posturas ficava explícito em artigos da Lei 4557/73. Num deles ficava estabelecido que "o responsável pelo corte ou derrubada não-autorizada de árvores verificada na área do município fica sujeito ao pagamento da multa da importância igual a cinco vezes o salário mínimo local. Na reincidência, além da multa em dobro, será promovida perante a justiça ação penal correspondente, de acordo com o artigo 26 da Lei Federal 4771/65". Em caso da necessidade de abate de uma árvore, esta deveria ser substituída pelo plantio de 2 outras - sendo vedado o plantio de "**Pinus Elliotis**". Por outro lado, também ficava explícita a intenção do município em estimular a conservação e proteção de áreas verdes: "o município poderá conceder estímulos a todos quanto protegerem, conservarem, cultivarem ou plantarem vegetação de porte arbóreo, notadamente a "**Araucária Augustifolia**".

⁴⁹ KLUPPEL, Nicolau I. O planejamento urbano e o meio ambiente. In. **A cidade e o meio ambiente**. Prefeitura Municipal de Curitiba/Universidade Livre do Meio Ambiente (ULMA). Apostila. p.39

Em 1974, já no final da gestão Lerner, efetuou-se um mapeamento das áreas verdes da cidade. Dele resultou o cadastramento de 93 Áreas de Preservação Permanentes, asseguradas através da legislação vigente à época. Nesse mesmo ano foi criado o Plano de Arborização Urbana. Visava envolver a população na arborização da cidade. Com esse envolvimento pretendia-se despertar a consciência da população para a importância da preservação de áreas verdes no meio urbano, dando seqüência ao processo de co-responsabilizar cada habitante pela qualidade de vida da cidade.

Em um ano foram plantadas cerca de 60 mil árvores. Um número altíssimo se comparado com a média anual de três mil árvores dos anos anteriores. "Nós damos a sombra, vocês a água fresca", esse era o "slogan" da campanha que procurava chamar a atenção e envolver os habitantes no Plano de Arborização Urbana. Desse processo surgiu a estruturação dos Hortos Municipais, destinados à pesquisa e produção de mudas de árvores, arbustos ornamentais e frutíferas silvestres utilizados no ajardinamento e arborização pública da cidade, até hoje.

A partir da segunda metade dos anos 70, a desestruturação da organização social tradicional no meio rural paranaense, em função da modernização agrícola acelerada e da construção de grandes hidrelétricas, impulsionou o fluxo migratório para a capital - forçando a ocupação de áreas periféricas desaconselháveis à habitação e passíveis de degradação ambiental. Como veremos a seguir, o poder público local se viu obrigado a definir e implementar respostas à esse fenômeno, evidenciando as representações de interesse local.

A PERIFERIZAÇÃO DA CIDADE: REPRESENTAÇÃO DE INTERESSES E RESPOSTAS DO PODER PÚBLICO

A desestruturação da organização social tradicional no meio rural paranaense teve seu marco inicial no final dos anos 60 e início dos anos 70. Nesse

período o Estado passava a implementar uma política de modernização da agricultura, a partir de uma série de instrumentos. O objetivo era dar impulso ao processo de industrialização através de transformações no setor agropecuário. Partia-se da idéia de que a forma tradicional em que o setor agropecuário estava organizado se constituía em uma barreira ao crescimento econômico, cuja superação se daria com a introdução de novas técnicas de produção - incluindo-se aí a utilização (desordenada) de instrumentos mecanizados e elementos químicos.

Obviamente, nenhuma preocupação havia com aspectos ambientais, como poluição dos rios e seus afluentes, erosão e degradação do solo, deflorestamento, intoxicação humana e outros. Somente na década de 80, quando ocorreu um grande aumento no custo dos insumos agrícolas, devido as crises de petróleo e sucessivas perdas de produtividade de algumas culturas, começou a haver uma racionalização da utilização do solo. "Até então, toda a política de subsídios de insumos agrícolas também favoreceu a não-preocupação com a conservação do solo. Note-se que a racionalização decorre principalmente de uma necessidade de produção e não por motivos ecológicos" (Angulo, 1990, p. 8).

Com a utilização das novas técnicas supunha-se que o setor agropecuário se dinamizaria, aumentando a produção. Esse processo seria precursor de um novo estágio de desenvolvimento do Estado paranaense, capaz de promover um progresso generalizado e auto-sustentado. Contrariando essas expectativas, esse padrão de modernização foi o responsável por significativas transformações na estrutura fundiária do Estado - alterando as relações tradicionais de produção.

A intensificação dessas alterações acabou por estabelecer um processo generalizado de seleção/exclusão do meio rural. Aqueles agricultores que não conseguiram assegurar as novas condições tecno-produtivas foram sendo expropriados, passando a trabalhar como "bóia-fria" ou migrando para os principais

centros urbanos do Estado, para as cidades industriais do interior de São Paulo e Santa Catarina e/ou para as novas fronteiras agrícolas do Centro-Oeste e Norte do país.

Outro fator que veio agravar ainda mais essa situação, criada pela modernização tecnológica da agricultura, foi a construção de hidrelétricas, entre elas a de Itaipú. Localizadas especialmente na região Oeste e Sudeste do Estado, onde predominava o sistema de pequenas propriedades, estas hidrelétricas geraram vastas desapropriações. Milhares de agricultores, principalmente os pequenos, foram "expulsos" de suas terras, muitos sem conseguir manter-se atuando na agricultura como produtores diretos.

De um modo geral, "o desaparecimento de pequenos estabelecimentos (menos de 20 ha), foi da ordem de 24,2% no decênio. Registrou-se um processo de concentração fundiária em que a área na posse destes estabelecimentos acima de 500 ha aumentou em 43,8%. Verificou-se um acelerado êxodo rural, com a perda de 1.268.565 habitantes do meio rural em dez anos" (Ferreira, 1987, p. 15).

Assim, no espaço de uma década houve uma inversão na distribuição da população do Paraná entre o meio rural e o urbano. Conforme Soares e Azzolini (1992, p. 4), "em 1970, a taxa de urbanização era de 36%, em 1980, essa taxa passa a ser de 59%, com a população se concentrando em um pequeno número de grandes centros urbanos, os quais se configuram como pólos regionais (Curitiba, Londrina, Maringá, Cascavel e Foz do Iguaçu)".

Como vimos no capítulo 1, as Regiões Metropolitanas foram institucionalizadas a nível federal (entre elas a RMC) em 1973. Tinham como objetivo prevenir os problemas de interesse comum entre os municípios ligados às metrópoles, principalmente os de infra-estrutura econômica e social que dificultavam o

desenvolvimento urbano. Para viabilizar esses objetivos foi criado no ano seguinte (1974) a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC).

Contrastando com esses objetivos, durante a década de 70 a Região Metropolitana de Curitiba (RMC) apresentou um crescimento de 5,78%. Foi a mais alta taxa entre todas as demais regiões metropolitanas, seja tomando somente o município-núcleo, seja tomando o conjunto dos municípios. Observa-se, ainda, que os municípios da RMC ligados geograficamente a Curitiba foram os que apresentaram as maiores taxas de crescimento, superando a taxa de Curitiba (5,34%): Almirante Tamandaré (8,37%), Araucária (7,35%), Colombo (12,56%), Piraquara (12,76%), São José dos Pinhais (7,55%) (Ver tabela 3).

TABELA 3 - População total e taxa de crescimento anual da RMC e municípios que a compõem: 1970 - 1980 e 1980 - 1991

| RMC/MUNICÍPIOS* | POPULAÇÃO TOTAL | | TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL (%) | |
|----------------------|--------------------|-----------|---|-----------|
| | 1980 | 1991 | 1970-1980 | 1980-1991 |
| RMC | 1.440.626 | 1.975.624 | 5,78 | 2,91 |
| Alm. Tamandaré | 34.168 | 66.037 | 8,37 | 6,17 |
| Araucária | 34.799 | 62.581 | 7,35 | 5,48 |
| Balsa Nova | 5.288 | 7.519 | 1,18 | 3,25 |
| Bocaiúva do Sul | 12.119 | 10.604 | 1,26 | -1,21 |
| Camp. Grande do Sul | 9.798 | 19.323 | 2,19 | 6,37 |
| Campo Largo | 54.839 | 72.067 | 4,77 | 2,51 |
| Colombo | 62.881 | 117.937 | 12,56 | 5,88 |
| Contenda | 7.556 | 8.928 | 0,45 | 1,53 |
| Curitiba | 1.024.975 | 1.290.142 | 5,34 | 2,11 |
| Mandirituba | 15.452 | 38.311 | 3,42 | 8,60 |
| Piraquara | 70.640 | 106.542 | 12,76 | 3,81 |
| Quatro Barras | 5.710 | 9.997 | 3,45 | 5,22 |
| Rio Branco do Sul | 31.767 | 38.223 | 2,37 | 1,70 |
| São José dos Pinhais | 70.634 | 127.413 | 7,55 | 5,51 |

Fonte: IBGE, Censos de 1970, 1980 e 1991 (dados preliminares)

* Os municípios de Bocaiúva do Sul, Mandirituba, Piraquara e Rio Branco do Sul tiveram seus territórios desmembrados a partir de 1990, dando origem a quatro novos municípios. Aqui estes municípios ainda apresentam suas populações originais.

Fatores sócio-econômicos foram determinantes na configuração desse fenômeno. Possuindo um poder aquisitivo incompatível com o valor da moradia ofertada no município-núcleo, os imigrantes foram levados a se instalar em áreas sem infra-estrutura, na sua periferia ou nos municípios-periféricos.

A fixação nos municípios-periféricos, além de ser compatível economicamente, oferecia a possibilidade de ficarem ligados ao município-núcleo, desfrutando de sua maior infra-estrutura. Esse processo forçado de adaptação dos imigrantes no espaço urbano provocou consequências sócio-ambientais inesperadas, como o fenômeno de "insularidade" das sedes dos municípios-periféricos e a ocupação de fundos de vale e áreas de mananciais.

Além de possuir um mercado imobiliário mais seletivo que os municípios limítrofes, Curitiba possuía também um maior controle do uso do solo. Esse controle derivava da sua política de desenvolvimento urbano que tinha como um dos seus pilares a Lei de Zoneamento. Isso contrastava com a flexibilidade da legislação e a ausência de controle territorial dos municípios limítrofes.

Por conta disso, um verdadeiro mercado imobiliário se formou na RMC, notadamente ao longo das áreas de fronteira com Curitiba. Áreas parceladas a um custo baixo e "financiamentos compensadores", eram as estratégias que os especuladores imobiliários utilizavam para seduzir os imigrantes. Muitos loteamentos surgiram desse processo. A vantagem adicional oferecida aos imigrantes era a facilidade de se deslocar para o centro de Curitiba, uma vez que o sistema de transporte coletivo curitibano chegava até essas áreas de fronteira.

No censo de 1980 foi possível confirmar o processo de conurbação acentuado que já vinha se verificando desde meados da década de 70. Observou-se que 97,6% da população de Colombo vivia fora da sede político-administrativa do município. Em Piraquara 83,2% de sua população vivia na fronteira com Curitiba, o

mesmo ocorria com 75,4% da população de Almirante Tamandaré, além de São José dos Pinhais que já tinha sua malha urbana conurbada com Curitiba à mais tempo. Grandes vazios haviam se formado entre as suas sedes político-administrativas e as ocupações de fronteira com Curitiba - dando origem ao chamado "fenômeno de insularidade".

Outro local que atraía as famílias de baixa renda era as áreas de mananciais (Ver mapa 5, em anexo). Embora fossem áreas desaconselháveis à habitação e passíveis de degradação ambiental, era a única opção para muitas dessas famílias. Ali também houve um violento processo de ocupação, resultante da falta de uma legislação que impusesse regras mínimas para ocupação de áreas de mananciais.

Posteriormente, com a Lei Federal 6766/76 esse processo de ocupação de áreas de mananciais passou a ser atenuado. "A despeito dessa legislação, a ausência de diretrizes de desenvolvimento urbano comandadas pelo governo estadual e a conivência e/ou falta de estrutura técnica das prefeituras municipais contribuíram para a ocupação desordenada do espaço metropolitano" (Ultramari, Moura e Cardoso, 1992, p. 9).

As primeiras preocupações efetivas com o controle do desenvolvimento caótico da RMC só aconteceram a partir de 1978. Através do Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI) foram definidas diretrizes para assegurar o planejamento metropolitano. Com elas procurava-se "garantir a sobrevivência adequada, que envolve a preservação dos recursos hídricos e outros de caráter ecológico; a geração de riquezas, ou seja a otimização da exploração mineral e da exploração agropecuária, além do desenvolvimento industrial; e por fim, a melhor condição de vida da população metropolitana, que inclui a orientação do crescimento urbano de forma a possibilitar melhor atendimento por serviços públicos e a criação de

subcentros regionais que estruturassem uma rede hierarquizada de serviços e funções urbanas".⁵⁰

Contudo, diversos fatores contribuíram para limitar o alcance do Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI): falta de integração efetiva entre o planejamento urbano de Curitiba e o da RMC; a pouca agilidade das prefeituras em elaborar e implantar planos integrados; e a inexistência de instrumentos legais que garantissem a eficácia do Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI).⁵¹

Nos limites geo-políticos de Curitiba as principais ocupações ocorreram na zona sul. Parte considerável desta região é contígua ao Rio Iguaçu e sofria inundações periódicas devido à má drenagem do solo - notadamente na área do Baixo Boqueirão (ver mapa 5, em anexo). Essas enchentes ocorrem em função de que nessa área o Rio Iguaçu recebe as águas dos seus 3 principais afluentes que cortam o perímetro urbano da cidade (Rio Atuba, Rio Belém e Rio Barigui). Em períodos sazonais de chuva, o encontro destes rios com o Rio Iguaçu causam o seu espraiamento por vastas áreas. Por conta disso, já no Plano Serete considerou-se esta área alagadiça como imprópria para habitação.

A proposta contida no Plano Serete era de desapropriar a área e criar ali um parque público, garantindo a preservação da área e ao mesmo tempo evitando a habitação (considerada de risco). Tal proposta foi colocada em prática em 1979, com a criação do Parque do Iguaçu. A intenção de evitar a habitação na região do

⁵⁰ Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC). **Plano de desenvolvimento Integrado - PDI**. Curitiba, 1985.

⁵¹ IPPUC. **Análise, diagnóstico e diretrizes do Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano - PMDU**. Curitiba, 1985.

Boqueirão fez com que nenhuma importância fosse dada à ela, em termos de infra-estrutura urbana, durante a elaboração do Plano Serete:

As razões para tal eram bastante sólidas. Ocupado, o Boqueirão seria destinado à uma população carente - porque o preço da terra seria sempre baixo e não haveria infra-estrutura, a não ser a um preço bastante alto e só depois de muita luta política de seus moradores. Então se entraria para um tipo de ocupação do solo que resultaria em conflito, má qualidade de vida e custo elevado.⁵²

* * *

(...) Quando do Plano Serete, a explosão urbana, obviamente não passava pela cabeça de ninguém. Ao menos, eu não me lembro que houvesse à época, uma previsão para a cidade absorver novos contingentes populacionais tão numerosos. Inclusive o Plano Serete fazia a tábua rasa de coisas para o Boqueirão, por exemplo - ele nunca existiu, no Plano Serete. O Boqueirão era uma coisa de 10 mil habitantes que "não ia crescer". Mas o Plano Serete era uma série de diretrizes. Sua grande vantagem foi a de não ter um desenho fixo, porque se o tivesse, ele seria ultrapassado. Sua diferença, justamente, esteve na visão de futuro, que tinha que ser cotejada continuamente com o presente.⁵³

A desconsideração da região do Boqueirão nas diretrizes do Plano Serete significou, de fato, baixos investimentos em infra-estrutura urbana e, conseqüentemente, desmotivou a sua especulação imobiliária. A inexistência de especulação imobiliária resultou em uma alternativa economicamente viável para os camponeses imigrantes, que passaram a ocupar a área. Essa ocupação ocorria em "loteamentos clandestinos", principalmente naquelas áreas públicas já desapropriadas para preservação ou que ainda estavam em litígio.

O processo de ocupação destas áreas se deu, inicialmente, de forma individual. Ou seja, "as famílias construíam seus barracos no terreno e, posteriormente, outras famílias chegavam, muitas vezes atraídos por laços de amizade

⁵² Depoimento de Jorge Wilhelm (1989). Op. Cit. p.32

⁵³ Depoimento de Lubomir A. F. Dunin (1989). Op. Cit. p.17

ou parentesco. Somente mais tarde, por volta de 1981, é que passaram a ocorrer ocupações conjuntas, organizadas previamente" (Garcia, 1990, p. 67). Dados estatísticos do IPPUC mostram que os bairros da zona sul da cidade estão entre os que tiveram os maiores índices de crescimento geométrico de sua populações durante a década de 70: Boqueirão (6,65%), Alto Boqueirão (23,32%), Capão Raso (5,91%), Pinheirinho (12,78%), Sítio Cercado (30,33%) e Xaxim (10,30%).⁵⁴

GESTÃO SAUL RAIZ (1975 - 1978): "CONTINUIDADE SEM CONTINUISMO"

Saul Raiz, prefeito indicado para substituir Jaime Lerner, pautou suas ações de governo na manutenção das linhas mestras do Plano Serete. Havia atuado na Prefeitura de Curitiba nos anos 50, como diretor do incipiente Departamento Municipal de Planejamento e Urbanismo. No final dos anos 50 cursou urbanismo na França, freqüentando cursos de "Economia e Humanismo" ministrados pelo Padre Lebret. Durante os anos 60 dirigiu o Departamento Estadual de Estradas e Rodagem (DER), acompanhando e discutindo os aspectos viários na elaboração do Plano Serete. Assim, ao assumir a Prefeitura, sua concepção era de que "Curitiba mereceria a continuidade (do Plano), sem continuismo":

*(...) Tive a felicidade de haver vivido todo aquele período anterior a 70, que deu material à formulação do Plano Diretor de Curitiba, e depois dirigir a Prefeitura. Eu me vanglorio de ter tido a coragem de, quando todo o mundo queria que se liberasse tudo, sustentar o plano do Jaime (Jaime Lerner), introduzir pequenas modificações que a própria equipe que vinha dele achava que eram importantes, e não desvirtuar esse plano, que é a base de tudo.*⁵⁵

⁵⁴ IPPUC. **Histórico de dados do município de Curitiba**. Curitiba, 1991. p.27

⁵⁵ Depoimento de Saul Raiz (1990). Prefeito de Curitiba no período 1975-78. In. IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana**. Curitiba, v.5, dez. 1990. p.61.

Essa "coragem" em dar continuidade ao Plano Serete se traduziu, entre outros, na adequação do controle do solo à nova realidade social. Para isso foi criada a Lei 5234/75 - "Zoneamento e Uso do Solo". Destinava-se a modificar a Lei de Zoneamento 4199/72. Nesta nova Lei ficava especificado a nova divisão da área do município em zonas: zona central, zonas residenciais, zonas de serviço, zona agrícola e setores especiais. Em anexo eram apresentados os critérios para ocupação de cada uma dessas zonas. Entre os considerados "setores especiais" estavam as áreas verdes e os fundos de vale.

Essa estratégia de controlar os "setores especiais" foi favorecida com a regulamentação em 1976 da Lei 5234/75, através do Decreto 400/76 - "Regulamenta os Setores Especiais de Preservação de Fundos de Vale". Dessa forma ficavam definidas as faixas de drenagem e as de preservação de fundo de vale (não-edificáveis), além da possibilidade de englobar na preservação os bosques e florestas localizados no entorno dessas faixas.

As áreas a serem loteadas e que apresentassem cursos de água de qualquer porte ou fundos de vale, deveriam receber as diretrizes de arruamento vinculadas às faixas de proteção definidas (art. 4). Essa disposição em ter o controle ambiental da cidade levou, ainda, à uma reestruturação do setor administrativo responsável por essa atividade. Em 1977, a Diretoria de Parques e Praças foi transformada em Departamento de Parques e Praças. Com isso visava-se a ampliação de projetos e pesquisas para a proteção da flora e fauna locais.

Tanto a Lei de "Zoneamento e Uso do Solo" como o Decreto para "Preservação de Fundos de Vale" eram medidas pioneiras no Brasil e serviram de base para a organização do espaço urbano em muitos outros municípios. O conceito de Preservação de Fundo de Vale, pelo seu ineditismo, possibilitou que muitos municípios

repensassem as suas ações em áreas sujeitas a degradação ambiental. Até então os aterros e a canalização eram as únicas "soluções" conhecidas e implantadas.

Mas, se de um lado conseguia-se restringir a ocupação dos fundos de vale, de outro emergia uma nova questão: onde a população das favelas e "loteamentos clandestinos" iria habitar? Embora durante os anos 60 o IPPUC tivesse desenvolvido estudos para definição de uma política habitacional, ela nunca foi efetivada. Até o início dos anos 70, a postura da Prefeitura de Curitiba em relação à questão dos favelados estava entregue ao Departamento de Bem-Estar Social, e o que a Prefeitura fazia para se ver livre do problema era colocar as famílias em cima de um caminhão e levá-las de volta às áreas de origem, na zona rural, em outros municípios que não Curitiba.⁵⁶

Diante dessa ausência de uma política habitacional definida para a cidade, a gestão Saul Raiz optou por um projeto de "desfavelização" (aperfeiçoado mais tarde na segunda gestão Lerner). Ele consistia em remover as famílias que ocupavam as áreas consideradas de risco, insalubres e sujeitas à inundação para conjuntos habitacionais - localizados, em geral, na própria zona sul. Naquele momento já havia muitas críticas à prática de remoção de favelas. Elas eram fundamentadas principalmente nos resultados negativos verificados no Rio de Janeiro (ver Valladares, 1978). Contudo, alegava-se que em Curitiba o projeto de "relocação das famílias" era

⁵⁶ Depoimento de Marlene Fernandes (1991). Arquiteta do Departamento de Urbanismo da Prefeitura Municipal de Curitiba de 1963 a 1965 e professora de Teoria da Arquitetura na UFPR no período de 1965 a 1970. A partir de 1973 atuou no BNH na área de desenvolvimento urbano e urbanização de favelas. In. IPPUC. *Memória da Curitiba Urbana*. Curitiba, v.7, set. 1991. p.87.

diferente, singular. Ele atendia à "amplitude" da política de preservação do meio ambiente:

Nossa política de preservação do meio ambiente era ampla. Num momento foi preciso retirar toda a população favelada que vivia na linha do Rio Belém, porque estávamos fazendo uma estação de tratamento de água e esgoto. Era preciso preservar a qualidade da água e isto passava principalmente pela preservação das margens do rio. Toda a população da linha do Belém foi integrada em um dos nossos projetos de desfavelamento.⁵⁷

Do ponto de vista sócio-cultural alegava-se que as ocupações eram recentes e portanto sem laços comunitários efetivados. Além disso, os locais oferecidos eram mais "dignos e humanos". Da perspectiva da assistência social esse argumento era verdadeiro. É nesse momento, por exemplo, que se iniciaram os primeiros programas de creches em Curitiba. A construção dos conjuntos habitacionais para desfavelamento coincidia com o programa federal de financiamento para a construção dos famosos Centros Sociais Urbanos. Com isso a Prefeitura conseguiu conciliar esses 2 programas em um único objetivo: suprir a carência de serviços básicos da população desses novos conjuntos habitacionais:

A Prefeitura, em minha opinião, aproveitou com muita propriedade essa linha de financiamento, porque conseguiu apresentar, em nível federal, uma proposta de Centro Social Urbano que fugia de sua finalidade racional, ofertando serviços básicos à população. Fez propostas de Centros Sociais Urbanos que seriam ao mesmo tempo creches e conteriam a sua unidade de saúde, encampando também trabalhos de promoção da comunidade, de modo geral. Mas estes eram secundários em relação aos serviços básicos. E, embora isso fugisse da filosofia dos Centros Sociais Urbanos, foi aprovado para Curitiba. (...) Então se procurou aliar, localizar os Centros Sociais Urbanos nesses conjuntos habitacionais e eles atenderiam às necessidades das crianças daquelas famílias e ao mesmo tempo permitiriam que as mães dessas crianças pudessem ajudar no aumento da renda familiar. Eram famílias extremamente pobres.⁵⁸

⁵⁷ Depoimento de Saul Raiz (1990). Op. Cit. p.60

⁵⁸ Depoimento de Zélia Passos (1990). Pedagoga. Esteve à frente da Diretoria de Educação da Prefeitura Municipal de Curitiba no primeiro ano da primeira gestão Lerner (1971-1975). Transferiu-se, em seguida, para o IPPUC onde atuou na área sócio-econômica até o final da década de 80. In. IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana**. Curitiba, v.7, set. 1991. p.248

Como toda política de caráter reativo, o projeto da remoção de favelas teve sua eficiência limitada. Enquanto entre 1970 e 1980 a população que recebia até 5 salários mínimos obteve o financiamento de 12.832 unidades habitacionais, somente entre 1974 e 1978 a taxa de crescimento da população favelada foi de 65,1%, correspondendo a 4% da população do município.⁵⁹ Em 1971 havia 21 favelas, com 2.213 domicílios; em 1979 houve uma evolução para 46 favelas, com 6.067 domicílios.⁶⁰ "Faltou convicção - e eu acho que ainda falta - do que seja política municipal de habitação. Não faltou, evidentemente, desejo de ação, não faltaram programas e projetos. Faltou e falta uma política municipal de habitação consistente como o são as demais políticas urbanas, principalmente a de transporte e a de uso do solo".⁶¹

A "ABERTURA DEMOCRÁTICA" E A SEGUNDA GESTÃO LERNER (1979 - 1982)

Em 1979 Jaime Lerner retorna à Prefeitura. Encontrava-se como professor visitante na Universidade de Berkeley (EUA) quando recebeu o convite, do então governador Ney Braga, para assumir novamente o cargo de prefeito. Com novas idéias, fruto dessa experiência internacional, e em meio a efervescência dos debates que marcavam o início da "abertura democrática" no país, Lerner reassumiu o comando da cidade. A população já atingira 1 milhão de habitantes, com um ritmo mais intenso

⁵⁹ LEÃO, Igor Z. C; SILVA, Kátia T. P. da. Habitação em Curitiba: alguns aspectos. In. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). *Boletim Análise Conjuntural*. v.13, n.5-6, mai/jun. 1991. p.01

⁶⁰ IPPUC. *Histórico de dados do município de Curitiba*. Curitiba, 1991. p.51

⁶¹ Depoimento de Marlene Fernandes (1991). *Op. Cit.* p.85

em todos os sentidos - principalmente no político, onde muitos líderes começavam a sair da clandestinidade e os movimentos populares intensificavam suas lutas reivindicatórias.

Permeada por essa conjuntura, a segunda gestão Lerner foi marcada pela reafirmação da filosofia de planejamento iniciada na sua primeira gestão, com aperfeiçoamentos específicos e estratégicos na considerada área social. "**Curitiba para todos**", era a proposta da gestão. Isso se traduzia, entre outros, na intenção de descentralizar os equipamentos urbanos - estendendo-os a todos os bairros da cidade. "Uma visão tecnocrática do social", na opinião dos grupos políticos de oposição que começavam a questionar o "tecnocratismo imposto pelo IPPUC".

Com a criação da Rede Integrada de Transportes (RIT) buscava-se concretizar o desejo de socializar os equipamentos urbanos. A RIT consiste em um sistema formado pelas linhas de ônibus expressos, interbairros e alimentadores. As vias estruturais configuram-se como as linhas-tronco da RIT, por onde circulam os expressos no sentido Norte-Sul/Leste-Oeste. Ao longo das vias estruturais, terminais fechados de embarque e desembarque servem de interconexão com as outras linhas.

Esse sistema permite aos usuários dessas linhas o deslocamento para diversas regiões da cidade pagando uma única tarifa: a chamada integração tarifária. A partir de 1991 a Linha Direta ("Ligeirinho") também passou a fazer parte da RIT. Em 1980 a RIT abrangia 37% do sistema de transporte coletivo curitibano, possibilitando a operação integrada de uma rede de 318,7 Km de extensão. Em 1989 já abrangia 51,9% de todo o sistema, aumentando a operacionalização integrada para 509 Km (ver mapa 3, em anexo).

Foi nesse período também que teve início a implantação da rede de ciclovias. Decorrente de estudos do IPPUC iniciados em 1978, sua implantação

atendia às diretrizes do Plano Serete, no sentido de oferecer alternativas baratas e flexíveis de transporte e lazer à população.

O primeiro trecho implantado, de 34 km, ligou o Parque Barreirinha, ao Norte, com a Cidade Industrial de Curitiba (CIC), ao Sul. Atualmente a cidade conta com 85 km de ciclovias. Está previsto a implantação de mais 90 km, possibilitando a ligação de todos os parques da cidade (ver mapa 4, em anexo). Além de oferecer uma alternativa de transporte e lazer, em muitos trechos as ciclovias têm a função de proteger áreas passíveis de ocupação e degradação ambiental. É o caso dos trechos paralelos à ferrovias, rios e córregos.

A prática de conservação das áreas sujeitas à inundação e, conseqüentemente, o aumento das áreas de lazer, também foram enfatizados. A implantação, em 1979, do Parque do Iguaçu representava, simbolicamente, essa ênfase. Como vimos acima, o projeto do Parque Iguaçu já fazia parte dos estudos do IPPUC desde o final dos anos 60. Porém, ele começou a ganhar forma durante a gestão de Saul Raiz (1975 - 1978), quando o Ministério do Interior passou a financiar a compra das áreas a serem desapropriadas para preservação. Sua extensão é de 8.264.316 m² e está dividido em 4 áreas: Zoológico, Parque Náutico, Pomares Públicos e Parque Peladeiro.

No ano seguinte, outra área foi destinada à preservação com a criação do Bosque João Paulo II (48.000 m²) - alusão à visita do Papa à Curitiba naquele ano. Ali o sentido de preservação é amplo: equipado com utensílios e réplicas das casas dos primeiros imigrantes poloneses, visa também a preservação da memória cultural da cidade. O elo entre o ato de planejar e o ato de preservar a memória cultural da cidade continuava a ser perseguido - agora em bases mais amplas. Algo na linha do que poderia ser chamado de "preservação da eco-história da ocupação da cidade". Nesse sentido, "a integração das funções foi estimulada, também, ao longo dos antigos

caminhos que interligavam o núcleo urbano às colônias existentes ao redor, preservando-se o tipo de ocupação e sua escala humana".⁶²

Esse avanço na preocupação com a proteção e conservação do ecossistema urbano implicava, mais uma vez, na necessidade conseqüente de ampliar o suporte institucional. Diante disso, o Departamento de Parques e Praças passou a compor-se de uma nova estrutura: Departamento de Parques, Praças e Preservação Ambiental. Essa nova estrutura dava condições para que houvesse o estabelecimento de uma maior autonomia no tratamento da questão ambiental no município. Como vimos no capítulo 1, durante a década de 70 a União e os Estados eram os únicos formalmente responsáveis pelo controle do meio ambiente.

Dessa nova estrutura institucional resultou novas medidas, como a transferência para o município do Programa Estadual de Recursos Naturais Renováveis e do acervo científico do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) - composto pela coleção científica do extinto Instituto de Defesa do Patrimônio Natural. Tal aquisição deu origem à estrutura inicial do Museu de História Natural. Atualmente este museu está ligado à Secretaria Municipal do Meio Ambiente e desenvolve pesquisas nas áreas de zoologia e botânica. A nova estrutura de preservação permitiu, ainda, que em 1982 fossem ampliadas as áreas de preservação: mais 2,5 hectares, distribuídos em vários bosques, foram mapeados e cadastrados.

Tal como a preservação e ampliação de áreas verdes, a habitação também foi contemplada nas ações de governo. Como vimos acima, em 1979 a cidade já contava com mais de 1 milhão de habitantes e 46 favelas. Por trás desses números estava todo um espectro de questões sócio-políticas que marcava o país: modernização acelerada da agricultura com o conseqüente êxodo rural, bolo delphiniano

⁶² IPPUC. Curitiba: capital ecológica; ações para recuperação ambiental do município. Curitiba, 1989. p.24

não repartido, sistema nacional de habitação burocratizado e ineficiente, as capitais sem autonomia financeira e outros.

Diante desse quadro e na falta de uma política municipal de habitação definida, a proposta estabelecida foi a de continuar incentivando a aquisição de moradia através do sistema de financiamento pela Companhia de habitação de Curitiba (COHAB - CT), além da criação de programas alternativos, como o de autoconstrução e a experiência com as "Comunidades Rurbanas". Na verdade, a grande mudança ocorrida no tratamento da questão habitacional entre a gestão anterior e essa foi na filosofia de ação.

Por um lado, priorizou-se o atendimento às famílias com renda até 3 salários mínimos. De outro, a construção dos conjuntos habitacionais passou a ser efetuada a partir de uma nova proposta arquitetônica e de distribuição espacial. Ao invés da construção de grandes conjuntos em áreas isoladas, eles passaram a ser construídos em tamanhos menores e inseridos na malha urbana. A idéia era evitar o tradicional isolamento entre esses conjuntos e a infra-estrutura oferecida pela cidade - característica que marcava, e ainda marca, a moradia popular no país.

No plano experimental, pela primeira vez foi posto em prática o sistema de lotes urbanizados. Tratava-se de um sistema onde a Prefeitura entregava os lotes com infra-estrutura básica e os beneficiados encarregavam-se pela construção da casa - podendo contar com a ajuda de alunos-estagiários de arquitetura. No geral, essa nova filosofia possibilitou o surgimento de um novo padrão na localização de conjuntos habitacionais em áreas urbanas. Também contribuiu para o atendimento de um maior número de famílias. Nesse período a quantidade de unidades habitacionais

construídas em Curitiba correspondeu à aproximadamente o dobro do que a COHAB-CT já havia construído desde a sua fundação, em 1967.⁶³

Outro programa experimental ocorreu em 1982: as Comunidades Rurbanas. A idéia-base dessa experiência era a de assentar famílias de imigrantes em localidades específicas da periferia, dando-lhes condições técnicas e de comercialização para continuarem as suas práticas agrícolas de origem, através do cultivo de hortifrutigranjeiros e criação de pequenos animais. Nos fulcros dessa experiência estava a proposta de uma reforma agrária considerada viável.

A partir da experiência de Curitiba, essas comunidades seriam implantadas em cidades do interior do Estado, sob a assistência do IPPUC e financiadas pelo BNH. Acreditava-se que essa era uma das possibilidades de viabilizar a reforma agrária no Paraná, além de incentivar a auto-produção de alimentos básicos entre a população urbana de baixa renda.

A viabilização desse programa experimental acabou não ocorrendo. Questões como o pequeno tamanho dos terrenos ofertados à cada família, o alto grau de paternalismo assumido pela Prefeitura e a inadaptação dos agricultores imigrantes ao sistema de produção proposto podem ser tomados como os entraves fundamentais para a inviabilização do programa.

Contudo, Sachs (1986) considera a experiência com as Comunidades Rurbanas, em Curitiba - juntamente com o Cinturão Verde de Madrastra, na Índia e as Zonas Verdes de Maputo e Beira, em Moçambique - como exemplos alternativos possíveis de ocupação de terras urbanas ociosas (privadas ou públicas) para projetos eco-desenvolvimentistas.

⁶³ IPPUC. *Histórico de dados do município de Curitiba*. Curitiba, 1991, p.49

Em 1983, com a mudança de governo, os problemas da cidade passaram a ser tratados a partir de outra perspectiva ideológico-urbanística. Com isso o projeto das Comunidades Rurbanas foi definitivamente abandonado. Durante os anos 80 o atendimento à habitação foi uma das principais bandeiras de luta dos movimentos sociais urbanos, em Curitiba. Porém, a crise econômica e o desmonte do sistema nacional de financiamento para habitação impediram ações mais efetivas nesta área - ainda que os prefeitos que se sucederam tenham enfatizado a disposição em atender a "área social".

DÉCADA DE 80: O PMDB NO GOVERNO E A ÊNFASE NO SOCIAL

Desde o final da década de 70 vivia-se a expectativa de grandes transformações sociais e políticas no país. Vimos no capítulo 1 os acontecimentos sócio-políticos que marcaram esse momento: esgotamento do regime autoritário, fim do milagre econômico, volta de lideranças políticas exiladas, atuação dos movimentos sociais urbanos e emergência de um novo sindicalismo. Esse momento de redefinições sócio-políticas criou as condições para a chamada "abertura democrática".

Como consequência dessa abertura, em 1982 foram realizadas eleições diretas para governadores dos Estados. No Paraná o vencedor foi o então prefeito de Londrina, José Richa (PMDB). Esse, por sua vez, nomeou para governar a capital paranaense (no período 1983 - 1985) seu companheiro de partido, Mauricio Fruet. O sucessor de Fruet, em 1986, também foi um peemedebista: o então deputado estadual, Roberto Requião. Dessa forma, a condução dos destinos da cidade durante grande parte da década de 80 ficou nas mãos do PMDB.

Embora com estilos personalísticos diferenciados na arte de governar, os 2 prefeitos peemedebistas procuraram direcionar suas ações de governo para o

atendimento às reivindicações populares, ao estabelecimento de uma infra-estrutura urbana básica nas regiões periféricas. Partia-se do pressuposto de que os governos anteriores haviam sido autoritários, tecnocráticos e elitistas - preocupando-se apenas com a área central da cidade.

Esse desejo de priorizar o atendimento básico às áreas mais carentes implicava em uma reestruturação funcional da Prefeitura, capaz de dar suporte às novas atividades pretendidas. Assim, no setor de saúde o número de unidades ambulatoriais evoluiu de 14 em 1982 para 47 em 1988. Ao iniciar o mandato em, 1986, Requião promoveu uma reforma administrativa criando, entre outras, a Secretaria Municipal da Saúde. A criação da Secretaria Municipal da Saúde permitiu, entre outros, um avanço significativo no controle epidemiológico da cidade - através de investimentos na saúde preventiva.

Procurou-se ampliar o acesso da população ao sistema público de saúde, redefinindo-se a noção de "atenção primária à saúde". O índice de mortalidade infantil que em 1982 era de 35,69 por mil nascidos vivos (41,19 no Paraná e 75 no Brasil) baixou para 29,84 por mil nascidos vivos em 1988 (32,07 no Paraná e 64 no Brasil) (Fonte: CEPI/SESA/MS). Atualmente (1994) o índice de mortalidade infantil é de 20,03% por mil nascidos vivos (31,5 no Paraná e 28 no Brasil) (Fonte: Secretaria Municipal da Indústria, Comércio e Turismo. *Informações sócio-econômicas 1994*).

A noção de "atenção primária à saúde" foi definida, pela primeira vez, em 1976 através da Organização Mundial da Saúde (OMS). Em 1978 a Conferência de Alma Ata (capital da República do Cazaquistão, pertencente à então URSS) apropriou-se dessa noção e recomendou aos países a utilização desse conceito como referência na administração da saúde pública. No Brasil, somente em 1980 foi baixado resolução introduzindo-se este conceito. Curitiba, numa atuação pioneira no país, antecipou-se à essa resolução federal.

Em 1979 a, então, Diretoria Municipal da Saúde reformulou a filosofia de atuação municipal na área da saúde, seguindo o novo conceito proposto. Essa reformulação permitiu a criação do modelo de atenção primária à saúde no município. A partir de 1986 procurou-se estender o atendimento aos níveis "secundários" e "terciários", conforme a gravidade e complexidade de cada caso.

O serviço de creches que havia iniciado em 1976, subordinado às ações de desfavelamento, também ganhou impulso a partir de 1986. Ao considerar prioridade de governo, a gestão Requião iniciou uma implantação intensiva de creches contribuindo para a quase triplicação do número de unidades existentes entre o período 1982 e 1988. Em 1982 havia 37 creches no município, em 1988 esse número cresceu para 100, sendo que somente no período 1986/1988 foram implantadas 53 unidades. Em 1992 o número de creches havia evoluído para 195. Sendo que dessas, 118 são creches municipais e 77 são creches comunitárias (Fonte: SMCr).

Na área de habitação não se verificaram mudanças expressivas. Durante a gestão Fruet, enfatizou-se a criação de programas habitacionais visando amenizar a falta de moradia. Com isso, criaram-se alguns programas: o PROLOCAR, "destinado a pessoas extremamente carentes, atendeu a 2.810 pessoas e assentou 1.508 famílias até dezembro de 1985".⁶⁴ O PROLOTES, tinha sua implantação destinada à áreas públicas ociosas da CIC, URBS e COHAB. Ao mesmo tempo o programa incentivava a participação da iniciativa privada, através de uma série de benefícios. Por esse programa foram assentadas 330 famílias.

Outro programa foi o de Urbanização de favelas. Priorizou "o assentamento de famílias que habitavam locais impróprios à urbanização e a legalização da posse da terra e complementação da infra-estrutura"(Pereira, 1988,

⁶⁴ PEREIRA, Alcidino. *A democracia participativa no desenvolvimento urbano*. Curitiba: Kicopy, 1988. p.60. O autor foi presidente do IPPUC durante a gestão Fruet (1983-1985).

p.60). Foram regularizados 1.849 lotes. Para a gerência dos recursos necessários à implementação desses três programas foi proposto a criação do Fundo Municipal de Habitação (FMH). Para compor esse fundo os recursos deveriam ser angariados em diferentes fontes e conforme sua dinâmica operacional. Contudo, o FMH só foi instituído em 1990, durante a terceira gestão Lerner (1989-1992).

Apesar das iniciativas locais, em 1990 já haviam 209 favelas na cidade, 157 a mais que o número existente em 1982. "A população favelada aumentou em 14,5% ao ano entre 1982 e 1990, o que corresponde a cerca de 110.000 pessoas, representando aproximadamente 7,0% do total da população urbana de Curitiba" (Leão e Silva, 1991, p. 2).

A taxa de crescimento anual da população curitibana na década de 80 foi de 2,11%. Ela acompanhou a tendência nacional de diminuição de crescimento dos municípios-núcleos das metrópoles - em detrimento do aumento de crescimento dos municípios-periféricos. Conforme os dados preliminares do censo de 1991, o total de habitantes que era de 1.024.975 em 1980 evoluiu para 1.290.142 habitantes em 1991. A RMC, que na década de 70 cresceu a uma média anual de 5,78%, também teve seu crescimento reduzido na década de 80, quando cresceu a uma média anual de apenas 2,91% (ver tabela 3).

O que marcou a RMC na década de 80 foi a ocorrência de um rearranjo na distribuição espacial da sua população. Aqueles municípios que haviam apresentado um alto índice de crescimento na década de 70, apresentaram uma acentuada diminuição de seu crescimento na década de 80. Já aqueles com pequenas taxas de crescimento na década de 70, apresentaram na década de 80 as maiores taxas de crescimento (ver tabela 3).

Por outro lado, a partir de 1990 assistiu-se no Paraná à uma onda de criação de novos municípios em períodos pré-eleitorais. Sua finalidade óbvia é

atender aos interesses eleitoreiros localizados de determinados "políticos" (formação dos chamados *currais eleitorais*). Desse processo resultou a criação, através de desmembramento, de quatro novos municípios na RMC: Fazenda Rio Grande (desmembrado do município de Mandirituba); Itaperuçu (desmembrado do município de Rio Branco do Sul); Tunas do Paraná (desmembrado do município de Bocaiuva do Sul); e Pinhais (desmembrado do município de Piraquara) - ver mapa 6, em anexo.

O novo município de Pinhais compreende a parte do território de Piraquara que já estava conurbado com Curitiba. A partir de 1993 teve início a articulação para o desmembramento de uma nova área conurbada com Curitiba, desta vez envolvendo o município de Colombo. Obviamente os custos sócio-ambientais ocasionados por esse processo de fracionamento do território metropolitano não são levados em consideração. Contudo, a implantação do Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba (PROSAM), um amplo programa que visa modificar o perfil sócio-ambiental da RMC, poderá atenuar esse descaso.

AS GESTÕES PEEMEDEBISTAS E A POLÍTICA AMBIENTAL

Diante da conjuntura de abertura democrática vivida no país no início dos anos 80, a proposta de gestão do novo prefeito era bastante sugestiva: **Curitiba Participativa**. O início da gestão Fruet, em 1983, coincidia com a grande crise recessiva que abalava o país. Grande parte do contingente de mão-de-obra não-qualificada encontrava-se desempregado. Esse fator contribuiu, ainda mais, para que as ações de governo se voltassem para o atendimento às carências sociais.

Com isso criaram-se, por exemplo, incentivos à pequena empresa: abriram-se frentes de trabalho temporário; ampliaram-se os programas de assistência à infância (menores de rua, deficientes físicos); o comércio ambulante foi organizado no

centro e bairros, determinando-se a venda de produtos alimentícios, confecções e outros. Foi nesse período que se criou a Lei 6407/83 que regulamentou os espaços da área central onde os camelôs podem atuar.

Um "Plano de ação" foi elaborado pelo PMDB para orientar as políticas setoriais da gestão Fruet: emprego, habitação, transporte, equipamentos comunitários, meio ambiente, abastecimento, uso do solo, circulação. Nele propunha-se que a política ambiental do município deveria ser tratada a partir de três dimensões integradas: preservação ecológica; saneamento (abastecimento de água, esgoto sanitário e controle de enchentes); e coleta e tratamento de resíduos sólidos.

A integração dessas três dimensões deveria proporcionar a unificação de objetivos. Era o caso, por exemplo, da preocupação futura com o abastecimento de água aliada à preservação das suas fontes de captação. "Para assegurar o abastecimento de água até o ano 2000 deveria ser garantido o aproveitamento do Rio Passaúna. A qualidade da água desse rio seria assegurada pela criação do Setor Especial de Preservação Ambiental, impedindo com isso a ocupação intensiva da área por indústrias ou habitações, bem como por atividades primárias empregando agrotóxicos".⁶⁵

A atividade dos catadores de papel também foi organizada, controlando-se a revenda dos produtos reciclados. Desse processo surgiu o primeiro projeto de reciclagem do lixo em Curitiba. Em conjunto com a Universidade Católica do Paraná (PUC-PR) desenvolveu-se a Usina de Coleta e Processamento de Lixo. Era um projeto experimental junto à Vila Pinto, favela situada ao lado do Campus da PUC-PR. Embora tenha obtido sucesso, essa experiência não teve continuidade.

⁶⁵ PEREIRA, Alcidino. Op. Cit. p.40

A política de geração de empregos adotada foi responsável, ainda, por incentivar a limpeza dos terrenos ociosos da cidade. Havia a constatação de que Curitiba possuía cerca de 35 mil terrenos ociosos, em sua maioria descuidados e servindo de depósitos de lixo. Para modificar esse quadro foi criada a Lei 6499/84. Com essa lei ficava estabelecido um prazo de 48 horas após a notificação para que o proprietário executasse a limpeza. Caso contrário, a Prefeitura fazia a limpeza cobrando pelo serviço, além de lançar multa no talão subsequente do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Como opção para limpeza, era colocado a disposição dos proprietários a mão-de-obra desempregada cadastrada na Prefeitura. Com isso acreditava-se que além de encontrar uma solução momentânea ao desemprego, despertaria a consciência da população para a importância ambiental em manter as áreas urbanas limpas - evitando-se a proliferação de ratos e outras espécies.

De uma perspectiva urbanística mais geral, procurou-se reavaliar as condições estruturais da cidade - observando-se a sua realidade depois de 20 anos do Plano Serete. A idéia era a de que, passadas duas décadas, era preciso analisar até que ponto estava se processando a relação entre o desenvolvimento da cidade e as tendências assinaladas no Plano Serete. A busca de uma imagem atual da cidade incluía tanto sua configuração física quanto social. Para tanto foram analisadas as condições do meio ambiente físico (fundos de vales, rios, áreas verdes e a condição topográfica das ocupações); o sistema de saúde; de transporte; de habitação; de educação e outros. Essa sistemática de análise deu origem ao Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano (PMDU).

O PMDU propunha-se a ser um novo Plano Diretor para Curitiba, uma retomada do Plano Serete numa outra escala. Seu horizonte era o ano 2000, compreendendo um período de vigência de aproximadamente 15 anos. Suas diretrizes apontavam para a necessidade de considerar a integração do planejamento de Curitiba

com o planejamento metropolitano. Dividido em 2 grandes áreas, o PMDU enfocava questões como qualidade de vida, atividades econômicas e serviços de consumo coletivo.

Por outro lado, contemplava questões como zoneamento e uso do solo, sistema viário, transporte coletivo e outros. Concluído em 1985, último ano da gestão Fruet, não chegou a ter suas diretrizes detalhadas e executadas. Algumas delas, como a de zoneamento, foram parcialmente executadas a partir de 1986 - durante a nova gestão peemedebista.

Essa nova gestão peemedebista teve seu início num momento em que o cenário político urbano brasileiro ganhava nova ênfase: as eleições nas capitais voltavam a ser diretas. Na disputa entre o então deputado estadual Roberto Requião (PMDB) e o ex-prefeito Jaime Lerner (PDT), saiu vitorioso Roberto Requião. A proposta de aprimorar as obras sociais do PMDB e a considerada "legitimidade das urnas", asseguravam ao novo prefeito grande liberdade de ação. Com isso, uma ampla reestruturação administrativa foi realizada. Como vimos acima, novas secretarias foram criadas, entre elas a Secretaria Municipal da Saúde (SMS) e a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA).

Com a criação da SMMA todos aqueles setores da Prefeitura ligados à questão ambiental foram incorporados à sua estrutura. Além do Departamento de Parques, Praças e Preservação Ambiental, foram anexados à SMMA outros setores como os de limpeza pública e de cemitérios. Mesmo aquelas atividades que estavam sob a responsabilidade do Estado, passaram para a nova Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

Um convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de Curitiba e o Estado Paranaense determinou que as atividades de monitoramento da poluição hídrica, sonora e atmosférica fossem repassadas para o Município - via Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Até então, esse monitoramento era feito pela

Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA (atual Instituto Ambiental do Paraná - IAP). A SUREHMA continuou monitorando apenas a poluição das grandes empresas localizadas na cidade. A partir de então a SMMA assumiu o controle ambiental da cidade - investindo, através de campanhas e fiscalização, em pontos como a diminuição dos níveis de poluição hídrica, sonora e atmosférica. Para tal, dois novos departamentos foram criados: um dedicado à fiscalização ambiental e outro à pesquisa e projetos de controle ambiental.

Conforme Marlene Zanin, primeira secretária da SMMA:

Tivemos de criar um departamento dentro da secretaria que era de pesquisa. O que realmente ia se preocupar com o planejamento das questões ambientais. Porque o Departamento de Parques, Praças e Preservação Ambiental era limitado exatamente nos parques, praças e nas áreas verdes. As questões todas de poluição não eram abordadas pela Prefeitura. Então poluição sonora, poluição hídrica ou mesmo poluição do ar nada disso era abordado. Mesmo nas questões de limpeza pública não havia abordagem ambiental. Nós então tentamos criar esse departamento e conseguimos contratar alguns técnicos, porque não tinha sanitaristas, engenheiros ambientais, engenheiros florestais, agrônomos.⁶⁶

Frente à estrutura da nova Secretaria Municipal do Meio Ambiente, a política de preservação de áreas verdes ganhou novo impulso. Em 1986 foi criada a Lei 6819/86 que "autoriza a criação de estímulos à preservação e formação de áreas verdes e dispõe sobre o Setor Especial de Áreas Verdes". Com essa lei as áreas verdes situadas em terrenos integrantes do Setor Especial de Áreas Verdes ganharam maior controle. Os terrenos compostos de 80 a 100% de área verde só poderão ter 30% de sua área aproveitada para edificação. Terrenos contendo entre 30 e 80% de área verde só poderão ter 50% da sua área aproveitada para habitação. Aqueles com área verde abaixo de 30% não tem autorização para edificação, devendo a área ser

⁶⁶ Entrevista de Marlene Zanin ao autor (fevereiro de 1994). Marlene Zanin fez parte do grupo de ecologistas do PMDB que elaborou a proposta de criação da SMMA. Ajudou na sua estruturação e permaneceu como secretária nos primeiros meses de seu funcionamento. Foi, então, substituída e retornou ao seu cargo de vereadora, eleita em 1985 pelo PMDB.

preservada na sua totalidade. Segundo Elias Abrahão, o segundo a ocupar o cargo de secretário do meio ambiente na gestão Requião:

Nós tínhamos uma preocupação muito grande de poder fazer com que a criminalidade contra o meio ambiente, a ofensa ao meio ambiente pudesse ser primeiro reparada e segundo coibida. Para isso tínhamos que ter leis muito sérias dentro do município. Criamos algumas das leis mais rigorosas de meio ambiente que tem no país até hoje e está em vigência até hoje aqui em Curitiba. A lei de fracionamento do solo, por exemplo, especialmente de cobertura vegetal nativa.⁶⁷

Diante desse rigor no controle das edificações junto ao Setor Especial de Áreas Verdes, criou-se no mesmo ano a Lei 6840/86. Com ela, tornava-se obrigatório o plantio de mudas de árvores de pelo menos 1,5 m junto às edificações residenciais superiores a 150,00 m². Para edificações não-residenciais acima de 90,00 m² deverá ser plantada uma muda na mesma proporção ou na fração total da área total de edificação. Nas áreas destinadas à loteamentos é tornada obrigatória a criação de uma reserva para arborização, com plantio de uma muda para cada 150,00 m².

Por outro lado, entendia-se que tão importante quanto o município exercer o controle rigoroso sobre as áreas verdes já existentes, era incentivar a população a preservar e formar novas áreas. Nessa perspectiva, a Lei 6819/86 também autorizava o Poder Executivo a criar estímulos para que essa idéia viesse a ganhar forma. Um desses estímulos, especificado na própria lei, é a isenção de imposto imobiliário (IPTU) ou redução proporcional ao índice das áreas verdes dos terrenos.

⁶⁷ Entrevista de Elias Abrahão ao autor (março de 1994). Foi o segundo a ocupar o cargo de secretário do meio ambiente na gestão Requião, substituindo a primeira secretária, Marlene Zanin.

Para terrenos com cobertura florestada acima de 80% a isenção é de 100% do IPTU. Entre 50% e 80% de cobertura florestada, 80% de isenção. Para os terrenos com cobertura florestada entre 30% e 49% a isenção é de 50%. Aqueles que forem beneficiados com essa isenção e posteriormente alterarem os índices de áreas verdes terão a isenção cancelada, além do recolhimento de imposto retroativo ao período de início da isenção.

Outra forma de despertar na população a consciência conservacionista e incentivar o aumento da cobertura vegetal da cidade, aconteceu através de campanhas públicas. Foi o caso da campanha **"Uma árvore para cada criança que nasce em Curitiba"**. A idéia surgiu na, também recém-criada, Secretaria Municipal da Saúde e foi desenvolvida junto com a SMMA - Além da colaboração de agências de publicidade locais. Seu objetivo era "associar à cada criança que está nascendo uma árvore também recém-nascida e mostrar que os cuidados necessários à saúde da coletividade são os mesmos, na vida da árvore e na vida da criança" (Esmanhoto e Almeida, 1989, p. 55). "A idéia era essa: mostrar que havia uma relação clara entre a vida da criança e a vida da árvore, do verde".⁶⁸

Em 1987 foi realizado um novo mapeamento das áreas verdes da cidade. Por um lado, esse mapeamento resultou na "descoberta" de novas áreas passíveis de controle, posteriormente cadastradas no Setor Especial de Áreas Verdes. Por outro lado, concluiu-se como eficiente a política de preservação de áreas verdes adotada até então. Era certa a presença embrionária de uma consciência conservacionista entre os curitibanos - refletida na adesão às normas deliberadas pela legislação municipal e nas ações de denúncias, reclamações, sugestões e solicitações de serviços que começaram chegar a vários órgãos da Prefeitura.

⁶⁸ Entrevista de Elias Abrahão ao autor (março de 1994). Op. Cit.

Para agilizar a recepção e atendimento dessa nova demanda da população, foi criado nesse período na SMMA o chamado "Telefone Verde". "Denunciavam e a gente em questão de minutos tinha um carro a disposição. Íamos lá, verificávamos o caso. Era um modo de agir muito importante".⁶⁹ No início de 1992 o "Telefone Verde" recebia cerca de 100 ligações diárias.⁷⁰

Até 1988 novos decretos e leis se evidenciaram na busca do aprimoramento do controle ambiental da cidade: Decreto 242/87, regulamentando a limpeza de terrenos urbanos; e a Lei 7230/88, tornando obrigatório o plantio de árvores, arbustos e vegetação rasteira nas faixas não-edificáveis de fundo de vale.

A prática bem sucedida da criação de parques públicos (aliando a preservação de áreas verdes, a contenção de enchentes e a oferta de lazer) também continuou a ser enfatizada. Em 1988 mais um parque foi criado: o Parque do Bacacheri (150.000 m²). Ele destina-se à contenção de enchentes do Rio Atuba, além de oferecer maior opção de lazer aos habitantes da Zona Norte da cidade.

Além de viabilizar uma evolução qualitativa da política de preservação de áreas verdes, a autonomia no controle ambiental da cidade permitiu também uma evolução no gerenciamento dos resíduos sólidos. A partir de 1986 tanto o lixo industrial como o lixo hospitalar passaram a ter um maior rigor nas suas coletas e destinações finais. O tratamento diferenciado do lixo hospitalar que já era recomendado no Código de Posturas de 1953, como vimos no capítulo 2, foi disciplinado a partir de 1986 com a Lei 6866/86. Nela ficou estabelecida a forma de coleta, de transporte e o destino final, além de sua classificação conforme o grau e/ou suspeição de contaminação.

⁶⁹ Entrevista de Elias Abrahão ao autor (março de 1994). Op. Cit.

⁷⁰ IPPUC. *Memória da Curitiba Urbana*. Curitiba, V. 8, jan. 1992. pg. 72

Da mesma forma, a coleta e destinação final do lixo industrial passou a ser melhor equacionada. Até 1988 não havia um controle mais específico sobre seu gerenciamento, que era feito por empresas particulares. A partir de 1988 a SUREHMA passou a exigir uma maior adequação desse lixo, tanto por parte das indústrias como por parte das empresas coletoras particulares. Isso obrigou as indústrias a promoverem um melhor acondicionamento do lixo produzido, bem como as empresas coletoras a organizarem seus próprios depósitos dentro de critérios estabelecidos pela SUREHMA. Até então essas empresas utilizavam-se de áreas livres do território curitibano e da região metropolitana para a destinação final do lixo coletado.

Já a destinação do lixo hospitalar ainda é provisória. Embora seja coletado por caminhões especiais, "está sendo depositado em uma Vala Séptica Controlada, localizada em área da Cidade Industrial de Curitiba - onde estão concentradas a maioria das indústrias da cidade".⁷¹ Até o início de 1992 eram coletadas 260 toneladas por mês, computando-se os resíduos de hospitais, postos de saúde e bancos de sangue.⁷²

Ao encerrar a década de 80, depois de duas décadas do início do planejamento integrado da cidade, Curitiba já apresentava um novo perfil ambiental. Cada uma dessas últimas duas décadas contou com um perfil político-administrativo diferente na forma de conceber a cidade. Juntos, porém, proporcionaram um significativo avanço tanto na estrutura jurídico-institucional, quanto no despertar da consciência coletiva para com a problemática ambiental. Constata-se que houve o estabelecimento de um importante elo de coerência administrativa entre períodos de governo marcadamente opostos: ambos se suplementaram.

⁷¹ IPPUC. *Memória da Curitiba Urbana*. Curitiba, v.8, jan. 1992. p.88

⁷² Universidade Livre do Meio Ambiente (ULMA). *Boletim Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente*. Ano I, n.2, jan/fev. 1992.

Desse processo de suplementação entre as ações dos diferentes governos surgiu um novo perfil administrativo que marcou a terceira gestão Lerner (1989-1992): um equilíbrio entre a dimensão do presente e a dimensão do futuro da cidade. Ou seja, a priorização do atendimento às demandas sociais básicas da população no seu cotidiano, mas também o planejamento global da cidade - voltado ao domínio do seu crescimento e ao aprimoramento global da qualidade de vida da população (transporte coletivo, saúde, habitação, educação, lazer).

Por conta dessa visão estratégica de administração da cidade que norteou a última gestão Lerner (1989-1992) e pelas ações já desenvolvidas nas últimas duas décadas, Curitiba, ao lado de outras cidades de todo o mundo, assumiu a condição de referência em gestão ambiental urbana. O contexto e as concepções eco-urbanísticas que acompanharam essa visão estratégica de administração serão detalhados a seguir.

4 A "CAPITAL ECOLÓGICA" E SUA LÓGICA: O CONTEXTO E AS CONCEPÇÕES ECO-URBANÍSTICAS QUE NORTEARAM A "ECOLOGIZAÇÃO" DA TERCEIRA GESTÃO LERNER (1989 - 1992)

O que aconteceria se os governos tomassem iniciativas unilaterais para ajudar a restaurar a saúde do planeta?

Lester R. Brown

Assistimos neste final de século XX e alvorecer do terceiro milênio à consolidação de um novo período de transição civilizatória. A estonteante variedade de acontecimentos nas últimas décadas, envolvendo e conectando todo o sistema de vida sobre a biosfera terrestre, sugere que uma nova ordem mundial está emergindo - marcada pela globalização das relações sócio-econômicas e destas com a natureza (North, 1990; Toffler, 1991; Viola, 1992; Ianni, 1992; Gore, 1993; Kennedy, 1993). Trata-se de um multidimensionamento nas relações institucionais, onde cada um dos atores envolvidos protagoniza papéis decisivos num único cenário: a biosfera terrestre.

Esse fenômeno da globalização que ora se consolida surgiu embrionariamente a partir da segunda guerra mundial. Foi quando passaram a se intensificar as relações sociais internacionais em escala mundial. Dessa intensificação derivou uma interdependência mundial entre os sistemas político, militar, econômico e comunicacional - caracterizada pela bipolarização ideológico-bélica, tendo à frente Estados Unidos e União Soviética; pelo surgimento das corporações econômicas

multinacionais nos anos 50 e pela formação das redes de comunicação de massa nos anos 60 (o que Marshall McLuhan chamou de "aldeia global").

Os anos 80 foram palco de um extraordinário avanço desse processo de globalização. As corporações econômicas evoluíram para além da multinacionalização. A partir dos anos 80 elas se transnacionalizaram, não sendo mais relevante as diferenças nacionais em termos de matrizes e filiais. O novo sistema de produção de riquezas pode ser ao mesmo tempo local, em função da possibilidade que as microtecnologias oferecem de se produzir cada vez mais em qualquer parte do mundo; e global, pela necessidade de integrar rapidamente os vários mercados nacionais no consumo de uma mesma marca (Toffler, 1991).

A dispersão espacial de produção e a reorganização da indústria financeira criaram novas formas de centralização para o gerenciamento e a regulação de uma rede global de campos de produção e mercados financeiros (Sassen, 1993). Além disso, as maiores companhias da atualidade possuem orçamentos maiores do que todas as nações, com poucas exceções (Giddens, 1991), o que lhes permite imbricações nas decisões político-militares e econômicas em escala global.

A globalização do sistema comunicacional, numa nova escala, também assume importância fundamental frente à esta nova realidade. Sua informatização generalizada durante os anos 80 (super-computadores interligados, satélites, redes de televisão mundiais, fax, correio eletrônico) acelerou a troca de informações em escala mundial, ao mesmo tempo que expandiu a diversidade de informações.

Esse processo tem feito com que a opinião pública mundial cada vez mais amplie seus horizontes perceptivos, passando a conscientizar-se das interdependências globais: naquilo que diz respeito às relações sociais, mas também destas com a natureza. Mais do que se perceber fazendo parte de um sistema de relações sociais internacionais, o homem se descobre fazendo parte de um

ecossistema mais amplo, que inclui toda a biosfera terrestre e cujos riscos e degradações que ameaçam o seu equilíbrio precisam ser revertidos.

Embora a capacidade destrutiva da biosfera terrestre já existisse desde os anos 50, quando se iniciou a formação do arsenal bélico-nuclear das duas superpotências, é na década de 80 que a humanidade passa a se conscientizar da sua condição de refém: refém da sua capacidade de auto-extermínio. Na medida em que os meios de informação vêm se tornando cada vez mais complexos, interligando o planeta, torna-se impossível a ocultação dos riscos e acontecimentos trágicos que ameaçam a vida sob a biosfera terrestre.

O controle de informações que os Estados-Nações exerciam até bem pouco tempo, sobre as ações deletérias em seus espaços territoriais, começou a ser questionado. Hoje, a opinião pública mundial acompanha os acontecimentos em todas as partes do mundo, interferindo quando sente a segurança do planeta ameaçada. A soberania dos Estados-Nações, em relação às questões ambientais de alcance global, vem sendo cada vez mais questionada. Um cenário de transparência das ações governamentais na área ambiental está sendo construído. Até bem pouco tempo os chamados "interesses estratégicos" justificavam o controle e omissão de informações, conforme alguns exemplos mostrados a seguir.

Somente no ano de 1985 foi anunciado oficialmente a descoberta do buraco na camada de ozônio sobre a Antártida, admitindo-se a presença do Cloro-Fluor-Carbono (CFH) como principal agente causador do fenômeno. Contudo, as evidências desse fenômeno já haviam sido anunciadas, sem crédito, em anos anteriores por eminentes cientistas. Em 1986 habitantes dos mais remotos cantos do planeta assistiram pela televisão a explosão da nave espacial norte-americana Challenger sobre a Flórida. Embora a Agência Espacial Norte-Americana (NASA) tenha alegado simples falha humana, o que se colocou em questão pela opinião

pública internacional foi a suposta "onipotência" da tecnologia empregada e, no limite, a vulnerabilidade da biosfera terrestre frente a "guerra nas estrelas".

No mesmo ano a União Soviética procurou ocultar (enquanto foi possível) o acidente de Chernobyl, com a complacência dos Estados Unidos que o havia detectado por satélite (Toffler, 1990, p. 348). O anúncio oficial do acidente só foi feito quando os meios de comunicação já mostravam a todo o mundo os efeitos radioativos nos países vizinhos. Em outro episódio, o governo Kohl, em Bonn, foi desmentido pela imprensa escrita alemã que comprovou a ajuda de empresas alemãs ao governo da Líbia para a construção de uma fábrica de armas químicas, a 80 km de Trípoli. A cúpula alemã, obviamente negava tal envolvimento.

Essa "transparência" dos riscos e da degradação da biosfera terrestre, possibilitada pela globalização dos meios de comunicação, vem acelerando a tomada de consciência ambiental da humanidade. Há uma preocupação comum a ser partilhada: a futura sobrevivência global. "Na medida em que a maior parte das questões ecológicas conseqüentes é tão obviamente global, as formas de intervenção para minimizar os riscos ambientais terão necessariamente uma base planetária" (Giddens, 1991, p.163). Essa constatação nos meios científicos, acadêmicos e governamentais se fez sentir, de maneira mais enfática, a partir de 1987. Nesse ano foi assinado um dos mais importantes tratados, em nível mundial, na área ambiental: o tratado que prevê o banimento progressivo, até o ano 2000, da produção do Cloro-Fluor-Carbono (CFH).

Tanto as organizações não-governamentais ambientalistas como a comunidade científica tiveram papel influente no sucesso desse tratado. Aproveitando-se do potencial dos meios de comunicação, disseminou-se rapidamente as informações decisivas para a criação de uma opinião pública favorável. "Depois do tratado de 1963, que proíbe as explosões nucleares atmosféricas, este tratado é o

segundo a nível internacional estratégico (de impacto global e negociado rapidamente) para a sobrevivência da humanidade desde que esta atingiu a capacidade de auto-extermínio" (Viola, 1992, p. 5).

Outro passo decisivo no processo de reconhecimento da problemática ambiental global também foi dado em 1987. Nesse ano a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) apresentou à assembléia geral da ONU o relatório "**Nosso Futuro Comum**". Nele são expostas as interconexões entre a economia e a ecologia. Aponta-se para a necessidade de se buscar um novo horizonte no processo de desenvolvimento. Ele precisa e deve continuar acontecendo, mas deve ser sustentável. A aprovação desse relatório pela assembléia geral da ONU abriu um leque de discussões, a começar pelo interesse que despertou entre seus membros para a realização de uma conferência sobre meio ambiente e desenvolvimento. Era a idéia embrionária do que veio a ser a Segunda Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED-92)⁷³.

O conceito de "desenvolvimento sustentável" tornou-se o tópico central dos debates subseqüentes. A acolhida que teve de planejadores, biólogos, economistas, agências governamentais, comunidade científica, organizações não-governamentais, políticos e público em geral; acabou por lhe determinar um amplo espectro de significação. Durante a UNCED-92 o máximo de consenso que se chegou foi quanto aos fins ou objetivos que seu conceito encerra, mas não quanto aos meios ou procedimentos para alcançá-lo.

⁷³ A história das ações da ONU na área ambiental teve impulso a partir da Primeira Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, em Estocolmo (Suíça) no ano de 1972. Nela, pela primeira vez, representantes de vários países se reuniram para discutir as implicações do desenvolvimento econômico na degradação ambiental do planeta. A tese sobre a necessidade de se buscar um novo horizonte no processo de desenvolvimento ganhou relevância a partir dessa conferência. Ela serviu de base para a criação do *Plano de Ação de Estocolmo*, o qual estabelecia as bases para uma nova cooperação ambiental internacional. Também resultou da Conferência de Estocolmo a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). para uma noção mais aprofundada sobre a Conferência de Estocolmo e sua importância ver, entre outros, McCORMICK (1992).

O ponto polêmico na definição do modelo de desenvolvimento sustentável está na definição dos meios ou procedimentos necessários para torná-lo uma opção realista ao atual modelo de desenvolvimento. Por um lado, acredita-se que é preciso haver uma consolidação de suas bases de sustentação sócio-políticas, ao mesmo tempo que as políticas direcionadas para alcançá-lo sejam embasadas cientificamente. Por outro lado, setores do ambientalismo localizados principalmente nos países do Sul opõem-se a estas propostas. Partindo de pressupostos ideológicos, percebem nelas um viés oportunista, com interesses político-econômicos ocultos. Naquilo que a proposta de desenvolvimento sustentável apresenta como consenso, está o ideal de se promover a justa harmonização entre os seres humanos e entre estes e a natureza, expresso da seguinte forma:

O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias. Ele contém dois conceitos-chaves:

** o conceito de "necessidades", sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade;*

** a noção das limitações que o estágio da tecnologia e organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras (Nosso Futuro Comum, 1991, p. 46).*

* * *

Em seu sentido mais amplo, a estratégia do desenvolvimento sustentável visa a promover a harmonia entre os seres humanos e entre a humanidade e a natureza. No contexto específico das crises do desenvolvimento e do meio ambiente surgidas nos anos 80 - que as atuais instituições políticas e econômicas nacionais e internacionais ainda não conseguiram e talvez não consigam superar - a busca do desenvolvimento sustentável requer:

** um sistema político que assegure a efetiva participação dos cidadãos no processo decisório;*

** um sistema econômico capaz de gerar excedentes e know-how técnico em bases confiáveis e consistentes;*

** um sistema social que possa resolver as tensões causadas por um desenvolvimento não- equilibrado;*

** um sistema de produção que respeite a obrigação de preservar a base ecológica do desenvolvimento;*

** um sistema tecnológico que busque constantemente novas soluções;*

** um sistema internacional que estimule padrões sustentáveis de comércio e financiamento;*

** um sistema administrativo flexível e capaz de autocorrigir-se (Nosso Futuro Comum, 1991, p.70).*

Embora a transição do atual padrão de desenvolvimento para um desenvolvimento sustentável possa parecer complexa, tal complexidade não impede o potencial criativo de um novo estilo de relações intergovernamentais - onde a partilha de experiências e desafios passe a ser a tônica para as mudanças necessárias. No âmbito das cidades já há iniciativas orientadas nessa direção. O papel das cidades na configuração ambiental do planeta no século XXI está sendo revisto, como veremos a seguir.

AS CIDADES E O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO DA PROBLEMÁTICA AMBIENTAL

A tomada de consciência dos riscos e da degradação ambiental em nível global impactou sobremaneira a forma de se conceber as cidades. Na medida em que se constata que a maior parte dos problemas ambientais locais tem consequências globais, as cidades passam a ser vinculadas a um complexo sistema dialético que envolve os pólos local e global. Trata-se da perspectiva de que se geralmente são as populações urbanas as principais causadoras e as primeiras a sentir os efeitos da degradação ambiental global, conseqüentemente é a partir das cidades que pode e deve ocorrer muitas das mudanças necessárias rumo à um padrão de desenvolvimento sustentável.

Esta percepção vem criando espaço para uma nova e inédita oportunidade de ação coletiva: a integração global das cidades na comunhão de experiências sustentabilistas. O impulsionamento dessa integração global passou a ocorrer com a abertura de espaço às questões ambientais que a mídia proporcionou no período pré-conferência (ECO-92). Por conta do interesse despertado às vésperas de

tal evento, os meios de comunicação passaram a divulgar uma grande quantidade de informações sobre o tema.

Aproveitando-se desse "espaço" cada cidade passou a tornar públicas as suas soluções encontradas para equilibrar a relação desenvolvimento urbano/meio ambiente: desde o sistema de ciclovias da cidade holandesa de Delft; o controle do tráfego de automóvel nas áreas centrais de Genebra e Copenhague; o programa de reciclagem do lixo (Zabaleen) na cidade do Egito; o envolvimento de crianças como auxiliares na prevenção da disseminação do lixo (Olhos Mágicos) em Bangcoc; o sistema de transporte coletivo e o programa de reciclagem do lixo em Curitiba; até o programa de reflorestamento no Rio de Janeiro e o controle da poluição (Alerta II) em São Paulo, entre outras.

Certamente, existem diferenças na estrutura dos problemas que afetam as cidades dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Contudo, em ambos há o desafio de se estabelecer um planejamento urbano adequado. Nos países desenvolvidos os urbanistas deparam-se com o dilema de assegurar para o futuro o mesmo nível de qualidade de vida existente no presente. Enquanto nos países em desenvolvimento o desafio é dar conta das crescentes demandas de infra-estrutura básica em condições financeiras restritas.

Partindo dessa constatação, Lowe (1992, p. 162) acredita que "todas as cidades do mundo - cercadas por ricos subúrbios ou favelas efêmeras - necessitam neste momento de um planejamento espacial muito mais cuidadoso do que no passado, antes que a crise urbana no Terceiro Mundo traga uma catástrofe e os problemas do Primeiro Mundo se tornem questões de sobrevivência".

A primeira iniciativa visando a troca de experiências entre cidades, a nível global, surgiu no mesmo ano de lançamento do relatório "**Nosso Futuro Comum**" (1987). Trata-se do Projeto Megacidades (Mega-Cities Project), fundado no Centro de

Pesquisas Urbanas da Universidade de Nova Iorque pela antropóloga Janice Perlman. Este projeto segue uma estratégia de mão-dupla, funcionando simultaneamente nos níveis prático e teórico.

Por um lado, o Projeto Megacidades partilha entre as cidades as práticas mais eficientes e coloca as lições da experiência nas mãos tanto dos responsáveis pela tomada de decisões como do público; por outro lado, procura adquirir um entendimento mais profundo do processo de inovação e de suas consequências com respeito às mudanças sociais deliberadas nas cidades. "O que distingue este projeto da permuta tradicional de informações, via centros de intercâmbio e circulares, por exemplo, é que ele age como catalisador de transformações sociais e da mudança de orientação política. Não apenas se ocupa das formas de motivação e incentivo como oferece uma estratégia útil para a colocação das inovações descobertas na arena de formulação de políticas" (Perlman, 1991, p. 182-183).

Em 1992 o Projeto Megacidades já contava com representantes de 16 megacidades, entre elas São Paulo e Rio de Janeiro. Embora esteja direcionado para as megacidades, seu alvo abrange também cidades menores que tenham experiências urbanas inovadoras à partilhar - como é o caso de Curitiba. Através deste projeto, em 1992 Curitiba transplantou para Nova Iorque sua experiência com os ônibus "Ligeirinhos" - a, então, mais recente evolução do transporte coletivo curitibano. A idéia de partilha é uma das conclusões-chave do Fórum Mundial das Cidades, realizado em Curitiba em 1992: "as cidades podem ser os agentes de transformação por todo o mundo, ao partilhar seus conhecimentos e experiências com outras cidades. Esta ação coletiva pode criar uma nova solidariedade global".

A disseminação dessa idéia de partilha logo alcançou as autoridades locais, em todo o mundo. Governantes locais de todos os continentes se engajaram

em uma rede reunindo mais de 100 cidades. A intenção era aproximar os **decision-makers** locais destas cidades para a troca e busca em comum de experiências criativas e inovadoras na área do desenvolvimento urbano e meio ambiente.

Na agenda dessa rede de cidades constava a unificação das reivindicações, ações e compromissos das cidades frente às questões ambientais, a serem apresentadas durante a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED-92). Em 1990 foi criado na sede da ONU em Nova Iorque, o Conselho Internacional de Iniciativas Ambientais Locais (ICLEI), tornando-se o órgão responsável pela política de meio ambiente da União Internacional de Autoridades Locais (IULA).

Durante todo o período pré-conferência, diversas cidades do mundo sediaram encontros preparatórios: Milão, Oslo, Leyva (Colômbia), São Paulo, Berlim, Lisboa, Istambul, Vancouver, Toronto, Ottawa, Montreal e Rio de Janeiro. Esses encontros contaram nas suas organizações com a colaboração de organizações regionais e internacionais de autoridades locais, como a União Internacional de Autoridades Locais (IULA), a Associação Mundial de Grandes Metrôpoles (METROPOLIS), a Organização das Cidades Unidas (CITES UNIES/UNITED TOWNS), a Conferência das Grandes Cidades do Mundo (SUMMIT) e outras. No último encontro no Rio de Janeiro, no início de 1992, o conteúdo de todas as discussões feitas nos encontros anteriores foi condensado no documento denominado **"Declaração Conjunta das Cidades do Mundo e Autoridades Locais"**.

A aprovação da redação final da **"Declaração Conjunta das Cidades do Mundo e Autoridades Locais"** ocorreu em maio de 1992, durante a realização do Fórum Mundial das cidades, em Curitiba. Com o tema "Ação local para sobrevivência global", o "Fórum Mundial das Cidades" foi considerado um dos mais importantes

eventos paralelos à UNCED-92. Representantes de 53 países estiveram presentes em Curitiba, além de prefeitos de várias cidades de todo o país.

Organizações nacionais e internacionais, dedicadas às questões de meio ambiente, desenvolvimento urbano e econômico, também foram representadas: Banco Mundial, Organização das Capitais Islâmicas (OICC), Instituto dos Governos Locais da Índia, Projeto Megacidades, Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Centro das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (HABITAT), Conselho Internacional de Iniciativas Ambientais Locais (ICLEI), Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD), Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Brasileiro de Estudos Econômicos Aplicados (IPEA), Instituto Brasileiro de Administração dos Municípios (IBAM), além daquelas associações de autoridades locais que já vinham colaborando na coordenação dos encontros preparatórios.

Além do Fórum Mundial das Cidades foi realizado, no mesmo mês (maio/92) no Rio de Janeiro, o Seminário Internacional sobre Problemas Ambientais dos Grandes Centros Urbanos (ECO-URBS'92). Organizado por entidades dos vários setores do ambientalismo brasileiro, esse evento objetivava levantar os problemas ambientais e propor soluções para os grandes centros urbanos de todo o mundo, sob o enfoque técnico-científico, social, econômico e político, além de indicar as perspectivas para o século XXI.

Do Fórum Mundial das Cidades, realizado em Curitiba, resultou o documento "**O Compromisso de Curitiba para o Desenvolvimento Sustentado**". Ele acompanha a "**Declaração Conjunta das Cidades do Mundo e Autoridades Locais**", entregue posteriormente aos coordenadores da UNCED-92. Os compromissos que constam desse documento apontam para a necessidade de se trabalhar para estender os serviços básicos para todos os cidadãos sem aumentar a degradação ambiental;

aumentar progressivamente a eficiência energética; reduzir progressivamente todas as formas de poluição; desperdiçar o mínimo e economizar o máximo; combater a desigualdade social, a discriminação e a pobreza; priorizar as necessidades da criança e o respeito aos seus direitos; integrar o planejamento ambiental e o desenvolvimento econômico; aumentar o envolvimento de todos os setores da comunidade no gerenciamento ambiental; mobilizar recursos para ampliar a cooperação entre autoridades locais.

Aos signatários desses compromissos coube a responsabilidade de preparar, no prazo de 1 ano, um plano de ação com objetivos e cronogramas que viessem a assegurar o cumprimento desses compromissos. A proposta era de que cada cidade deveria desenvolver a sua "**Agenda Local 21**": um conjunto de diretrizes norteadoras do processo de desenvolvimento sustentado a ser promovido localmente.

Na "**Agenda Local 21**" deverão estar incorporadas medidas como a realização regular de auditorias ambientais envolvendo todos os setores da comunidade e o desenvolvimento de um banco de dados sobre as condições ambientais locais; o estabelecimento de um "Curriculum" sobre desenvolvimento sustentado a ser introduzido em escolas e outras instituições sob jurisdição municipal; a adesão e participação em redes regionais e internacionais de autoridades locais para aumentar o intercâmbio de informações e assistência técnica entre municípios; e a pressão aos governos nacionais no sentido de que apoiem e financiem suas metas ambientais e de desenvolvimento.

As associações internacionais e regionais de autoridades locais, acima mencionadas, têm papel importante no processo de preparação e cumprimento de cada "**Agenda Local 21**". Elas são citadas como as responsáveis por assegurar que os governos locais, que assinaram e assumiram os compromissos da "**Carta de Curitiba**", concluíssem os seus planos de ação dentro do prazo proposto.

O FUTURO NAS CIDADES E AS CIDADES DO FUTURO

A convicção de que a sobrevivência global depende das ações locais saiu fortalecida dos diversos encontros preparatórios que culminaram no Fórum Mundial das Cidades. Considerando-se que no início do século XXI a maioria da população mundial estará vivendo em cidades, então o desafio de se buscar o equilíbrio sócio-ambiental nesse novo cenário está, em grande parte, entregue aos governantes locais. Nessa perspectiva, a qualidade de vida nas cidades do futuro dependerá da forma como for estabelecido o padrão de desenvolvimento urbano no presente.

Perlmam (1991, p.182) enfatiza a necessidade de se descobrir enfoques alternativos capazes de proporcionar um uso mais racional dos recursos humanos e naturais presentes nas cidades. Ao mesmo tempo que os escassos recursos financeiros possam ser utilizados de forma mais adequada - multiplicando os seus resultados. Segundo ela, "temos de repensar ou `reconceber` a cidade do século XXI - socialmente justa, ecologicamente sustentável, politicamente participadora e economicamente viável - que não seja a mera projeção de uma cidade do século XIX, com todos as suas conotações negativas."

Por outro lado, é preciso considerar que tanto quanto cenário de possíveis mudanças ambientais globais, as cidades tendem cada vez mais a consolidar-se como a base físico-espacial do fenômeno da globalização. Cada vez mais elas são inseridas em sistemas econômico-financeiros e de comunicação de alta complexidade. Portanto, "quem quer que estude as cidades hoje em dia, em qualquer parte do mundo, está ciente de que o que ocorre numa vizinhança local tende a ser

influenciado por fatores - tais como dinheiro mundial e mercado de bens - operando a uma distância indefinida da vizinhança em questão" (Giddens, 1991, p. 70). "A tecnologia da informática torna possível a dispersão geográfica e a integração simultânea de muitas atividades" (Sassen, 1993, 190). Nesse processo "o local e o global determinam-se reciprocamente, umas vezes de modo congruente e conseqüente, outras de modo desigual e desencontrado. Mesclam-se e tencionam-se singularidades, particularidades e universalidades" (Ianni, 1994, p.151).

De fato, a medida que se constitui e se desenvolve a sociedade global, somos levados a repensar o futuro desenvolvimento urbano. "Já não é mais apenas a grande potência, a metrópole imperialista, que incute de modo mais ou menos exclusivo o seu andamento neste ou naquele segmento ou em grande parte do mundo. Desde que se forma e se desenvolve a sociedade global, com sua economia política, a sua dinâmica sócio-cultural, desde esse momento as histórias nacionais tendem a ser, em alguma medida, subsumidas pela história universal" (Ianni, 1994, p.160).

Contudo, as profundas transformações necessárias, no rumo de um novo padrão de desenvolvimento, demandam bem mais que a simples compreensão e aceitação dessa nova realidade. É todo um processo de transformação da subjetividade e da organização sócio-econômica que precisa ser gerado. "Se não questionarmos radicalmente nossa maneira de pensar, será impossível projetar, mesmo aproximadamente, os futuros desenvolvimentos urbanos" (Martinotti, 1992, p. 203)

A importância do nível local neste aspecto é que é ali que ocorre a intermediação direta dos antagonismos sócio-ambientais - potencializando-se, em última instância, o surgimento de novos valores e percepções ligados à questão ambiental. Isto porque como afirma Lefebvre (1970), as cidades não são apenas espaços produtivos, mas também e principalmente produtoras de espaço.

Lefebvre não se refere com isso apenas aos edifícios e avenidas, mas aos espaços sociais, ao ambiente inovador. Ao produzir seus equipamentos e espaços voltados para o homem - proporcionando a convivencialidade, a socialidade, o encontro - as cidades estariam subvertendo a ótica deletéria que orienta as atuais políticas de desenvolvimento urbano. Cabe aos governos locais a reorientação de suas ações nessa direção. É, em muito, uma questão de vontade política. Os exemplos de Curitiba e outras cidades já apontam nesta direção. Obviamente, há ainda um longo caminho a ser trilhado.

Contudo, como nos afirma Giddens (1991), a "história não está do nosso lado, não tem teleologia, e não nos proporciona garantias. Mas a natureza fortemente contrafactual do pensamento orientado para o futuro, um elemento essencial da reflexividade da modernidade, tem implicações positivas, bem como negativas. Pois podemos vislumbrar alternativas futuras cuja propagação pode ajudá-las a se concretizar. O que é preciso é a criação de modelos de realismo utópico".

CURITIBA NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO DAS AÇÕES LOCAIS

O cenário mundial formado a partir de ações locais de cunho sustentabilista passou a contar com Curitiba como um dos pontos de referência. Tal cenário vem sendo formado a partir da rede Norte-Sul de cidades que, como vimos anteriormente, partilha suas soluções encontradas para os problemas ambientais urbanos. Trata-se de ações locais em lugares distantes do planeta - aproximados, porém, por uma causa comum: o desejo de encontrar respostas para a crescente degradação ambiental urbana.

O reconhecimento da importância dessas ações, num contexto de globalização da problemática ambiental, aconteceu a partir de 1990. Foi quando a

ONU, através do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUE) premiou Curitiba e mais 7 cidades de diferentes países (Prêmio Global 500).

Nesse prêmio está o reconhecimento da comunidade internacional pelos programas de caráter sustentabilista desenvolvidos nessas cidades: Curitiba (Brasil), pelos seus programas de gerenciamento dos resíduos sólidos ("Lixo que não é lixo" e "Compra do lixo"); Toronto (Canadá), pelo programa de redução do dióxido de carbono na atmosfera; Bremen (Alemanha), pelo programa de apoio aos municípios do Terceiro Mundo; Quito (Equador), pela solução dada ao sistema de água, em função da topografia; Irving (Califórnia), pelo programa de controle sobre a dispersão de elementos químicos na atmosfera; Cidade do México, pelo programa de controle da poluição do ar; Helsinque (Finlândia), pela eficácia de seu programa energético; Bandung (Indonésia), pelo seu programa de coleta do lixo.

Num momento em que a humanidade começava a considerar as limitações dos recursos naturais e energéticos, as iniciativas de controle local no uso destes recursos passavam a ser estimuladas. Isto porque na maioria das grandes cidades, especialmente as do Terceiro Mundo, é comum a emissão incontrolável de poluentes dos veículos motorizados e das fábricas, além das tradicionais carências de saneamento básico: tratamento de esgotos e água e gerenciamento dos resíduos sólidos (Hardoy e Satterthwaite, 1985). "Embora o impacto dos problemas globais se produza a longo prazo, o dos problemas ambientais urbanos ocorre também a curto prazo. Tal impacto na saúde e na produtividade dos indivíduos, das famílias e das comunidades é imediato - causado pelo congestionamento urbano, a poluição do ar e da água, o saneamento inadequado, a coleta e destinação imprópria do lixo e a destruição das terras marginais" (Cohen, 1991, p. 32).

Por conta do estímulo ao controle energético, em 1990 Curitiba recebeu outro prêmio. Trata-se do "Annual Achievement Award for Promoting Global

Energy Efficiency": prêmio Anual oferecido pelo Instituto Internacional para Conservação de Energia (IIEC, Washington D.C.) aos promotores de inovações, em nível mundial, no campo do controle eficiente de energia.

Além desse, Curitiba recebeu outros prêmios. Um deles foi o prêmio HABITAT, oferecido pelo Centro das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (HABITAT), em função das ações desenvolvidas na área de habitação e meio ambiente. Outro prêmio foi o "Árvore da vida", oferecido pela União Internacional para Conservação da Natureza (UICN). Além desses dois prêmios, Curitiba recebeu, durante a realização da UNCED-92, a comenda "Honra ao Mérito a Prefeitos".

Para receber essa comenda Curitiba foi escolhida pela ONU, através do Conselho Internacional de Iniciativas Ambientais Locais (ICLEI), juntamente com mais onze cidades de todo o mundo. No total eram 200 cidades concorrentes ao título pelas suas iniciativas locais na área sócio-ambiental. Além de Curitiba receberam o título: Ancara (Turquia), Austin (EUA), Bulamayo (Zimbabue), Cairo (Egito), Kitakiushu (Japão), Leicester (Inglaterra), Cidade do México (México), Saarbrucken (Alemanha), Storstrøm (Dinamarca), Subury (Canadá) e Surabaya (Indonésia). Especialistas de várias partes do mundo compuseram o comitê independente que efetuou a escolha destas cidades.

Nesses prêmios estava depositado o reconhecimento pelos resultados alcançados (especialmente nas últimas 2 décadas) na busca de equacionamento entre a promoção do desenvolvimento urbano e a melhoria da qualidade de vida. Por outro lado, as concepções de Lerner a respeito de como pode ser promovida a auto-sustentabilidade de uma cidade vêm sendo cada vez mais respeitadas e difundidas, tanto a nível nacional como internacional.

Na concepção de Lerner:

A cidade ambientalmente correta deve dar predominância ao transporte coletivo sobre o individual, economizando combustível e reduzindo a necessidade de investimentos em obras viárias. A cidade ambientalmente correta evita a industrialização forçada, rejeita as indústrias poluentes - e força governo e produtores a investir em tecnologias limpas. A cidade ambientalmente correta evita a segregação de funções urbanas e classes sociais. A integração das funções urbanas ajuda a cidade a economizar o máximo, porque reduz o número de deslocamentos. Além de ambientalmente correta, a cidade deve fazer-se socialmente correta. O primeiro caminho para isto é investir na criança, abrindo os caminhos da igualdade para os mais carentes e com isso reduzindo o impacto da pobreza. Uma cidade socialmente correta deve investir ao máximo em obras de qualidade de vida, para melhorar a cidade e gerar empregos. Deve otimizar o transporte coletivo, que, além de reduzir o número de automóveis nas ruas, democratiza o acesso aos equipamentos urbanos. Deve democratizar o lazer, ampliando as áreas verdes, os parques, as ciclovias, todos os pontos de encontro de seus habitantes.⁷⁴

A priorização do transporte coletivo sobre o individual em Curitiba é um dos exemplos práticos mais difundidos desta concepção eco-urbanística de Lerner. A implantação da Linha Direta ("Ligeirinho"), em 1991, contribuiu ainda mais para a economia de combustível e a redução de gases tóxicos que já vinha sendo proporcionado pelo sistema de transporte coletivo curitibano. É que um novo contingente de proprietários de automóveis passou a trocar o uso destes pela utilização do novo sistema de transporte coletivo. Através de pesquisa realizada logo após a implantação do "Ligeirinho" constatou-se que 28% de seus usuários eram novos, ex-usuários de veículos particulares (Gazeta do Povo, 29 de março de 1992, p. 17. Suplemento Especial).

A Rede Integrada de Transporte (RIT) que em 1989 abrangia 51,9% de todo o sistema - possibilitando a operacionalização integrada de 509 km - aumentou sua abrangência para 60% do sistema em 1992 (ver mapa 3, em anexo). "Em 1991, 1.487 ônibus transportaram 1,3 milhões de passageiros por dia de trabalho em 14,5 mil

⁷⁴ LERNER, Jaime. Ação local, sobrevivência global. In. *Revista Ecologia e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ano II, n. 14, abr. 1992, p. 20

viagens. O consumo de 120 mil litros de combustível ao dia é 20 por cento menor que a média nacional. A economia cresceu três por cento quando os ônibus foram equipados com motores turbo, que ainda são menos poluentes" (IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana**. Curitiba. vol. 8, jan. 1992. p. 95-96).

Atualmente cerca de 75% da população utiliza diariamente o transporte coletivo, contra 57% no Rio de Janeiro e 45% em São Paulo. Com isso Curitiba apresenta um dos mais baixos índices anual de consumo de combustível por veículo (1,47 m³/veículo) quando comparada com outras capitais brasileiras: Fortaleza (2,84 m³/veículo), Salvador (3,02 m³/veículo), Porto Alegre (1,68 m³/veículo), Brasília (2,72 m³/veículo), Belém (1,78 m³/veículo), Recife (1,82 m³/veículo) e Belo Horizonte (1,92 m³/veículo).⁷⁵

A eficiência do sistema de transporte curitibano é fruto de um processo de aperfeiçoamento constante que vem desde a década de 70, como vimos no capítulo 3. Hoje, ele é referência às demais cidades do mundo. "Embora nos países em desenvolvimento mais pobres as cidades possam não ser capazes de reproduzir o sistema de transporte de alta qualidade de Curitiba, os princípios desse modelo podem fornecer uma referência para seu futuro crescimento. Em todo o mundo, as cidades de todos os níveis de desenvolvimento econômico poderiam se basear extensivamente na experiência de Curitiba" (Lowe, 1992, p. 171).

Assim como o aprimoramento do transporte coletivo, todas as ações na área ambiental foram conduzidas conforme a visão estratégica de administração municipal que orientou a gestão Lerner. Trata-se da consideração de que a cidade deve ser administrada a partir de duas perspectivas. Por um lado, o atendimento às

⁷⁵ BIRK, Mia L; BLEVIS, Deborah L. The mass transit system: The honorable Jaime Lerner. In. BIRK, Mia L; BLEVIS, Deborah L. (eds.). **Driving new directions: transportation experiences and options in developing countries**. Washington: IIEC, June, 1991. p.89

pressões e necessidades básicas da população no seu cotidiano. Por outro lado, a busca de um planejamento global da cidade, visando o domínio do seu crescimento e conseqüentemente o aprimoramento daqueles serviços que determinam o nível de qualidade de vida do conjunto da população (lazer, educação, emprego, habitação, saúde, transporte coletivo).

Para Lerner:

O que existe em Curitiba é uma visão estratégica. O que é uma visão estratégica? Eu diria que é um balanceamento entre as necessidades que a população pressiona todo dia e as potencialidades que os responsáveis pela cidade (prefeitos, vereadores, lideranças) têm por obrigação apontar. Então, é o dia-a-dia e as coisas globais que dizem respeito ao grande número da população (emprego, problema de transporte, problema de saúde). (...) Porque se você não tem uma visão estratégica, você não faz mudanças. Por outro lado, se você só fica com os problemas do grande número da população você se afasta do povo. Por isso que é necessário fazer as duas coisas. Esse balanceamento diário é necessário em todas as atividades profissionais. Se não se tem um tempo para as coisas de maior visão global, para as coisas que dizem respeito ao grande número da população, você acaba se perdendo. É atender ao mesmo tempo ao importante e ao fundamental. E tudo é importante, mas algumas coisas são fundamentais.⁷⁶

Essa visão estratégica foi importante diante do contexto político-econômico que marcou o início da terceira gestão Lerner. De um modo geral, as gestões municipais iniciadas em 1989 coincidiram com o momento de crise que passava o Estado brasileiro. As agências federais de financiamento sofriam um processo de "desmonte" - característica do período final do governo Sarney. Por outro lado, um clima de incertezas marcava o período inicial do governo Collor, sobretudo, em função das diretrizes neo-liberalizantes do "Plano Brasil Novo".

⁷⁶ Entrevista de Jaime Lerner ao autor (setembro de 1993).

Apesar das garantias constitucionais creditadas aos municípios a partir de 1988, cabia à cada gestão municipal a busca de intervenções próprias para equacionar os problemas econômicos e sócio-ambientais locais. Como veremos a seguir, a gestão Lerner desde o início priorizou a área ambiental em sua agenda de governo. Na prática, isso correspondia à necessidade de se definir uma política ambiental para o município, capaz de dar continuidade aos avanços obtidos nas décadas anteriores e ao mesmo tempo atender as novas demandas sócio-ambientais que a população, através dos seus diversos setores, passou a fazer chegar à Prefeitura.

A "ECOLOGIZAÇÃO" DA TERCEIRA GESTÃO LERNER

Em 1989 Jaime Lerner assumiu o cargo de Prefeito pela terceira vez, sendo a primeira através de eleição direta. Realizada em apenas doze dias, sua campanha eleitoral ficou conhecida como a "campanha dos doze dias". Lerner havia transferido seu domicílio eleitoral de Curitiba para o Rio de Janeiro, onde atuou no primeiro governo estadual de Leonel Brizola como coordenador do projeto "Rio ano 2000". Em tempo hábil retransferiu seu domicílio eleitoral para Curitiba, ficando apto a candidatar-se ao cargo.

No dia primeiro de novembro de 1988 foi anunciada a entrada de Lerner na disputa pelo cargo de prefeito. Os principais partidos concorrentes (PMDB, PFL, PDT, PTB, e PT) já se encontravam na reta final de suas campanhas. A disputa vinha se desenvolvendo sem nenhum entusiasmo. A principal motivação era as críticas ao PMDB - desde 1983 no poder estadual e local. O desastroso governo Sarney e o fracasso do Plano Cruzado deixavam o PMDB vulnerável à toda sorte de

críticas. A população se sentia enganada diante do fracasso do Plano Cruzado e via no partido de Sarney o culpado pela continuidade da crise econômica vivenciada.

Com um forte apelo emocional, a "campanha dos doze dias" entusiasmou, sobretudo, a classe média curitibana. O mesmo instrumento simbólico da campanha derrotada de Lerner em 1985, voltou a ser usado: a imagem de um coração, como tradução do "coração curitibano". Aqueles que "amassem" e se "identificassem" com Curitiba deveriam votar no candidato mais identificado e vinculado às suas transformações recentes: Jaime Lerner. "Jaime não trazia a marca do político profissional rejeitado pela população. Além disso, tinha e tem a marca do bom administrador e uma profunda vinculação com a cidade" (O Estado do Paraná, 20 de novembro de 1988).

Todo o processo de disputa pelo cargo de prefeito foi alterado com a entrada de Lerner. Era como se a campanha estivesse, de fato, começando a partir daquele momento. "A entrada de Jaime Lerner na campanha precipitou uma ação conjugada da `mídia` - eletrônica e impressa. Vários profissionais que atuavam no PDT, PFL E PTB juntaram forças na campanha, cuja estratégia a partir de então tinha um só objetivo: combater o PMDB" (O Estado do Paraná, 20 de novembro de 1988). De fato, esse objetivo foi cumprido. Jaime Lerner venceu o candidato do PMDB - ex-prefeito Mauricio Fruet - por uma ampla margem de votos (48,6% contra 29,5%).

Como vimos anteriormente, o contexto sócio-político que permeou o início da terceira gestão Lerner foi marcado por intenso debate sobre a questão do meio ambiente e desenvolvimento urbano. A constatação-síntese desse debate é a de que a saída para a crise sócio-ambiental que vem abalando as grandes cidades, principalmente nos países em desenvolvimento, está na mudança dos valores e práticas com relação ao meio ambiente.

Nesse sentido, mais do que gerenciar os atuais problemas ambientais, havia necessidade de se definir uma política ambiental que ampliasse os avanços obtidos nas décadas anteriores. A intenção não era melhorar a qualidade de vida da população apenas num determinado período, mas modificar seus valores e práticas com relação ao meio ambiente, visando a ampliação cumulativa e permanente da qualidade de vida oferecida pela cidade. Com isso, atribuiu-se à população o papel de protagonista na determinação da qualidade de vida da cidade. Conforme Lerner: "nós não tínhamos toda a série de propostas que foram sendo desenvolvidas. Elas foram sendo colocadas a partir da própria reação da população".⁷⁷

Essa estratégia de partilhar, de co-responsabilizar a população pela manutenção da qualidade de vida da cidade já vinha desde a primeira gestão Lerner no início da década de 70, como vimos no capítulo 3. Seu resgate e atualização para o período em discussão ocorreu em função da nova proposta administrativa do governo Lerner.

Se no início da década de 70, durante a primeira gestão Lerner, se procurava envolver a população na partilha e co-responsabilidade pelo sucesso das transformações urbanísticas pretendidas para a cidade, durante sua terceira gestão esse envolvimento foi direcionado para o sucesso dos programas ambientais. Esses programas eram o núcleo central do novo cenário montado para a cidade: o de "capital ecológica".

⁷⁷ Entrevista de Jaime Lerner à *Revista Ecologia e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ano I, n.3, mai. 1991. p.25

Conforme Lerner:

*Você mudar as coisas no fundo é montar um cenário que seja desejável. Uma idéia, uma proposta, um projeto que seja desejável por toda população ou por grande parte dela e onde todos ajudem a acontecer juntos. Então você faz acontecer as coisas onde você propõe um cenário, uma idéia, um projeto que todos entendam como desejável. Daí todos ajudam a acontecer e você consegue fazer um projeto comum, uma causa partilhada.*⁷⁸

Tal como na década de 70, ao propor à população a idéia de Curitiba como "capital ecológica", se procurou criar no imaginário da população um sentido de "identificação" com a cidade, um sentido de orgulho em "pertencer" à cidade de Curitiba. Com isso, cada habitante devia se sentir partilhando com a Prefeitura a responsabilidade de melhorar a qualidade de vida da "sua" cidade, da cidade a qual se "identifica" e sente orgulho em "pertencer". Na concepção de Lerner, "o maior patrimônio de uma cidade é a identidade de seus moradores com ela. Respeitada e informada, sabendo-se co-responsável, responderá mais prontamente ao apelo em favor da parceria e da participação".⁷⁹

Os veículos de comunicação locais desempenharam importante função nesse processo. Eles foram reproduzindo ao longo do período um repertório de imagens simbólicas ("cidade brasileira com melhor qualidade de vida", "cidade que pode salvar o mundo", "cidade do futuro", "cidade modelo" e outras) que faz com que "o curitibano hoje se orgulhe em repetir dados de organizações internacionais, que apontam a cidade como uma das três melhores capitais para se viver no mundo" (Gazeta do Povo, 29 de março de 1992).

⁷⁸ Entrevista de Jaime Lerner ao autor (setembro de 1993).

⁷⁹ LERNER, Jaime. Ação local, sobrevivência global. In. **Revista Ecologia e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Op. Cit. p. 20

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: DO CONHECIMENTO LOCAL À CONSCIÊNCIA GLOBAL

A educação ambiental foi outro ponto de sustentação na construção do cenário de "capital ecológica". Partindo da concepção de que "é mais fácil conscientizar a população a partir do problema local, do problema do dia-a-dia das pessoas", a educação ambiental passou a fazer parte da filosofia das atividades de planejamento ambiental da cidade.

A idéia é a de que é mais difícil despertar a percepção das pessoas para a questão ecológica a partir de problemas como o de chuva ácida, buraco na camada de ozônio, efeito estufa. O conhecimento e envolvimento com os problemas ambientais locais é que pode despertar a percepção das pessoas para os problemas ambientais globais. "É a ação local, garantia da sobrevivência global".⁸⁰

Fundamentado nessa concepção, um programa de educação ambiental foi criado em 1989. Sua proposta era atingir três áreas simultaneamente: as escolas, a comunidade e os parques públicos. Sua primeira etapa foi implantada nas escolas da Rede Municipal de Ensino. Inicialmente trinta escolas serviram como experiência piloto durante o ano de 1989. Nelas houve o envolvimento direto e indireto de 1.500 professores e 16.000 alunos.

A segunda etapa foi desenvolvida em 1990. Nesse período ampliou-se o número de professores e alunos envolvidos direta e indiretamente. Foram 5.374 professores e 60.758 alunos de pré a oitava séries.⁸¹ No final de 1992 todas as escolas já contavam com a educação ambiental inserida no currículo escolar. Na concepção do programa de educação ambiental a escola era vista como "uma das

⁸⁰ LERNER, Jaime. Ação local, sobrevivência global. In. **Revista Ecologia e Desenvolvimento**. Op. Cit. p.20

⁸¹ Prefeitura Municipal de Curitiba/Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA). **Educação Ambiental**. Documento. s. d. p.55

instituições com melhores condições para responder à necessidade de formação de uma nova ética - a ética ecológica".⁸²

A educação ambiental nas comunidades foi voltada para o atendimento às áreas periféricas - notadamente naquelas regiões desaconselháveis à habitação e sujeitas à degradação ambiental, como fundos de vale. São regiões onde a população possui o menor volume de informações sobre o meio ambiente e, inversamente, as que sofrem mais diretamente os impactos decorrentes da degradação ambiental.

A crença entre os "policy-makers" locais é de que a educação ambiental da população deve começar pelas crianças. Elas são consideradas como os agentes disseminadores mais eficazes dos novos hábitos, atitudes e conhecimentos necessários para a formação de uma nova "ética ecológica". Assim, a implementação da educação ambiental nas áreas periféricas teve como alvo as crianças e os adolescentes. Através do Programa de Atendimento à Infância e Adolescência (PIA) procurou-se envolver menores de 3 a 17 anos que não estavam matriculados na rede oficial de ensino ou que só estudavam num período do dia.

Inicialmente, os objetivos gerais do PIA consistiam em "educar e conscientizar a comunidade sobre a importância do meio ambiente como um todo, conseqüentemente atingindo ações com a participação da comunidade na recuperação e conservação das matas ciliares e fundos de vale"; "proporcionar à comunidade em geral a oportunidade de desenvolver práticas sadias relacionadas à temática ambiental"; e "proporcionar atividades de reforço para que a população vivencie situações que contribuam para a conscientização de suas responsabilidades sociais

⁸² Prefeitura Municipal de Curitiba/Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA). **Educação Ambiental**.

em relação ao meio ambiente".⁸³ Até novembro de 1992, vinte e oito comunidades já contavam com unidades do PIA em funcionamento.⁸⁴

Conforme Hitoshi Nakamura, secretário do meio ambiente na terceira gestão Lerner:

*Nós não abandonamos, não isolamos as favelas. Aquelas pessoas que moram lá tem que se sentir não-isoladas, não que são faveladas. Se começarem a pensar, a ter a consciência que são favelados, ai então vão trabalhar contra a cidade. Ai haverá um problema e inclusive economicamente custa muito para a cidade. Então eles têm que sentir que são também curitibanos, com responsabilidades.*⁸⁵

A educação ambiental nos parques públicos tinha por finalidade fazer com que a população assumisse os espaços públicos da cidade. O sentido de assumir não significa que a população deva substituir o serviço de manutenção do patrimônio e dos locais públicos executado pela Prefeitura, mas sim conhecer melhor os espaços de "encontro" disponíveis na cidade e suas potencialidades para o lazer. O desejo era que essa integração da população com os espaços públicos resultasse numa tomada de consciência com relação à sua importância como participante ativa no processo de conservação do meio ambiente em que vive.

Hitoshi Nakamura acredita que para que esse desejo se concretize deve-se montar uma estratégia: "Não adianta só impor, obrigar. Isso ninguém faz. Tem que colocar como ele pode colaborar, o que pode fazer diariamente. É preciso a ação. Então sai barato. Cada população faz uma coisa. Se juntarmos toda a

⁸³ Prefeitura Municipal de Curitiba/Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA). Gerenciamento de Educação Ambiental. **Projeto PIA Ambiental**. s. d. p.1-2

⁸⁴ Prefeitura Municipal de Curitiba/Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA). Gerenciamento de Educação Ambiental. **Projeto PIA Ambiental**. s. d. p.5

⁸⁵ Entrevista de Hitoshi Nakamura ao autor (setembro de 1993).

população, quase 1 milhão e seiscentos, já é bastante. A Prefeitura assumindo tudo nunca vai dar certo. A empresa tem que assumir, a Prefeitura tem que assumir, a população tem que assumir. Se dividir entre as partes se agiliza".⁸⁶

Outro passo importante no sentido de despertar a população para a questão ambiental urbana foi dado em 1991. Em junho daquele ano foi criada a Universidade Livre do Meio Ambiente (ULMA). Sua criação estava pautada numa das concepções urbanísticas que já havia orientado as gestões anteriores de Jaime Lerner: "quanto mais o cidadão conhece sua cidade, mais se identifica com ela e mais interesse tem em sua qualidade ambiental". Dessa concepção resultou seu objetivo inicial: "ser um celeiro de idéias para o meio ambiente e formar no cidadão a consciência da defesa ambiental como fator de sobrevivência".⁸⁷

A inauguração da sede própria da ULMA ocorreu em junho de 1992. Durante essa inauguração seu coordenador, Cleon Ricardo dos Santos, afirmou que "como nasceu e está se consolidando em Curitiba, a Universidade Livre do Meio Ambiente parte das experiências desta cidade como base para a difusão dos conhecimentos aqui adquiridos. Pretendemos ser um pólo difusor - e, ao mesmo tempo, receptor - de idéias e ideais vinculados ao melhor modo de se viver nas cidades. Nossa força estará concentrada na idéia de que o homem é o princípio e a finalidade de todas as coisas".⁸⁸

Durante o ano de 1992 foram realizadas 20 edições do curso básico "A cidade e o Meio Ambiente", reunindo cerca de 800 participantes. Entre eles, motoristas

⁸⁶ Entrevista de Hitoshi Nakamura ao autor (setembro de 1993).

⁸⁷ Prefeitura Municipal de Curitiba/Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA). **Boletim Desenvolvimento urbano e Meio Ambiente**. Ano I, n.4, mai./jun. 1992. p.1

⁸⁸ Prefeitura Municipal de Curitiba/Universidade Livre do Meio Ambiente (ULMA). **Boletim Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente**. Ano I, n.4, mai./jun. 1992. p.2

de taxi, professores, guardas municipais, fiscais de parques e outros formadores de opinião. Outros cursos, de cunho mais técnico e específico, reuniram mais de 100 profissionais que atuam ligados à temática ambiental urbana.⁸⁹

GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS: UMA CAUSA PARTILHADA

A forma como a questão do lixo foi tratada durante a terceira gestão Lerner foi o exemplo mais claro da partilha, da co-responsabilidade entre Prefeitura e população na solução de um dos problemas sócio-ambientais que a cidade apresentava. De um grave problema no início da gestão, a questão da disposição final dos resíduos sólidos transformou-se num exemplo de como a sociedade civil - quando valorizada, quando chamada a participar - pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida de uma cidade.

Em Curitiba o gerenciamento dos resíduos sólidos, um dos maiores problemas ambientais das grandes cidades, demandava uma solução imediata. No início da terceira gestão Lerner o aterro sanitário existente (chamado de "Lixão da Lamenha Pequena") localizado na zona Norte da cidade, já contava com sua capacidade esgotada. A gestão anterior já havia recomendado o seu fechamento e desapropriado nova área na zona Sul da cidade para construção do novo aterro.

Durante o tempo de construção desse novo aterro sanitário ("Aterro Sanitário da Cachimba"), o lixo de Curitiba passou a ser depositado no "Lixão do Barro Preto" - situado no município limítrofe de São José dos Pinhais. Um acordo firmado entre as duas Prefeituras previa que "depois de construído o novo aterro de Curitiba, o

⁸⁹ Prefeitura Municipal de Curitiba/ Universidade Livre do Meio Ambiente (ULMA). **Boletim Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente**. Ano II, n.7, nov./dez. 1992. p.3

lixo de São José dos Pinhais passaria a ser depositado nele".⁹⁰ Em outubro de 1989 o novo "Aterro Sanitário da Cachimba" entrou em operação. Além do lixo curitibano e de São José dos Pinhais, passou a receber também o lixo de vários outros municípios da RMC: Almirante Tamandaré, Mandirituba, Piraquara, e Quatro Barras.

A constatação de que a ocupação acelerada do território curitibano vem diminuindo os espaços adequados para a disposição final dos resíduos sólidos e a necessidade de assegurar a manutenção da vida útil projetada para o novo aterro sanitário (15 anos), suscitaram o empenho em se buscar alternativas para reduzir o volume de resíduos sólidos ali depositados diariamente. Desse empenho surgiram dois programas alternativos de coleta do lixo: o programa "Lixo que não é lixo" e o programa "Compra do lixo".

O programa "Lixo que não é lixo" teve início em outubro de 1989. Ao incentivar os habitantes para a separação do lixo nas residências, buscava-se ao mesmo tempo despertá-la para a co-responsabilidade pela determinação da qualidade do meio ambiente em que vivem. Partia-se da idéia de que na prática da reciclagem do lixo estão presentes dimensões importantes do processo de auto-sustentabilidade de uma cidade: economia de energia, de recursos financeiros, de terrenos para aterro sanitário e, sobretudo, aumento da consciência da importância da ação de cada habitante na determinação da qualidade de vida do conjunto da população.

Para a concretização do programa "Lixo que não é lixo" mais uma vez as crianças desempenharam papel importante. Sua implementação inicial ocorreu nas escolas da Rede Municipal de Ensino. Os alunos passaram a receber informações sobre a influência do lixo no contexto ambiental e iniciaram um trabalho didático que consistia no processo de pré-seleção de materiais recicláveis. A idéia era sensibilizá-

⁹⁰ IPPUC. *Memória da Curitiba Urbana*. Curitiba, v.8, jan. 1992. p.77

los, tornando-os disseminadores da prática da separação do lixo no seu meio de convivência.

Aliada à essa educação ambiental nas escolas, foi iniciada uma campanha, através dos meios de comunicação e da distribuição de cartilhas explicativas, visando abranger toda a população. Nessa campanha a árvore foi utilizada como imagem simbólica da relação entre a separação dos materiais recicláveis e a conservação do meio ambiente. Eram divulgados dados como o que anunciava que "50 quilos de papel correspondem a uma árvore" e que portanto "50 quilos de papel produzidos com papel reciclado salvam uma árvore".

Na prática, caminhões especiais passaram a coletar os materiais recicláveis em dias alternados, além da continuidade da coleta feita pelos catadores de papel ("Carrinheiros"). A destinação final deste lixo é a Usina de Valorização de Rejeitos, instalada no núcleo agrícola da Fundação Rural de Educação e Integração (FREI-FAS). Lá os internos separam o material reciclável para ser revendido às indústrias. Os valores arrecadados são utilizados na assistência social à instituições que abrigam pessoas desamparadas: deficientes, idosos e crianças.

Do total de 950 toneladas/dia de lixo coletado no início de 1992, 150 toneladas eram coletadas já separadas: "30 toneladas/dia pela Prefeitura e 120 pelos 'carrinheiros'". Estas quantidades representam 3.000 m³/dia ou 78.000 toneladas/mês que deixam de ser dispostos no aterro sanitário". Por outro lado, essas 150 toneladas totalizavam, no início de 1992, 50% de todo o material reciclável existente no lixo coletado diariamente.⁹¹ Em julho de 1992 anunciava-se que "a população de Curitiba, hoje, separa 20% de seu lixo bruto, que equivale a 50% do material reciclável

⁹¹ Prefeitura Municipal de Curitiba/Universidade Livre do Meio Ambiente (ULMA). **Boletim Desenvolvimento urbano e meio Ambiente.** Ano I, n.2, jan./fev. 1992.

jogado fora. O índice apesar de ser o mesmo da Alemanha, ainda não é satisfatório para a Prefeitura, que pretende ampliar a penetração do programa" (Gazeta do Povo. 19 de julho de 1992. p. 17).

O outro programa de coleta alternativa do lixo ("Compra do lixo") teve início em janeiro de 1989. Voltado para as áreas de ocupação de fundo de vale e demais áreas de subabitação, tinha como diretriz mais ampla a viabilização do saneamento básico nessas áreas. Ou seja, coleta do lixo e conseqüentemente desassoreamento dos rios e córregos, além da diminuição da incidência de epidemias causadas pelo contato direto com ratos, moscas e mosquitos.

A "Compra do lixo" significa, na verdade, uma atividade de "troca" entre a Prefeitura e os habitantes das áreas atingidas pelo programa. Por isso o programa foi também chamado de "Câmbio Verde". A forma como a construção das moradias estão dispostas nestas áreas impede o acesso aos caminhões de coleta normal do lixo. Buscou-se então uma forma alternativa de coleta que permitisse a retirada do lixo que comumente era depositado no leito dos rios e córregos ou ao redor das moradias.

Para isso era preciso contar com a conscientização e participação da própria comunidade. Enquanto essa conscientização não existisse era preciso criar um incentivo direto, na forma de pagamento. Com a introdução da educação ambiental (via PIA) acredita-se que esse "pagamento" possa ser suspenso, permanecendo a coleta como decorrência da conscientização dos moradores.

Inicialmente a Prefeitura determinou um local em cada comunidade onde os moradores deveriam levar o lixo coletado para ser trocado. Cada saco de lixo de 60 quilos era trocado por um vale-transporte. Mais tarde o vale-transporte foi substituído por dois quilos de hortifrutigranjeiros - visando um melhor aproveitamento das constantes supersafras desses produtos no "cinturão verde" da cidade. A

participação de cada comunidade nesse programa implica na sua representação através de uma Associação de Moradores, constituída legalmente. Estas associações recebem da Prefeitura um adicional em dinheiro de 10% sobre o total pago aos moradores em produtos.

Para a concepção do programa "Compra do lixo" partiu-se do seguinte raciocínio: "todo o lixo recolhido convencionalmente tem um custo. Bastava calcular quanto custava cada quilo de lixo recolhido e que era pago à empresa que faz a coleta convencional. Definido esse valor, ele passaria a ser pago aos moradores que levassem o lixo que produziam a um local previamente estabelecido, onde fosse possível a sua coleta".⁹² No final de 1992, cinqüenta e cinco comunidades estavam integradas ao programa "Compra do lixo", envolvendo mais de 10 mil famílias.

O processo de implementação desse programa envolveu as secretarias do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Social e da Saúde. A Secretaria da Saúde teve papel importante na viabilização das diretrizes propostas. Sobretudo, pelas suas ações de vigilância epidemiológica. Através de levantamentos para o controle das doenças epidêmicas, esta secretaria vinha diagnosticando, naquelas áreas não atendidas com coleta do lixo, uma alta incidência de doenças infecciosas e parasitárias. Elas eram causadas por mosquitos, moscas e ratos - principalmente entre as crianças.

Dessa constatação surgiu o desenvolvimento de um trabalho conjunto entre as secretarias do Meio Ambiente e da Saúde. Propôs-se um conjunto de ações direcionadas não para tratar as consequências da falta de saneamento, mas suas causas. Essas ações foram facilitadas com a criação, na Secretaria da Saúde, do Departamento de Saúde Ambiental. A partir da municipalização do sistema de saúde,

⁹² IPPUC. *Memória da Curitiba Urbana*. Curitiba, v.8, jan. 1992. p. 86

à Secretaria da Saúde coube a competência para executar no município as ações de vigilância sanitária, de saneamento ambiental e de controle de zoonoses e vetores.

Criado em 1991, o Departamento de Saúde Ambiental tinha como principais atribuições, em nível local: 1) Rever, em conjunto com a equipe regional, os fatores de risco de seu território, incluindo a ótica do risco potencial; 2) Integrar as ações do Departamento de Saúde Ambiental ao planejamento local, podendo haver definição de novas prioridades; 3) Realizar enfrentamento de problemas contínuos e ocasionais em saúde ambiental, em conjunto com a equipe regional; 4) Participar do encaminhamento e avaliação das ações desenvolvidas retroalimentando o planejamento local, subsidiando o regional; 5) Participar das reuniões dos Conselhos Locais de Saúde para planejamento conjunto das ações.⁹³

No horizonte do trabalho a ser desenvolvido nas comunidades estava a concepção de que "a visão fragmentada do meio ambiente pode ser resgatada e reestabelecida incorporando a responsabilidade territorial. Isto permite que cada instância conheça seu micro-sistema e o correlacione com o macro-sistema. Responsabilidade territorial significa conhecer, construir, preservar a área de coexistência, conhecer também direitos e limitações, atuação de cada instância, comunidade e Estado. É saber que responsabilidade individual não entra em conflito com intervenções de instituições públicas, mas que estas, se integram".⁹⁴

Desse trabalho em saúde ambiental resultou uma considerável diminuição no índice de mortalidade infantil. De 26,58 por mil nascidos vivos em 1991, passou para 20,03 por mil nascidos vivos em 1994. Sendo que do total de óbitos

⁹³ Prefeitura Municipal de Curitiba/Secretaria Municipal da Saúde. Departamento de Saúde Ambiental. Documento. s. d. p.8

⁹⁴ Prefeitura Municipal de Curitiba/Secretaria Municipal da Saúde. Departamento de Saúde Ambiental. Documento. s. d. p.9

infantis ocorridos no primeiro ano de vida em 1991, 15,8% tiveram como causa as doenças infecciosas e parasitárias. Já as doenças do aparelho respiratório foram responsáveis por 11,5% das mortes. Entre as crianças de 1 a 4 anos de idade, o índice de mortalidade em 1991 foi de 1,05 por mil, sendo que as doenças do aparelho respiratório foram responsáveis pelo segundo maior percentual de mortes e as doenças infecciosas e parasitárias pelo terceiro maior percentual (Fonte: Secretaria Municipal da Saúde).

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL: CONSCIÊNCIA ADQUIRIDA, LIMITES ASSEGURADOS

Se, por um lado, durante a terceira gestão Lerner buscou-se viabilizar uma política ambiental capaz de promover a tomada de consciência dos cidadãos em relação à condição de co-responsáveis pela qualidade de vida da cidade, por outro, tornou-se necessário criar uma legislação atual e dinâmica que acompanhasse esse processo. Partiu-se do pressuposto de que "uma legislação sem consciência é violada todo dia. Uma consciência, mesmo sem legislação, preserva tanto quanto é possível. Bom é uma consciência consolidada com uma legislação".⁹⁵

Um primeiro empenho em se contemplar numa mesma lei todas as variáveis que devem determinar o campo de ação governamental na área ambiental, ocorreu em 1990. Naquele ano o Executivo sancionou com veto a Lei 7447/90, baseada no Projeto de Lei 85/88 (aprovado na Câmara Municipal de Vereadores) que dispunha sobre a condução da política ambiental no município. Nela observa-se uma tendência para a consolidação de uma política ambiental preventiva para a cidade.

⁹⁵ Entrevista de Jaime Lerner à *Revista Ecologia e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Ano I, n.3, mai. 1991. p.28

Esse caráter pró-ativo presente na Lei 7447/90 ficava evidente em artigos como o que determinava que deveria haver "estimulo cultural à adoção de hábitos, costumes, posturas e práticas sociais e econômicas não prejudiciais ao meio ambiente". Também mencionava-se a necessidade de se garantir em níveis crescentes a saúde ambiental das coletividades humanas e dos indivíduos, "inclusive através do provimento de infra-estrutura sanitária e de condições de salubridade das edificações, vias e logradouros públicos". Igualmente mencionava-se a necessidade de se "exigir a prévia autorização ambiental municipal para a instalação de atividades, fabricação e serviços, que de qualquer modo influenciam o meio ambiente mediante a apresentação de análise de risco e estudo de impacto ambiental".

Por outro lado a Lei 7447/90 determinava a criação do Conselho Municipal do Meio Ambiente, cuja finalidade deveria ser a de "assessorar, estudar e propor ao Prefeito Municipal diretrizes políticas governamentais para o meio ambiente e deliberar, no âmbito de sua competência sobre as normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida".

Em relação à angariação de recursos para aplicação em projetos de interesse ambiental, ficava determinada a criação do Fundo Municipal de Meio Ambiente. Seus recursos deveriam provir de dotações orçamentárias, da arrecadação de multas previstas em lei e das contribuições, subvenções e auxílios da União, do Estado, do Município e de suas respectivas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações (Art. 54).

A educação ambiental também mereceu destaque. O artigo 57 da referida lei determinava a sua promoção "na rede escolar do município, através de atividades extra-curriculares e através de conteúdo de programas que despertem nas crianças a consciência da preservação do meio ambiente". Além das escolas, a

educação ambiental deveria ser promovida "junto à comunidade pelos meios de comunicação e através de atividades dos órgãos e entidades do município".

A Lei 7447/90 permaneceu em vigência até o final de 1991. Em dezembro daquele ano o Prefeito Municipal (Jaime Lerner) sancionou a Lei 7833/91, ficando revogada a Lei 7447/90. A Lei 7833/91 foi apresentada como "a nova lei do meio ambiente de Curitiba", cuja inovação anunciada era a de apresentar "um melhor ajuste dos instrumentos de aplicação da política municipal de meio ambiente, possibilitando a melhor execução da lei".⁹⁶ Nela o conteúdo da lei anterior foi mantido, com alterações em determinados artigos e supressões e/ou acréscimos em outros.

Nesse sentido, além de manter aquelas disposições de interesse local e aqueles instrumentos da política ambiental presentes nos capítulos da lei anterior (7447/90), criaram-se novos capítulos. É o caso do capítulo VI ("Áreas de Uso Regulamentado e Unidades de Conservação") e do capítulo VII, dedicado aos "Setores Especiais de Fundo de Vale e Faixas de Drenagem" - inseridos no título que cuida das "Áreas de Intervenção".

Conforme o artigo 29 do capítulo VII, "os Setores Especiais de Fundo de Vale são constituídos pelas áreas críticas localizadas nas imediações ou nos fundos de vale, sujeitos à inundação, erosão ou que possam acarretar transtornos à coletividade através de usos inadequados". Por outro lado, são consideradas Faixas de Drenagem "as faixas de terreno compreendendo os cursos d'água, córregos ou fundos de vale, dimensionados de forma a garantir o perfeito escoamento das águas pluviais das bacias hidrográficas".

O parágrafo único do artigo 28 do capítulo VI, sobre as "Áreas de Uso Regulamentado e Unidades de Conservação", assegura que "as áreas especialmente

⁹⁶ Prefeitura Municipal de Curitiba/Universidade Livre do Meio Ambiente (ULMA). **Boletim Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente**. Ano I, n.2, jan./fev. 1992. p.1

protegidas são consideradas patrimônio culturais, e destinadas à proteção do ecossistema, à educação ambiental, à pesquisa científica e à recreação em contato com a natureza".

Partindo dessa determinação, assegurada em lei, novos bosques e parques públicos foram criados. O primeiro bosque criado a partir de 1989 foi o Bosque Gutierrez, com 18.000 m². Nele foi erguido um memorial em homenagem ao líder ambientalista Chico Mendes, assassinado naquele ano. No ano de 1989 foi criado também o Bosque Reinhardt Maack, com 78.000 m². Seu nome é uma homenagem ao cartógrafo alemão radicado no Brasil que descobriu o Pico do Paraná - o ponto mais alto do Estado. Outro bosque foi criado em 1992: o Bosque Zaninelli, com 37.065 m², onde passou a funcionar a Universidade Livre do Meio Ambiente.

Entre os parques públicos criados está o Parque da Pedreira, com 103.500 m². É também chamado de "Pedreira Paulo Leminski" - homenagem ao poeta descendente de imigrantes poloneses, falecido em 1989. Ocupando o espaço onde funcionava uma antiga usina de asfalto da Prefeitura, a "Pedreira Paulo Leminski" é hoje um dos mais concorridos espaços culturais da cidade. O espaço dedicado a grandes concertos é cercado de paredes rochosas, contando com uma quase perfeita acústica. Além deste espaço para grandes concertos, o Parque da Pedreira abriga ainda a Ópera de Arame, anfiteatro idealizado para espetáculos menores e para atividades populares locais.

Outro parque público criado em 1991 foi o Parque Municipal do Passaúna. Com 6.500.000 m² tornou-se o segundo maior parque da cidade em extensão territorial. Sua criação aconteceu em meio a um processo mais amplo de preservação ambiental. Ou seja, a partir de 1989 as áreas de mananciais e parques lineares passaram a ser institucionalizadas por meio de decretos específicos, configurando essas áreas como Áreas de Proteção Ambiental (APAs). Nesse sentido,

em 1989 a área da Bacia Hidrográfica do Passaúna, localizada no município de Curitiba, foi decretada como Área de Proteção Ambiental (Decreto 80/91). O mesmo decreto estabeleceu a criação do Parque Municipal do Passaúna - destinado a proteger a Represa do Passaúna (responsável por 1/3 da água consumida em Curitiba), além da proteção da flora e fauna existente no local (ver mapa 5, em anexo).

Além dos novos bosques e parques públicos, também foi criado o Jardim Botânico de Curitiba. Ocupando uma área de 278.000 m², passou a abrigar o Museu Botânico Municipal, fundado em 1965 e único do país administrado por uma Prefeitura. Um dos seus principais objetivos é a preservação amostral das espécies que formam a flora nativa paranaense. Nesse sentido, a própria mata nativa da área foi preservada no projeto de criação do Jardim Botânico. No seu aspecto paisagístico a área do Jardim Botânico passou a ser um dos pontos turísticos da cidade, ao apresentar jardins em estilo francês e uma estufa composta por três abóbadas que lembram uma nave.

A CIDADE ILHADA: CURITIBA NO FUTURO E OS FUTUROS DESAFIOS

Ao unificar numa mesma lei os conceitos, normas e exigências que já vinham fazendo parte do universo das ações governamentais ao longo da evolução da política ambiental no município, criaram-se as condições para um efetivo controle ambiental do ecossistema urbano - capaz de assegurar, na prática um elevado padrão de qualidade de vida aos curitibanos. Essa possibilidade tornou-se ainda mais evidente no ano de 1992, quando foi anunciado o início de um programa de saneamento ambiental que engloba toda a Região Metropolitana de Curitiba. Trata-se do Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba (PROSAM).

O PROSAM é um amplo programa idealizado para promover o saneamento ambiental em toda a RMC. Objetiva reverter o seu quadro de degradação ambiental - iniciada na década de 70 com a ocupação desordenada das áreas de mananciais e fundos de vale, como vimos no capítulo 3. No território curitibano, a intenção inicial é acabar com dois problemas ambientais históricos: a deficiência de saneamento básico e as freqüentes enchentes. Para isso foram iniciados os serviços de drenagem que prevê a construção de pontes, galerias celulares (travessias de ruas) e galerias tubulares (águas pluviais). Além disso três novos parques lineares, com ciclovias, deverão ser criados. Também há previsão para a instalação de um incinerador de lixo hospitalar que atenda Curitiba e RMC. Para agilizar esses projetos a gestão iniciada em 1993 criou a Secretaria Municipal de Saneamento e a Secretaria Extraordinária de Assuntos Metropolitanos.

O financiamento do PROSAM é oriundo do BIRD - Banco Mundial, dentro de sua política de financiamento a projetos ambientalistas nos países em desenvolvimento. Outros recursos serão provenientes do Ministério da Ação Social; do Estado do Paraná e da Prefeitura Municipal de Curitiba. Sendo que do total de US\$ 246 milhões previstos, US\$ 106 milhões serão oriundos do BIRD - Banco Mundial, US\$ 30 milhões do Ministério da Ação Social (a fundo perdido) e o restante, de recursos próprios do Estado paranaense e da Prefeitura Municipal de Curitiba (Gazeta do Povo, 19 de maio de 1992).

Composto por vários subprojetos e envolvendo as diversas prefeituras metropolitanas, ao término de cinco anos o PROSAM objetiva estabelecer uma ampla transformação do perfil sócio-ambiental da RMC. Cerca de 1.600 famílias que habitam as áreas de mananciais deverão ser reassentadas, devendo ser feito ali a recomposição florestal necessária. Com isso deverá haver condições de proteger os

atuais mananciais de abastecimento (Iguaçu e Passaúna), garantindo a qualidade da água a ser consumida até o ano de 2020.

Por outro lado deverá haver a eliminação dos "lixões" e a construção de um novo aterro sanitário, além da implantação generalizada de redes de esgoto. O objetivo é reverter o atual quadro de poluição dos rios, estabelecer um melhor gerenciamento dos resíduos sólidos e elevar o índice de coleta e tratamento de esgoto em toda a RMC. A previsão é de que Curitiba passe a contar com cerca de 80% de seu esgoto coletado e tratado. Atualmente 47% do seu esgoto sanitário doméstico é coletado e apenas 23% é tratado (Fonte: SANEPAR).

Todo o processo de saneamento ambiental da RMC deverá ser acompanhado de um amplo programa de educação ambiental que possibilite à população o acompanhamento e entendimento das mudanças ambientais processadas. É o caso, por exemplo, do incentivo à mudança do padrão de uso do solo nas áreas rurais. Ali deverá haver a disseminação de técnicas agrícolas não-poluíntes e de controle do uso do solo.

Esse cenário ambiental que se perfila para Curitiba e RMC no início do terceiro milênio, aponta para o alcance de um novo estágio na sua política de planejamento: a adoção de um planejamento integrado, abrangendo toda a RMC. As condições sócio-políticas para o alcance desse novo estágio começaram ganhar forma com a constatação da disparidade, cada vez maior, entre a qualidade de vida em Curitiba e a existente nos municípios ao seu redor.

Tal disparidade começou a se acentuar a partir da segunda metade da década de 70, como vimos no capítulo 3. Em função do grande êxodo rural ocorrido no Paraná nesse período, um grande contingente de imigrantes do interior do Estado acabou se localizando em áreas da RMC desaconselháveis à habitação, sujeitas à

degradação ambiental. Parte considerável do território metropolitano passou a conviver com o risco iminente do desequilíbrio do seu ecossistema natural.

Trata-se das áreas de mananciais que representam aproximadamente 70% do território metropolitano. É o caso, por exemplo, da bacia do Alto Iguaçu - responsável pela oferta de 60% do sistema de abastecimento para a RMC. "Nessa área, existem aproximadamente 40.000 lotes vagos, regularmente aprovados, que representam uma ameaça de poluição potencial caso sejam ocupados".⁹⁷

Nas áreas de consolidação urbana, "há 25.300 lotes dos quais 60% são ocupados; nas áreas de reversão de uso, portanto de maior risco, há 21.000 lotes dos quais 20% edificadas. As áreas invadidas na RMC absorvem 22.574 habitações em 313 locais, correspondendo a aproximadamente 92.000 pessoas em 6.783.284 m²".⁹⁸ Além disso, a RMC responde por 45% da atividade mineral do Estado (não-metálicos para indústria cimenteira, cerâmica, construção civil e uso agrícola). Tais atividades, por vezes se dão na clandestinidade facilitada pela falta de fiscalização e regulamentação, em empreendimentos de pequeno porte, e com tecnologias inadequadas".⁹⁹

A constatação dessas atuais condições ambientais da RMC vem impactando a opinião pública, através dos meios de comunicação locais. A idéia é de que Curitiba não pode mais continuar sendo uma "ilha de bem-estar", cercada por gritantes

⁹⁷ Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU/Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC. **Gestão do saneamento e do meio ambiente urbano na Região Metropolitana de Curitiba**. Curitiba, ago. 1994 (versão preliminar). p.3

⁹⁸ Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU/Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC. **Gestão do saneamento e do meio ambiente urbano na Região Metropolitana de Curitiba**. Op. Cit. p. 3

⁹⁹ Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU/Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC. **Gestão do saneamento e do meio ambiente urbano na Região Metropolitana de Curitiba**. Op. Cit. p.3-4

deficiências sócio-ambientais: "é preciso que tudo aquilo que representa o processo de gerenciamento ambiental integrado de Curitiba seja levado aos demais dezessete municípios da RMC, a fim de que possamos superar nesta parte do território paranaense as gritantes disparidades que separam essas populações unidas no contexto geográfico. O privilégio de se viver bem em Curitiba precisa ser distribuído pela Região Metropolitana" (Gazeta do Povo, 01 de abril de 1993. Editorial).

Ao mesmo tempo que os meios de comunicação vêm buscando formar uma opinião pública favorável à integração do planejamento metropolitano, também os "policy-makers" locais têm demonstrado sensibilidade para a questão: "o mais importante é que ainda não há comprometimentos definitivos da região metropolitana. Nenhum de seus problemas é irreversível. Através de bons e criativos projetos e acima de tudo vontade política é possível ter uma área planejada e viabilizada. Se isso ocorrer - e é preciso encarar como um desafio - podemos caminhar no sentido de dar mais um exemplo: fazer da Região Metropolitana de Curitiba a de melhor qualidade de vida do país".¹⁰⁰

Ainda que o PROSAM não venha a se viabilizar totalmente, resta a proposta nele contida: a de tratar de forma integrada os problemas ambientais metropolitanos. Na verdade, vem se tornando cada vez mais consensual a idéia de que os municípios-núcleos das metrópoles não podem mais continuar tratando seus problemas ambientais isoladamente. Isto porque, problemas como os de poluição atmosférica e hídrica, disposição dos resíduos sólidos e outros, ultrapassam suas fronteiras geopolíticas. Sendo assim, é preciso viabilizar a criação de planos regionais de ação, cujas diretrizes contemplem o conjunto dos municípios e viabilizem o controle ambiental das regiões metropolitanas como um todo.

¹⁰⁰ DELY, Rafael. A Região Metropolitana de Curitiba. Artigo publicado no jornal **Gazeta do Povo** em 21 de julho de 1992. Sobre o autor, ver nota 27 do capítulo 2.

Certamente, um empreendimento dessa natureza encontra uma série de restrições. Por um lado, as agências estaduais e municipais ligadas à questão ambiental ainda agem isoladamente. Raramente há intercomunicação entre elas. Cada uma elabora seus projetos isoladamente, embora sejam direcionados para um mesmo alvo. Por outro lado, este isolamento é observado também entre as próprias secretarias e outros órgãos diretamente ligados à questão ambiental em cada uma destas esferas de governo.

Decorrente de uma cultura de administração pública compartimentalizada, cada política pública é elaborada isoladamente através de secretarias específicas. Por conta disso, não raras vezes, observamos a inversão de recursos e a sobreposição de projetos para tratar de uma mesma questão. A elaboração de políticas ambientais, pelo seu caráter recente, depara-se ainda com a falta de percepção e consciência da abrangência da questão ambiental.

Diante disso, ao invés da formulação de políticas ambientais que privilegiem os aspectos sócio-econômicos e culturais, envolvendo as várias secretarias afins, temos tido até o momento a formulação de políticas ambientais restritas às respectivas "Secretarias do Meio Ambiente" e contemplando, com raras exceções, apenas os aspectos bio-físicos. A tomada de consciência dessas restrições, é o primeiro passo para que possa haver de fato um planejamento ambiental regionalizado, integrado e viável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que os grandes acontecimentos históricos raramente têm apenas uma causa e uma única explicação. É típico deles resultarem da convergência de um bom número de desenvolvimentos individuais e independentes.

Peter Drucker

↵ O atual estágio alcançado por Curitiba no equacionamento do binômio desenvolvimento urbano/meio ambiente não é resultado apenas de um planejamento racional e tecnicamente perfeito ou apenas de um período político - administrativo. Tampouco deve-se ao fato de Curitiba ser uma cidade "diferente", com problemas sócio-ambientais menores que as demais metrópoles brasileiras. No seu conjunto o presente estudo permite constatar que este atual estágio é resultado de um processo histórico de sucessivas ações governamentais - determinadas por um conjunto complexo de condições históricas, culturais, políticas e sócio-econômicas. ↘

Constatamos que a cidade de Curitiba sofreu até mais que outras capitais, os reflexos do processo de urbanização acelerada ocorrido no Brasil a partir da segunda metade deste século. Sua base estrutural foi modificada várias vezes durante seu período histórico mais recente. Primeiro com a chegada de um grande contingente de imigrantes no final do século XIX, depois com as sucessivas duplicações decenais de sua população a partir da década de 50.

Assim o que há de "diferente", de específico, de singular em Curitiba é a forma como os problemas sócio-ambientais foram enfrentados nas sucessivas gestões municipais - notadamente a partir do início da década de 70. Nesse sentido,

vale ressaltar a já difundida vontade política dos governantes curitibanos na busca de medidas visando o controle e ordenamento do crescimento da cidade.

Esse tradicional empenho dos governantes curitibanos em controlar o uso social do espaço urbano assumiu diferentes características ao longo do tempo. Até os anos 40 as tentativas de ordenar o crescimento da cidade estavam direcionadas para a manutenção da estética urbana. Elas seguiam uma dupla orientação: por um lado, o controle social sobre o uso do espaço urbano era efetuado através de um rigoroso Código de Posturas. O não-cumprimento implicava em punições e multas. Por outro lado, havia o incentivo (via isenção de impostos e prêmios) às ações espontâneas da população que se adequassem a esse código.

A partir da década de 40 o processo de controle social sobre o uso do espaço urbano assumiu uma nova dinâmica. A preocupação com a manutenção da estética urbana cedeu lugar à preocupação de se planejar a cidade, seguindo-se os fundamentos científicos da moderna teoria urbanística. O primeiro plano urbanístico (Plano Agache) não teve todas as suas diretrizes implementadas. Porém, foi a partir dele que se formaram as pré-condições para o desencadeamento de um planejamento global da cidade, a partir da década de 60. O Plano Agache marcou o período de institucionalização do urbanismo em Curitiba.

Nesse período o rigor punitivo do Código de Posturas deixou de ser, por si só, o elemento assegurador da utilização adequada do espaço urbano. Ao se institucionalizar o urbanismo no município, passaram a ser criados órgãos responsáveis pelo ordenamento e uso racional do espaço urbano. Ao mesmo tempo, um novo Código de Posturas foi elaborado. Ao contrário dos anteriores, esse novo código aproximou suas normas à realidade ambiental da cidade, permitindo um maior dinamismo e operacionalidade no controle ambiental.

Essa nova reestruturação jurídico-institucional ganhou novo impulso a partir da década de 60, quando o planejamento da cidade foi institucionalizado enquanto um processo, passível de intervenções ao longo do tempo. Ao invés de seguir a tendência racional-tecnicista que fundamentava os planos no país, em Curitiba as diretrizes do novo plano urbanístico consideraram os valores culturais e históricos da cidade no conjunto das transformações desejadas. Procurou-se não só reorganizar o espaço físico da cidade, mas também sistematizar e canalizar o potencial cultural da população para o projeto de uma nova vida coletiva.

Para isso, buscou-se resgatar a memória da cidade: as tradições culturais e históricas que marcaram a sua formação e desenvolvimento. Entendia-se que quanto maior for o conhecimento que cada habitante tiver da cidade, maior será o sentimento de "pertencer", de "identificação" à ela. Por conseguinte, maior será o seu envolvimento na conservação do meio ambiente: "quanto mais o cidadão conhece sua cidade mais se identifica com ela e mais interesse tem em sua qualidade de vida". Esse sentimento de "pertencência", de "identificação" era tido como ponto fundamental. Acreditava-se que sua presença entre os habitantes asseguraria o sucesso das políticas deliberadas para a cidade.

De fato, uma nova cultura cívica passou a ganhar forma entre os curitibanos. De uma relação desinteressada e despersonalizada com a cidade, a população (especialmente a classe média) passou a "assumir a cidade", envolvendo-se na conservação da sua qualidade de vida. Na verdade, ao propor à população o papel de protagonista na determinação da qualidade de vida da cidade, criou-se as condições para a construção social de uma identidade local, de uma "curitibanidade", evidenciada no modo de ser, viver e conceber a cidade que o curitibano vem apresentando desde a década de 70.

A partir desse período, quando se institucionalizou a questão ambiental no município, também se institucionalizou essa relação de co-responsabilidade entre Prefeitura e população na conservação e elevação da qualidade de vida da cidade. A legislação ambiental elaborada a partir desse período, ao mesmo tempo que manteve o tradicional rigor no controle do meio ambiente, passou a incentivar a participação da população em atividades de conservação do ecossistema urbano. Além disso, buscou-se sempre envolver a população em campanhas e programas, cuja finalidade era despertar a consciência ambiental. Seja nas campanhas de arborização na década de 70, seja nas campanhas de limpeza pública e arborização da cidade na década de 80.

Durante a terceira gestão Lerner a institucionalização dessa relação de co-responsabilidade no controle ambiental ganhou novo impulso. Por um lado, através da institucionalização da educação ambiental, cuja finalidade era levar a população a conhecer os problemas ambientais da cidade e integrar-se com a Prefeitura na busca de suas soluções. Por outro lado, através dos programas ambientais, os quais para obter êxito dependiam da participação direta da população.

Num sentido mais amplo, o período da terceira gestão Lerner (1989-1992) marcou a consolidação e legitimação do processo de controle ambiental da cidade. Toda a experiência potencial produzida nos últimos vinte anos no gerenciamento ambiental foi resgatada. Ou seja, toda a experiência acumulada em termos jurídico-institucional e de consciência ambiental da população foi resgatada e readequada para o momento presente.

A atenção mundial que passou a ser dada à problemática ambiental urbana no final da década de 80 também contribuiu para a definição desse padrão de gestão ambiental na terceira gestão Lerner. A formação de um clima de debates e busca de novas experiências em gestão ambiental urbana permitiu uma inédita partilha de experiências entre as cidades de todo o mundo. Diante desse clima, a terceira

gestão Lerner não só buscou incrementar suas ações na área ambiental, como também passou a apresentar em nível internacional as experiências realizadas em Curitiba.

Isso permitiu que Curitiba assumisse, junto com outras cidades de várias partes do mundo, a posição de referência em gestão ambiental urbana - não só para as cidades do hemisfério Sul, mas também para as cidades do hemisfério Norte. Com isso Jaime Lerner, na condição de responsável por grande parte das transformações ocorridas nas últimas 2 décadas em Curitiba, emergiu entre as autoridades mundiais mais prestigiadas e respeitadas que vêm discutindo e apresentando propostas para o tratamento dos problemas ambientais urbanos.

Tendo a experiência de Curitiba como parâmetro, Lerner acredita que todas as cidades podem atingir o mesmo nível de qualidade de vida curitibano, independentes dos seus desenvolvimentos urbanos passados. O que é necessário é *iniciar* o processo de mudanças. Nesse sentido, acredita no efeito multiplicador: as ações adotadas em Curitiba influenciariam outros municípios e estes por sua vez influenciariam outros, numa espécie de "efeito dominó".

Contudo, esse efeito multiplicador é ainda incipiente na própria Região Metropolitana de Curitiba. Como vimos, embora existam vários problemas comuns entre Curitiba e os demais municípios metropolitanos (saneamento básico, segurança, habitação e outros) pouco ou quase nada tem sido feito no sentido de estender as experiências curitibanas a esses municípios. O Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba (PROSAM) aparece como uma primeira tentativa mais concreta.

O fato é que a concepção da região metropolitana como uma realidade política e sócio-ambiental, que deve ser tratada na sua globalidade, não foi até o momento assimilada pelos vários municípios que a compõem. Esta constatação realça a tese, cada vez mais consensual, de que os municípios-núcleos das metrópoles

não poderão mais se preocupar em resolver apenas os seus próprios problemas sócio-ambientais, uma vez que estes não se circunscrevem apenas aos seus limites geopolíticos. É toda a região metropolitana que precisa e deve ser considerada.

Nessa perspectiva, o gerenciamento ambiental efetivo das regiões metropolitanas neste final de século e início do terceiro milênio dependerá de um novo modelo de gestão ambiental. Nele não poderá ser privilegiado apenas o município-núcleo. Todo o conjunto de municípios que as compõem deverá ser considerado. Por outro lado, não poderá ser privilegiado apenas o meio ambiente bio-físico. Também deverá ser levado em consideração os aspectos culturais e sócio-econômicos, num processo que possibilite uma mudança de percepção e valores em relação ao meio ambiente. Trata-se de colocar em prática um conjunto de medidas que contemplem e estimulem novos arranjos sócio-ambientais, novas relações de consumo, novos valores éticos e culturais e, no limite, uma nova maneira de conceber e viver nas metrópoles.

Não se propõe, obviamente, um desenvolvimento urbano padronizado. Ao contrário. As possibilidades de desenvolvimento urbano são particulares à cada cidade. Cada uma delas tem sua paisagem, sua história, seu perfil cultural. O que pode e deve ser estimulado é a partilha, entre elas, de experiências inovadoras e bem-sucedidas no tratamento da problemática ambiental urbana.

Diante deste potencial latente, se configura um novo papel para as metrópoles do terceiro milênio: o de serem o campo central da política prática, das ações práticas transformadoras. Curitiba e várias outras cidades em todo o mundo já começaram a entrar em cena.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ACOT, Pascal. **História da ecologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- 2 ANGULO, Rodolfo J. Ecologia e recursos naturais no Paraná. IPARDES. **Boletim Análise Conjuntural**, Curitiba, v. 12, n. 9-10, p. 8-10, set/out. 1990.
- 3 ANTONINI, Luciana; RODRIGUES, José Eduardo R. O município e a questão do meio ambiente. **Revista CEPAM**, São Paulo, ano II, n. 1, p. 19-22, jan./mar. 1991.
- 4 ASSIS, Luis F. S. Meio ambiente e políticas públicas. Trabalho apresentado no seminário "Diretrizes de ação para o meio ambiente no Brasil". Brasília, 24 a 25 de novembro de 1992. Mimeo, 38 p.
- 5 AZEVEDO, Sérgio de; PRATES, Antonio A. P. Planejamento participativo, movimentos sociais e ação coletiva: a questão do Estado e populações periféricas no contexto brasileiro. Caxambu: ANPOCS, 1990. Mimeo, 40 p.
- 6 BALLESTEROS, Raul B. La incorporación jurídica de la dimensión ambiental en la planificación del desarrollo. In: SUNKEL, Osvaldo (org.). **La dimensión ambiental en la planificación del desarrollo**. Buenos Aires: GEL, 1986, p. 91-107.
- 7 BARONI, Margaret. Notas sobre planejamento ambiental e regionalização. **Revista POLIS**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 110-114, 1991. Edição especial ECO-92.
- 8 BATLEY, Richard. Política urbana e burocrática no Brasil. **Espaço & Debate: Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, n. 8, p. 5-29, jan./abr. 1983.
- 9 BICCA, Paulo R.S. Brasília: mitos e realidades. In: PAVIANI, Aldo (Org.). **Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão**. São Paulo: Projeto, 1985.
- 10 BIRK, Mia L; BLEVIS, Deborah L. The Curitiba mass transit system: the honorable Jaime Lerner. In: BIRK, Mia L; BLEVIS, Deborah L. (eds.). **Driving new directions: transportation experiences and options in developing countries**. Washington: IIEC, June, 1991, p. 85-90.
- 11 BOLAFFI, Gabriel. Planejamento urbano: reflexão sobre a experiência recente. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 4, p. 50-53, nov. 1982.
- 12 BROW, Lester R. O início da revolução ambiental. In: BROW, Lester R. (org.). **Qualidade de vida, 1992: Salve o planeta! Worldwatch Institute**. São Paulo: Globo, 1992.
- 13 BURSZTYN, Marcel. Estado e meio ambiente no Brasil. In: BURSZTYN, Marcel. (org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 83-101.

- 14 CARDOSO, Alcina de L; ARAUJO, Silvia P. de. **Primeiro de Maio - cem anos de solidariedade e luta.** Curitiba, Beija-Flor, 1986.
- 15 CERNEA, Michael. Como os sociólogos vêem o desenvolvimento sustentável. **Revista Finanças & Desenvolvimento/ FGV**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p.11-13, out./1993.
- 16 CHOAY, Françoise. **O urbanismo: utopias e realidades.** São Paulo: Perspectiva, 1979.
- 17 COCHRANE, Allan. The changing State of local government: restructuring for the 1990s. **Revista Public Administration**, London, V. 69, p. 281-302, autumn, 1991.
- 18 COELHO, Edmundo C. (Coord.). **Dimensões do planejamento urbano: o caso de Curitiba.** Rio de Janeiro: Minter/Iuperj, 1974
- 19 ----- Da ignorância específica (ou da estética sociológica). In: NUNES, Edison de O. (org.). **A aventura sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 155-177.
- 20 COHEN, Michael. Política urbana e desenvolvimento econômico: uma pauta para a década de 1990. In: CONGRESSO CIDADES ANOS 90: CATÁSTROFE OU OPORTUNIDADE?, 3, 1991, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Câmara de Comércio Brasil-Canadá/IBAM, 1991. 293 p. p.23-35.
- 21 COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA PREPARAÇÃO DA CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CIMA). **Relatório do Brasil para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.** Brasília: dez. 1991.
- 22 COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD): **Nosso futuro comum.** 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.
- 23 DANIEL, Celso. Poder local no Brasil urbano. **Espaço & Debate: Revista de Estudos Regionais e urbanos**, São Paulo, n. 24, p. 26-39, 1988.
- 24 DOWBOR, Ladislaw. Autonomia local e relações intermunicipais. **Revista de Administração pública**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 203, p. 6-22, abr./jun. 1992.
- 25 ----- Descentralização e meio ambiente. In: BURSZTYN, Marcel (org.) **Para pensar o desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 103-112.
- 26 DURHAN, Eunice R. Movimentos sociais: a construção da cidadania. **Revista Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 10, p. 24-30, 1984.
- 27 ESMANHOTO, Rita; ALMEIDA, Nizan P. **A saúde das cidades.** São Paulo: Hucitec, 1989.
- 28 FACHINI, Justino. **A significação social do planejamento urbano: Estudo do caso de Curitiba.** São Paulo: 1978. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1978.

- 29 FARIA, Vilmar E. Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas. *Revista Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 29, p. 98-119, mar. 1991.
- 30 FERNANDES, Almir. **Planejamento urbano de Curitiba: a institucionalização de um processo**. Rio de Janeiro: 1979. Dissertação de Mestrado - Pós-Graduação em Engenharia/ Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- 31 ----- Planejamento urbano de Curitiba: a institucionalização de um processo. In: IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana**. Curitiba, v.4, p. 71-74, ago. 1990.
- 32 FERRAREZI, Elizabete R; BUSSOLOTTI, Maria P. C; SILVA, Regina S. Curitiba: transição pós-moderna? In: 17º ENAMPAD: Encontro Nacional de Pós-Graduação em Administração. 9. 1993. Salvador - BA. **Anais...** Salvador. ANPAD. 1993.
- 33 FERREIRA, Angela D.D. Movimentos sociais rurais no Paraná. In: FERREIRA, Angela D.D et al. **Movimentos sociais no campo**. Curitiba, Criar, 1987.
- 34 FERREIRA, Leila da C. **Estado e ecologia: novos dilemas e desafios. (A política ambiental no Estado de São Paulo)**. Campinas: 1992. Tese de Doutorado - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas / Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).
- 35 ----- Os atores e as instituições na definição da política ambiental no Estado de São Paulo. Caxambu: ANPOCS, 1992. Mimeo. 36 p.
- 36 FERREIRA, Leila da C; FERREIRA, Lúcia da C. Limites ecossistêmicos: novos dilemas e desafios para o Estado e a sociedade. In: HOGAN, Daniel J; VIEIRA, Paulo F. (orgs.). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas: UNICAMP, 1992. p. 13-36.
- 37 GABEIRA, Fernando. A idéia de um partido verde no Brasil. In: PADUA, José A. (org.). **Ecologia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: C&T/IUPERJ, 1987. p. 163-180.
- 38 GARCIA, Maysa D. **O MAB - Movimento de Associações de Bairros de Curitiba e Região Metropolitana e a construção de uma nova prática política**. Florianópolis: 1990. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política/ Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
- 39 GORE, Al. **A terra em balanço**. São Paulo: Augustus, 1993.
- 40 GUATTARI, Félix. Restauração da cidade subjetiva. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 29 jul. 1990. Caderno Idéias/Ensaios. p. 4-6.
- 41 ----- **As três ecologias**. Campinas: Papirus, 1990.
- 42 GUIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

- 43 GUIMARÃES, Roberto. P. Ecopolítica em áreas urbanas: a dimensão política dos indicadores de qualidade de vida. In: SOUZA, Amaury de. (org.). **Qualidade de vida urbana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- 44 ----- Desarrollo con equidad. Un nuevo cuento de hadas para los años 90s? **Revista Interamericana de Planificación**, Santiago, v. 23, n. 90, p. 7-76, abr./jun. 1990.
- 45 HARDOY, Jorge; SATTERTHWAITE, David E. Third World cities and the environment of poverty. In: REPETTO, Robert (coord.). **The global possible**. Yale University Press, 1985. p. 171-210.
- 46 HARVEY, David. O Pós-modernismo na cidade: arquitetura e projeto urbano. In: **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992. p. 69-96.
- 47 HENNING, Daniel H; MANGUN, Willian R. Urban and regional environmental policy. In: **Managing the environmental crisis**. Durham and London: Duke University Press, 1989. p. 147-272.
- 48 HOGAN, Daniel J. Migração, ambiente e saúde nas cidades brasileiras. In: HOGAN, Daniel J; VIEIRA, Paulo F. (orgs.). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas: UNICAMP, 1992. p. 149-170.
- 49 IANNI, Octavio. Nação e globalização. In: SANTOS, Milton et Al. (orgs.). **Fim de século e globalização**. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1993. p. 66-74.
- 50 ----- **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.
- 51 ----- Globalização: novo paradigma das ciências sociais. **Revista de Estudos Avançados-USP**, São Paulo, V. 8, n. 21, p. 147-163, mai./ago. 1994.
- 52 INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA (IPPUC). **Memória da Curitiba Urbana**. Curitiba. Vs. 1,2,3,4,5,6,7 e 8.
- 53 INSTITUTO GAIA DO BRASIL. **Sugestões para uma Curitiba ecológica**. Curitiba, jan. 1989. Mimeo.
- 54 JACOBI, Pedro. Movimentos sociais urbanos e Estado: efeitos político-institucionais da ação coletiva. Aguas de São Pedro: ANPOCS, 1987. Mimeo, 21p
- 55 KENNEDY, Paul. **Preparando para o século XXI**. Rio de Janeiro: Campus, 1993.
- 56 KLUPPEL, Nicolau I. O planejamento urbano e o meio ambiente. Prefeitura Municipal de Curitiba/Universidade Livre do Meio Ambiente. **A cidade e o meio ambiente**. 1992. (Apostila).
- 57 KOHLSDORF, Maria E. Breve histórico do espaço urbano como campo disciplinar. In: GONZALES, Suely F. N. (org). **O espaço da cidade - contribuição à análise urbana**. São Paulo: Projeto, 1985. p. 15-72.
- 58 KOWARICK, Lúcio. Cidade & cidadania: cidadão privado e subcidadão público. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 5 n. 2, p. 2-8, abr./jun. 1991.

- 59 LEÃO, Igor Z. C. C; SILVA, Kátia T.P. da. Habitação em Curitiba: alguns aspectos. IPARDES. Boletim Análise Conjuntural, Curitiba, v. 13, n. 5-6, p. 1-18, mai./jun. 1991.
- 60 LEBRET, Louis J.O. P. Princípios para a ação. São Paulo: Ed. Economia e Humanismo, 1950.
- 61 ----- O drama do Século XX. São Paulo: Duas Cidades, s.d.
- 62 ----- Suicídio ou sobrevivência do ocidente? São Paulo: Duas Cidades, 1960.
- 63 ----- Manifesto por uma civilização solidária. São Paulo: Duas Cidades, 1962.
- 64 LE CORBUSIER. Maneira de pensar o urbanismo. Europa-América, 1977.
- 65 ----- Planejamento urbano. São Paulo: Perspectiva, 1984.
- 66 LEFEBVRE, Henry. La revolution urbaine. Paris: Gallimard, 1970.
- 67 LERNER, Jaime. A cidade: cenário do encontro / The city: a setting for encounter. Curitiba: Executive, 1977.
- 68 -----Vers une nouvelle strategie de developpement urbain. In: Nouvelles de L'ecodéveloppement en marche, n.5 juin, 1978.
- 69 ----- Meio ambiente urbano. In: I Encontro Nacional de Educação Ambiental, 29 jul-3 ago. 1991, Curitiba. Anais... Curitiba: ANAMMA/SMMA/Universidade Livre do Meio Ambiente, 1991, 231 p., p. 70-79.
- 70 ----- A cidade que se recarrega. In: Prefeitura Municipal de Curitiba/Universidade Livre do Meio Ambiente. A cidade e o meio ambiente. 1992. (Apostila).
- 71 ----- Ação local, sobrevivência global. Revista Ecologia e Desenvolvimento, Rio de Janeiro, n. 14, abr. 1992.
- 72 LINCH, Kevin. A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- 73 LOUREIRO, Maria Rita; PACHECO, Regina Silva; FINGERMANN, Henrique et al. Atores e conflitos em questões ambientais urbanas. São Paulo: FGV, 1991. Mimeo. 21 p.
- 74 ----- Atores e conflitos: a formação do campo ambiental no Brasil (1972-1992). Caxambú: ANPOCS, 1992. Mimeo. 21 p.
- 75 LOWE, Marcia D. O planejamento das cidades. In: BROWN, Lester R. (org.). Qualidade de vida, 1992: salve o planeta! Worldwatch Institute. São Paulo: Globo, 1992. p. 161-182.

- 76 MAGALHÃES Filho, Francisco. Experiência paranaense de planejamento. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, CODEPAR, n.1, p. 7-19. jul./ago. 1967.
- 77 MARQUESINI, Ana Maria B. G; ZOUAIN, Deborah M. Revisitando a abordagem jurídica da questão ambiental: como as constituições Estaduais tratam o meio ambiente. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 19-49, jan./mar. 1992.
- 78 MARTINE, George. Fases e faces da modernização agrícola brasileira. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**. Rio de Janeiro: IPEA, n. 3, p. 3-43, jun. 1990.
- 79 ----- Processos recentes de concentração e desconcentração urbana no Brasil: determinantes e implicações. Brasília: ISPN, 1992. Mimeo. 29 p.
- 80 MARTINOTTI, Guido. A vida nas metrópoles de amanhã. In: **Terra, patrimônio comum: a ciência a serviço do meio ambiente e do desenvolvimento**. São Paulo: Nobel, 1992.
- 81 MARTINS, Romário. **Curitiba de outrora e de hoje**. São Paulo: Monteiro Lobato e Cia, 1922.
- 82 McCORMICK, John. **Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.
- 83 MELLO, Neli A, de. As repercussões da conferência do Rio na política ambiental dos municípios. **Revista de Administração Municipal**. Rio de Janeiro, v.40, n.207, p.6-26, abr./jun. 1993.
- 84 MELO, Marcus A. B. C. A ideologia municipalista e a genealogia da moderna gestão urbana no Brasil, 1920-1974. In: 17. ENAMPAD: Encontro Nacional de Pós-Graduação em Administração. 9. 1993. Salvador-BA. **Anais...** Salvador. ANPAD. v. 4.
- 85 MENDES, Carlos H. A. Implicações ambientais do desenvolvimento da infraestrutura: saneamento urbano. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p. 32-51, out./dez. 1992.
- 86 MENDONÇA, Maria L. O fio da memória. In: IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana**. Curitiba, v. 4, ago. 1990.
- 87 MENESES, Ulpiano T. B. Memória municipal, história urbana. **Revista CEPAM**, São Paulo, ano 1, n. 4. p. 19-31, out./dez. 1990.
- 88 MIRANDA, Beatriz T. de M. A importância da imigração na sociedade curitibana. Curitiba: Lítero-Técnica, 1981, 12 p.
- 89 MONOSOWSKI, Elizabeth. Políticas ambientais e desenvolvimento no Brasil. **Cadernos FUNDAP**. São Paulo, ano 9, n. 16, p. 15-24, jun. 1989.
- 90 MORGAN, Elaine. The urban octopus. **Revista The New Ecologist**, London: n. 3, 86-87, may./jun. 1978.

- 91 MOTA, Suetônio. **Planejamento urbano e preservação ambiental.** Fortaleza: UFC, 1981.
- 92 MUNFORD, Lewis. **The culture of cities.** New York: Harcourt, Brace and Company, 1938.
- 93 NORTH, Robert C. **War, peace, survival: global politics and conceptual synthesis.** Boulder: Westview Press, 1990.
- 94 OLIVEN, Rubens G. **Urbanização e mudança social no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1984.
- 95 PADIS, Pedro C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná.** São Paulo: Hucitec, 1981.
- 96 PADUA, José A. Espaço público, interesses privados e política ambiental. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São paulo, v. 3, n. 4, p. 2-4, out./dez. 1989.
- 97 ----- O nascimento da política verde no Brasil: fatores exógenos e endógenos. In: LEIS, Hector R. (org.). **Ecologia e política mundial.** 1. ed. Rio de Janeiro: Vozes/Fase/Airi/Puc-Rio, 1991. p. 135-161.
- 98 PEREIRA, Alcidino. **A democracia participativa no desenvolvimento urbano.** Curitiba: Ki-Copy, 1988.
- 99 PERLMAN, Janice. Uma estratégia de mão dupla para a mudança deliberada nas cidades. In: CONGRESSO CIDADES ANOS 90: CATÁSTROFE OU OPORTUNIDADE?, 3, 1991, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Câmara de Comércio Brasil-Canadá/IBAM, 1991. 293p. p. 177-191.
- 100 PILOTTO, Osvaldo. Ação urbanística em Curitiba da Quinta Comarca de São Paulo. **Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense.** Curitiba, v. VIII, 1967. 14 p.
- 101 POPULAÇÃO CRISIS COMMITTEE. **Cities: Condiciones de vida en las 100 áreas metropolitanas mas grandes del mundo.** Washington: PCC, 1990.
- 102 REPETTO, Robert. Population, resource pressures, and poverty. In: **The global possible.** Yale University Press, 1985, p. 131-169.
- 103 RIBEIRO, Luiz C. de; CARDOSO, Adauto L. Plano diretor e questão democrática da cidade. Caxambu: ANPOCS, 1989. Mimeo. 41 p.
- 104 ----- Planejamento urbano no Brasil: paradigmas e experiências. Caxambu: ANPOCS, 1990. Mimeo. 48 p.
- 105 RATTNER, Henrique. Notas para uma crítica das teorias sociológicas de planejamento. In: **Planejamento e bem-estar social.** São Paulo: Perspectiva, 1979.
- 106 RIBEIRO, Maurício A. A crise ambiental urbana brasileira. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p. 52-80, out./dez. 1992.

- 107 RODERJAN, Roselys V. **Os curitibanos e a formação de comunidades campeiras no Brasil meridional (séculos XVI a XIX)**. Curitiba: Works Informática, 1992.
- 108 SACHS, Ygnacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.
- 109 ----- **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986.
- 110 ----- **Estratégias de transição para o século XXI**. In: BURSZTYN, Marcel. (org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 29-56.
- 111 SACHS-JEANTET, Céline. **Parcerias para um desenvolvimento urbano sustentável no aspecto ambiental**. Prefeitura Municipal de Curitiba/Universidade Livre do Meio Ambiente. **Boletim Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente**. Ano 2, n.7, nov./dez. 1992.
- 112 SADEK, Maria T. A. **Poder local: perspectivas da nova ordem constitucional**. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 9-15, abr./jun. 1991.
- 113 SASSEN, Saskia. **A cidade global**. In: **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. São Paulo: Hucitec/Anpur. 1993. p. 187-202.
- 114 SCHAAF, Marisa B; GOUVÊA, Regina R. **Significados da urbanização: traços e fontes do historiador**. In: SÁ, Cristina. (org.). **Olhar urbano, olhar humano**. São Paulo: Ibrasa, 1991.
- 115 SCHMIDT, Benício; FARRET, Ricardo. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- 116 SCHMIDT- RELENBERG, Norbert. **Sociologia Y urbanismo**. Madri: Instituto de Estudios de Administración Local, 1976.
- 117 SHIMABUKURO, Nelson T. **Plano Brasil Novo: reflexos nos municípios**. **Revista CEPAM**, São Paulo, ano 1, n. 3, p. 15-18, jul./set. 1990.
- 118 SERRA, Geraldo. **Urbanização e centralismo autoritário**. São Paulo: Nobel/Edusp, 1991.
- 119 SILVA, Ana Amélia da; MELÃO, Celeste M. G. **O direito à qualidade de vida na cidade**. **Revista Pólis**. São Paulo, v. 2, n. 3, p. 15-21, 1991. Edição especial ECO-92.
- 120 SMOLKA, Martim; VAINER, Carlos B. **Brasil: Planejamento em tempos de cólera**. Caxambu: ANPOCS, 1990. Mimeo. 49 p.
- 121 SOARES, Marley D; AZZOLINI, Renata N. **Nota sobre os resultados preliminares do censo de 1991**. IPARDES. **Boletim Análise Conjuntural**, Curitiba, v. 14, n. 1-2, p. 3-6.
- 122 SORRENTINO, Marcos. **Educação ambiental, participação e organização de cidadãos**. Piracicaba: ESALQ/USP, 1991. Mimeo. 19 p.

- 123 SOUTO-MAIOR, Joel, A problemática da coordenação, cooperação e planejamento intermunicipais no Brasil. **Revista de Administração Municipal**. Rio de Janeiro, v.39, n. 204, p.49-65, jul./ago. 1992.
- 124 SOUTO-MAIOR, Joel; GONDIM, Linda M. Avaliação de arranjos institucionais para a gestão e o planejamento democráticos. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v.26, n.3, p.140-151, jul./set. 1992.
- 125 STERN, Paul S; YOUNG, Oran S; DRUKMAN, Daniel. A mudança global e as ciências sociais. In: **Mudanças e agressões ao meio ambiente**. São Paulo: Makron Books, 1993.
- 126 TOFFLER, Alvin. **Powershift - as mudanças do poder**. Rio de Janeiro: Record, 1991.
- 127 TORNQUIST, Carmen S. **O planeta e o quintal: o movimento ecológico frente à Administração Popular em Porto Alegre**. Florianópolis: 1992. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política/ Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
- 128 ULTRAMARI, Clovis M; CARDOSO, Nelson A. RMC: o censo confirma a metropolização. IPARDES. **Boletim Análise Conjuntural**, Curitiba, v. 14, n. 1-2, p. 6-9, jan./fev. 1992.
- 129 VALENTE, Silza M. P. **A presença rebelde na cidade sorriso: contribuição ao estudo do anarquismo em Curitiba, 1890-1820**. Campinas: 1992. Dissertação de mestrado - Faculdade de Educação/Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).
- 130 VALLADARES, Lícia do P. **Passa-se uma casa. Análise do Programa de Remoção de Favelas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- 131 VELHO, Otávio G. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- 132 VIEIRA, Paulo F. A problemática ambiental e as ciências sociais no Brasil. In: HOGAN, Daniel J; VIEIRA, Paulo F. (orgs.). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas: UNICAMP, 1992. p. 103-147.
- 133 VIOLA, Eduardo J. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. In: PADUA José A. (org.). **Ecologia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço & Tempo/Iuperj, 1987.
- 134 ----- O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. In: GOLDENBERG, Mirian (org.). **Ecologia, ciência e política**. Rio de Janeiro: Revan, 1992. p.49-75.
- 135 ----- A expansão do ambientalismo multissetorial e a globalização da ordem mundial, 1985-1992. Caxambu: ANPOCS, 1992. Mimeo. 31 p.

- 136 VIOLA, Eduardo J. BOEIRA, Sergio L. A emergência do ambientalismo complexo-multissetorial no Brasil (particularmente na microrregião de Florianópolis) nos anos 80. In: IV SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE UNIVERSIDADE E MEIO AMBIENTE. 11, 1990, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC/IBAMA, 1990. 361 p. p. 41-99.
- 137 VIOLA, Eduardo J; LEIS, Héctor R. Desordem global da biosfera e a nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo. In: LEIS, Héctor R. (org.). **Ecologia e política mundial**. Rio de Janeiro: Vozes/Fase/Airi/ Puc-Rio, 1991. p. 23-50.
- 138 ----- A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: HOGAN, Daniel, J; VIEIRA, Paulo F. (orgs.). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. 1. ed. Campmas: UNICAMP, 1992.
- 139 ----- O ambientalismo multissetorial no Brasil para além da Rio-92: o desafio de uma estratégia globalista viável. Trabalho apresentado no seminário "Diretrizes de ação para o meio ambiente no Brasil." Brasília, 24 a 25 de novembro de 1992. Mimeo. 24 p.
- 140 WILHEIM, Jorge. Exposição realizada no CONGRESSO CIDADES ANOS 90: CATÁSTROFE OU OPORTUNIDADE?, 3, 1991, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Câmara de Comércio Brasil-Canadá/IBAM, 1991. 293 p. p. 173-175.
- 141 WORD, Barbara. **A casa do homem**. Rio de Janeiro: Artenova, 1976.
- 142 XAVIER, Hélia N. Questões urbanas e questões ambientais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 203, p. 29-35, abr./jun. 1992.

ANAIS E DOCUMENTOS

- ECOSUL 92. Conferência sobre Mercosul, Meio Ambiente e Aspectos transfronteiriços. Março, 1992, Foz do Iguaçu. **Síntese dos relatórios apresentados.**
- CONGRESSO CIDADES ANOS 90: CATÁSTROFE OU OPORTUNIDADE? 3, 1991, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Câmara do Comércio Brasil-Canadá/IBAM, 1991.
- I ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 29 jul.a 13 ago. 1991, Curitiba. **Anais...** Curitiba: Anamma/SMMA/Universidade Livre do Meio Ambiente, 1991.
- II SEMINÁRIO PARA JORNALISTAS SOBRE POPULAÇÃO, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. 2, 1992, Curitiba. **Anais...** Curitiba: FENAJ/Núcleo de Jornalismo e Meio Ambiente PR/SP/RS. 1992.
- BOLETIM PMC - PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Plano de Urbanização (Plano Agache).** Ano II n.12, 1943.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA/ INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA. **Plano Preliminar de Urbanismo (Plano Serete).** jul. 1965.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Plano Diretor (Lei n. 2.828/66).**
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA/INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA. **Análise, diagnóstico e diretrizes do Plano municipal de Desenvolvimento Urbano - PMDU.** Curitiba, 1985.
- COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - COMEC. **Plano de Desenvolvimento Integrado - PDI.** Curitiba, 1985.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA/UNIVERSIDADE LIVRE DO MEIO AMBIENTE (ULMA). **Boletim Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente.** Vários Números.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Boletim análise Conjuntural.** Vários Números.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Parques e Ciclovias: jornal do lazer e meio ambiente.** Vários números.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA/IPPUC. **Programa para atendimento às crianças e adolescentes.** Março de 1992.
- INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA (IPPUC). **Ciclovias- estudo.** Set. 1978.

- INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA (IPPUC). **Curitiba: capital ecológica; ações para recuperação ambiental do município.** Curitiba, 1989.
- INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA (IPPUC). **Histórico de dados do município de Curitiba.** Curitiba, 1991.
- INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA (IPPUC). **Áreas de subabitação no município de Curitiba.** Vols. 1, 2, 3., set./out. 1992.
- INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA (IPPUC). **Ciclovias de Curitiba.** Jan. 1994.
- BRASIL. **Constituição (1988): República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA/SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE (SMMA). **Coletânea de legislação ambiental. Atualizada até maio de 1991.**
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA/SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE (SMMA). **Lei 7833: Da política municipal do meio ambiente.** Dez. 1991.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Lei Orgânica do Município de Curitiba.** 1990.
- SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE (SMMA)/DEPARTAMENTO DE PARQUES E PRAÇAS. **Levantamento dos logradouros existentes até 1992.**
- SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE (SMMA). **Educação ambiental. Documentos.** s. d.
- SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE (SMMA)/GERENCIAMENTO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. **Projeto:Piá Ambiental.** s. d.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA/SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO. **CURITIBA: INFORMAÇÕES SÓCIO ECONÔMICAS 1994.** s.d.
- SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE (SMMA). **Projeto: "O lixo que não é lixo".**s.d.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Discurso de Posse - Prefeito Jaime Lerner.** 1971.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Discurso de Transmissão de Cargo - Prefeito Jaime Lerner.** 1975.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Discurso de transmissão de cargo - Prefeito Jaime Lerner.** 1993.

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO - SEDU/COORDENAÇÃO DA
REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - COMEC. **Gestão do Saneamento e do
Meio Ambiente urbano na Região Metropolitana de Curitiba.** Curitiba, ago.
1994. (versão Preliminar).

PERIÓDICOS

Paranaenses (1970-1992):

Gazeta do Povo.

O Estado do Paraná.

Folha de Londrina.

Indústria e Comércio.

Nacionais (1991-1992):

Folha de São Paulo.

O Estado de São Paulo.

O Globo.

Jornal do Brasil.

Revista IstoÉ/Senhor.

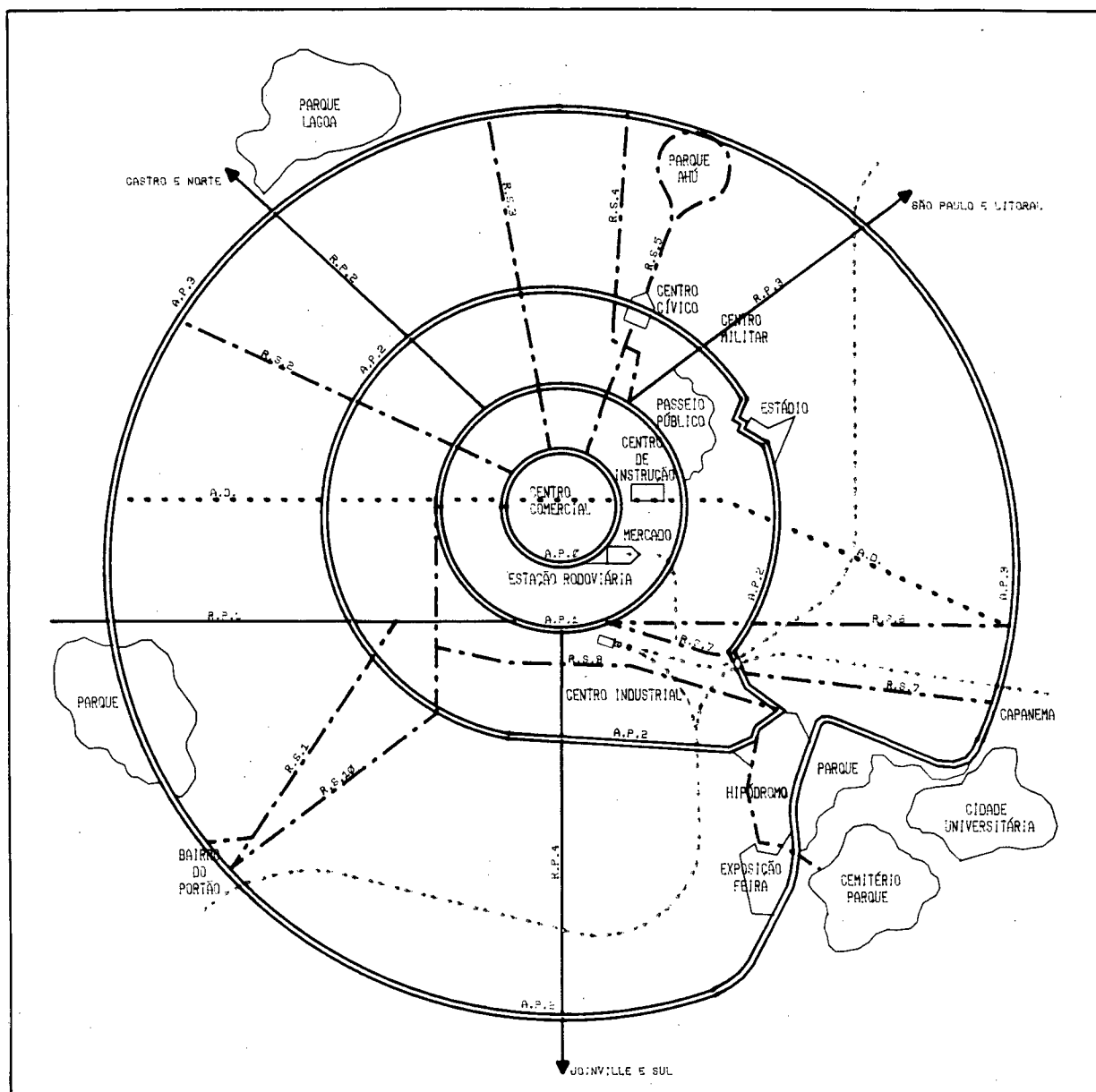
Revista Veja.

Revista Ecologia e Desenvolvimento.

Revista EcoRio.

ANEXOS

MAPA 1: PLANO AGACHE



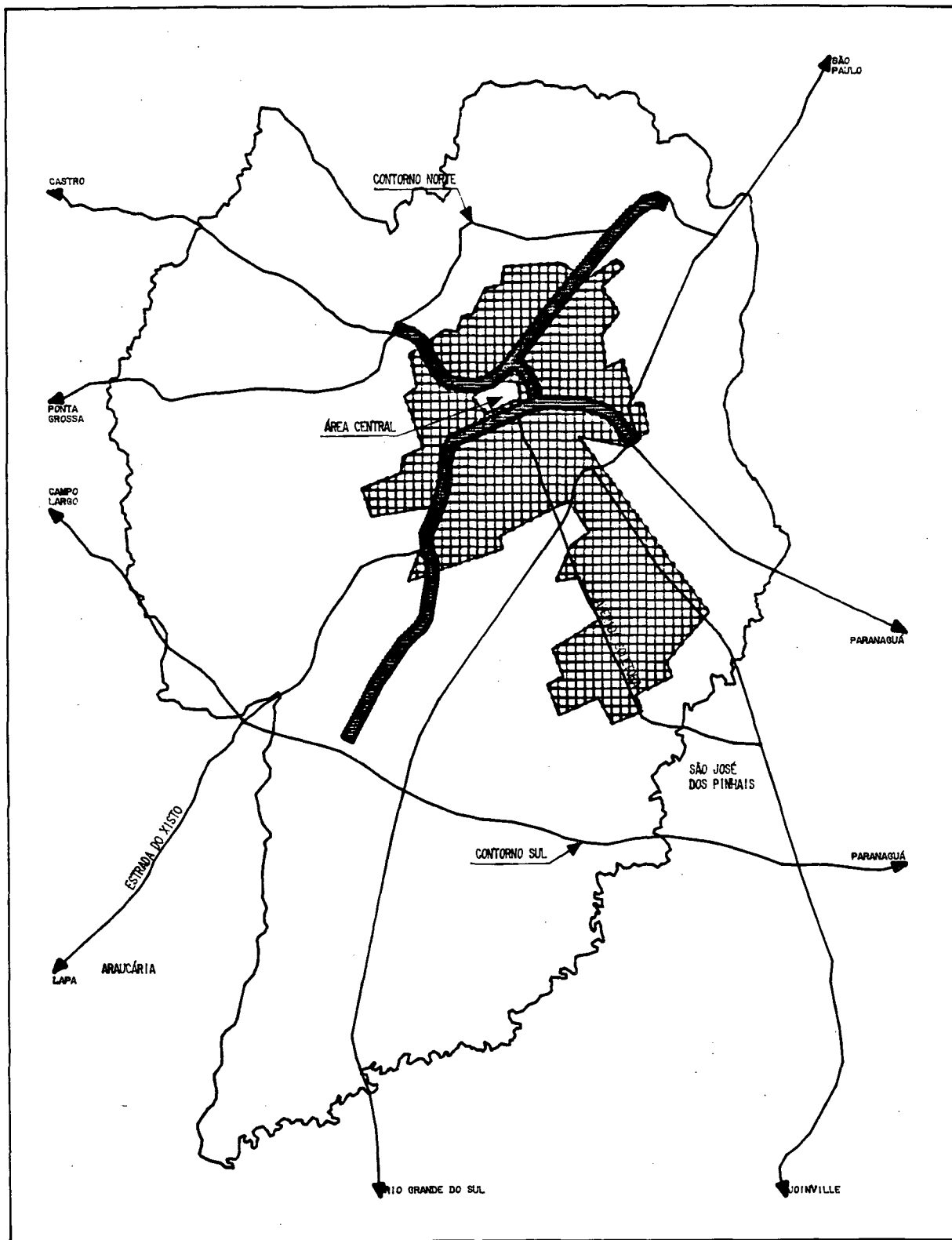
CURITIBA

ESQUEMA DO PLANO DIRETOR, MOSTRANDO:
 A) O PLANO DE AVENIDAS;
 B) OS CENTROS FUNCIONAIS.

- ==== AV. PERIMETRAL
- AV. DIAMETRAL
- RADIAL PRINCIPAL
- - - RADIAL SECUNDÁRIA

FONTE: SOLETIM PMC - PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA.
 PLANO DE URBANIZAÇÃO (PLANO AGACHE), ANO II, N.12, 1942

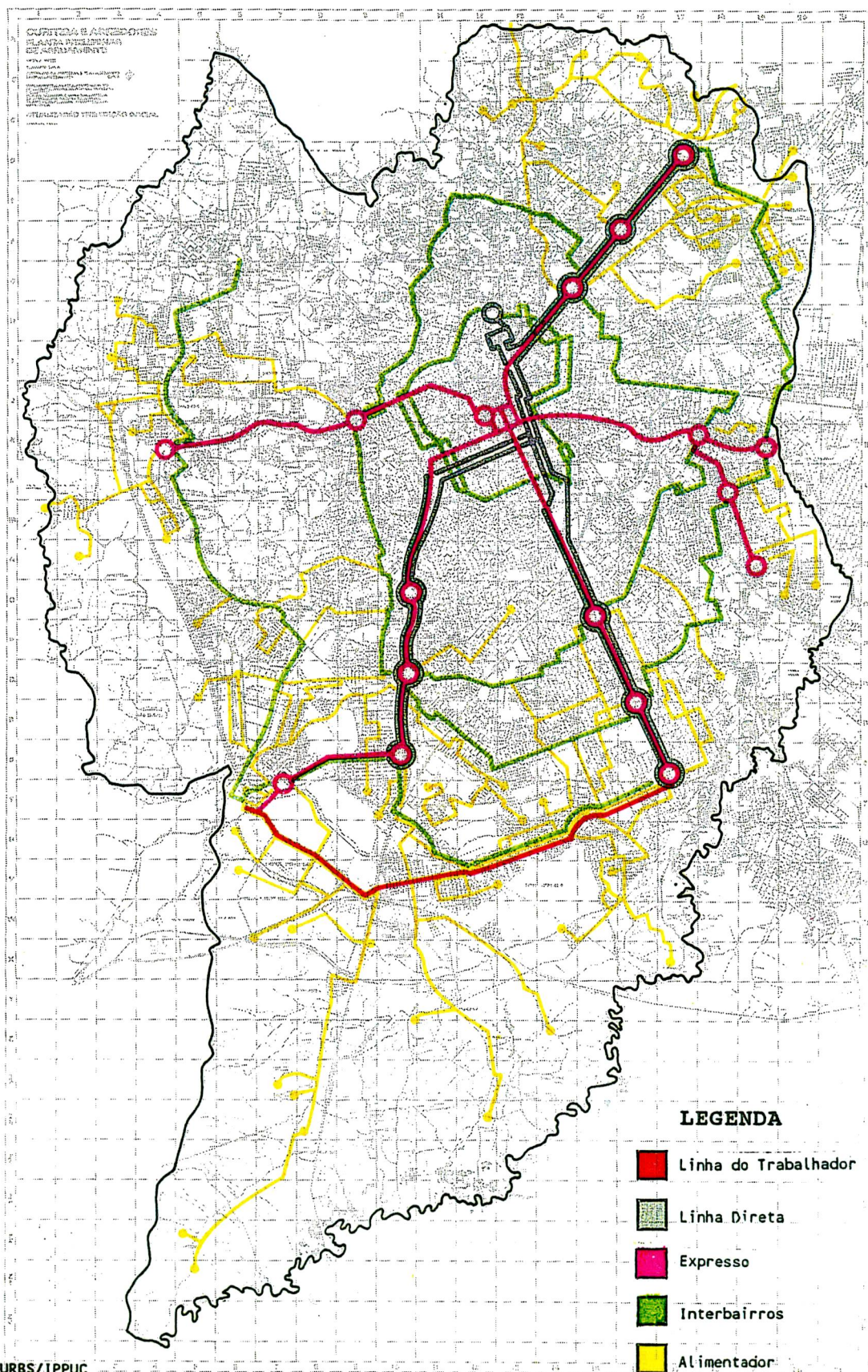
MAPA 2: PLANO PRELIMINAR (PLANO SERETE)
PROPOSTA DO ESQUEMA VIÁRIO



 VIAS ESTRUTURAIS

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA/INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA. PLANO PRELIMINAR DE URBANISMO (PLANO SERETE) JUL. 1965

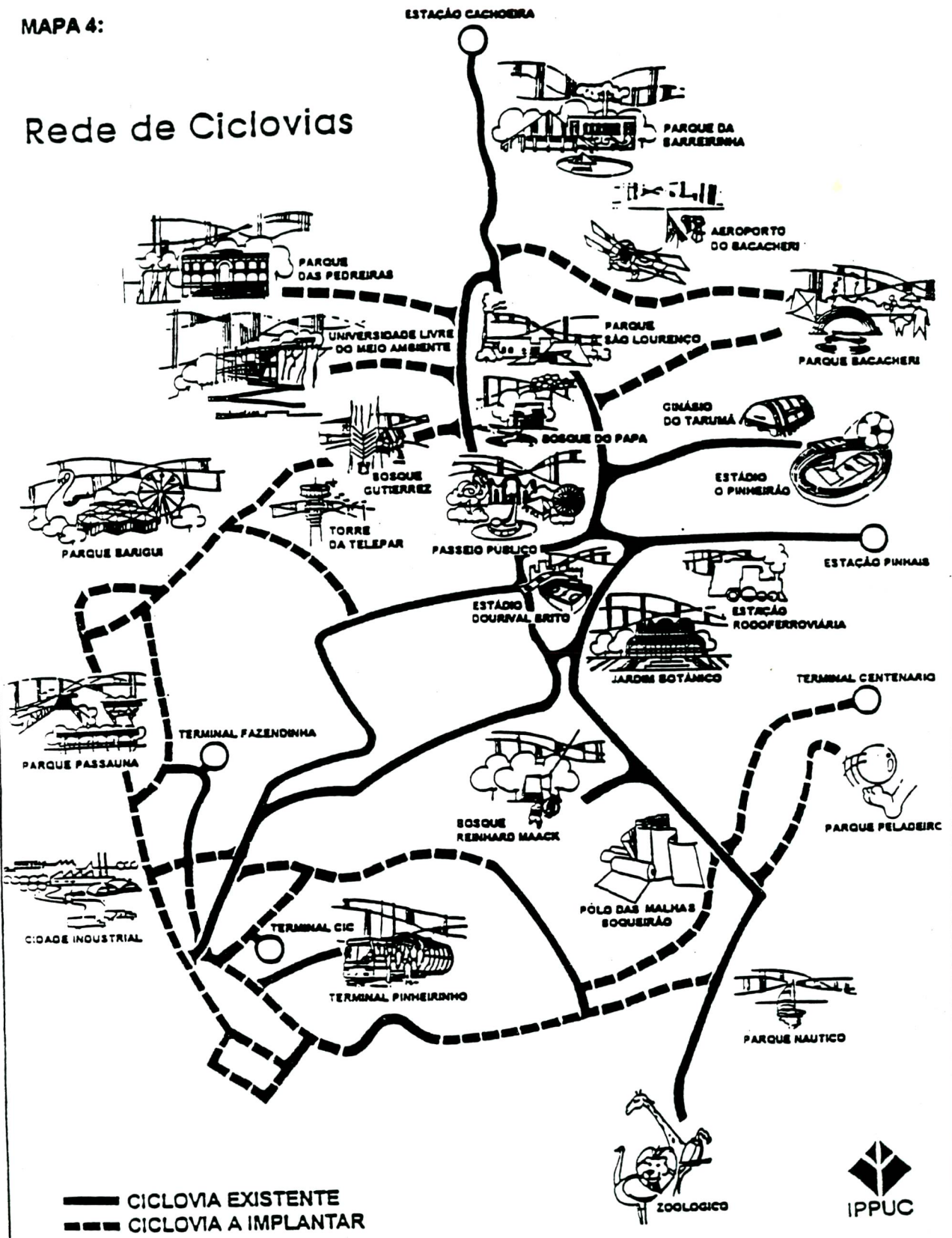
MAPA 3: - REDE INTEGRADA DE TRANSPORTE



FONTE: URBS/IPPUC

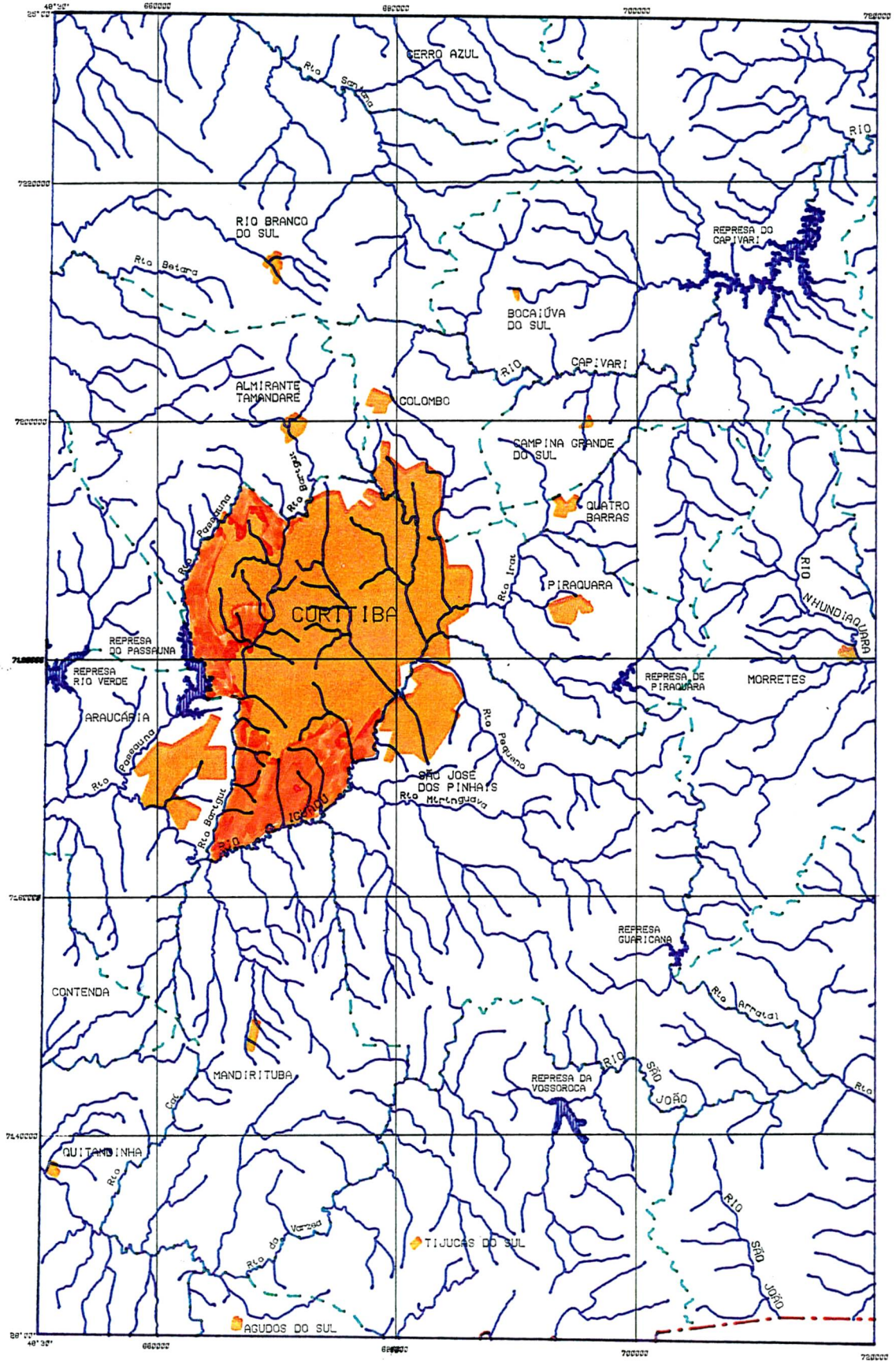
MAPA 4:

Rede de Ciclovias



MAPA 5: CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA

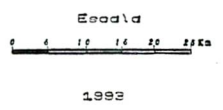
SISTEMA DE DRENAGEM



Sistema de Drenagem

LEGENDA

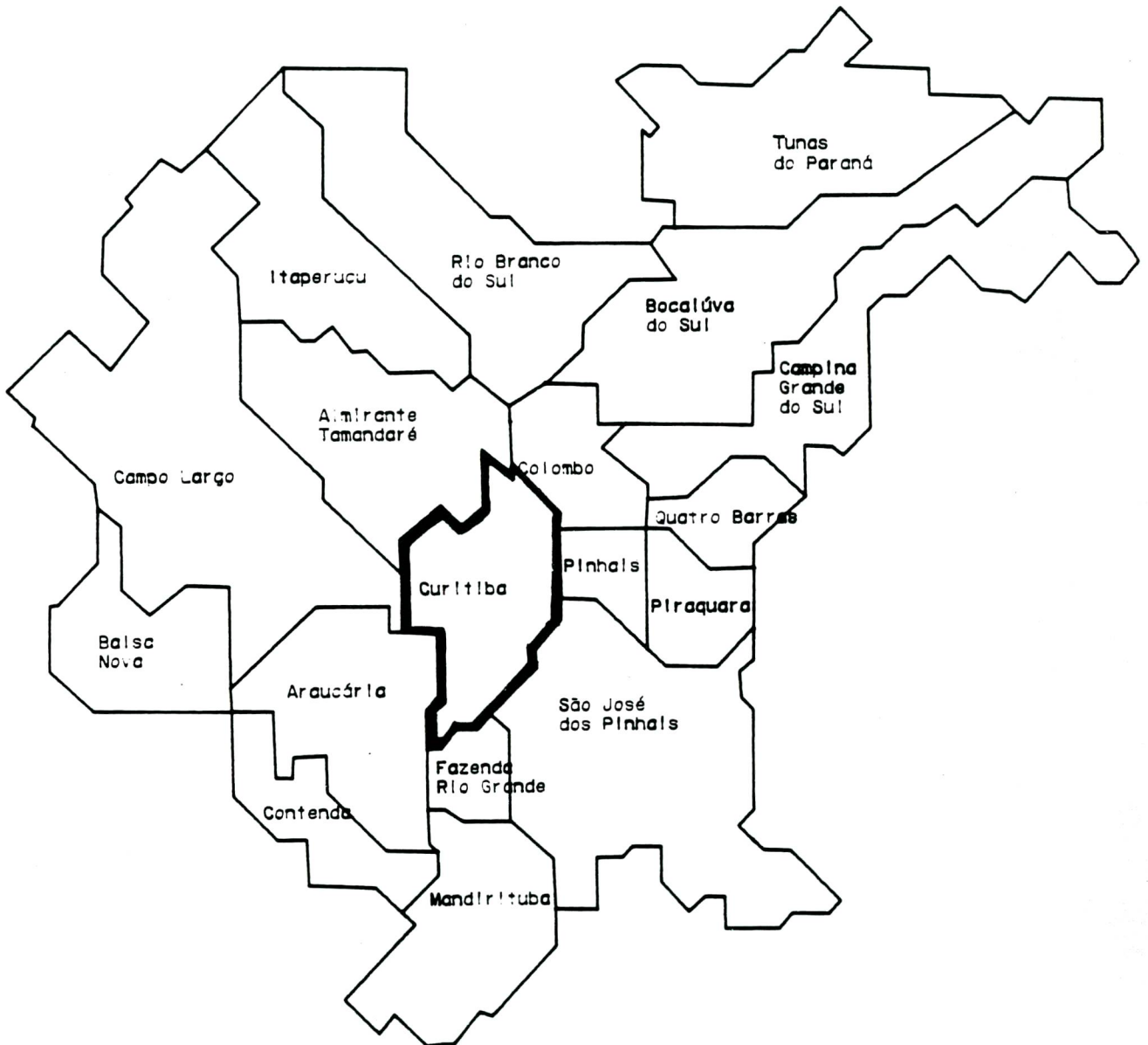
- Divisão de Estado ---
- Divisão de Município ---
- Cidade
- Drenagem ---



PROGRAMA PARANÁ RURAL

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
 SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ZOOTECNIA
 UNIDADE EXECUTORA: SPARNU/SMP
 Postal: Curitiba, Zopograf. 1000 - 1000/000

MAPA 6:
REGIÃO METROPOLITANA
DE CURITIBA



Fonte: IPARDES